



**PROMOVER O DESENVOLVIMENTO
E A INCLUSÃO SOCIAL**

PROMOVER O DESENVOLVIMENTO E A INCLUSÃO SOCIAL

Esta diretriz do Plano Plurianual 2008-2010 do governo da Bahia tem como premissa promover o exercício do diálogo e da cooperação entre governo e sociedade civil na busca do desenvolvimento econômico a partir da perspectiva da inclusão social. Apesar de a administração estadual ter responsabilidade prioritária na efetivação deste empreendimento, cabe à sociedade, organizar-se para, a partir daí, sugerir e fiscalizar as ações desenvolvidas pelos governos.

Assim, nos últimos dois anos, de forma nunca antes ocorrida no estado, a Bahia tem buscado desenvolver um conjunto de ações e programas que compõem a rede de proteção social, com o objetivo de constituir uma política pública que tem como eixo principal o **Sistema Único de Assistência Social – Suas**. Para tanto, o governo adotou uma estratégia na qual a organização das atividades está dividida nos seguintes eixos temáticos:

- Financiamento e cofinanciamento dos serviços socioassistenciais;
- Capacitação de gestores, técnicos e conselheiros; Compromissos e pactos: a intersetorialidade da Política da Assistência Social;
- Adequação das ações da Superintendência de Assistência Social – SAS de acordo com a Política Nacional de Assistência Social – PNAS; e

- Assessoramento, informação, estudos, monitoramento e avaliação.

Também serão pormenorizadas, neste documento, outras ações desenvolvidas pelo Estado, voltadas para os segmentos mais carentes da população, como idosos, portadores de necessidades especiais, crianças e adolescentes em risco social, vítimas de abuso ou exploração sexual ou em conflito com a lei.

No que diz respeito à **segurança alimentar**, embora o Brasil seja um dos maiores produtores mundiais de alimentos, o que se constata é que milhões de baianos ainda vivem em condições de insegurança alimentar, ou seja, sem acesso regular aos alimentos necessários para sua sobrevivência. Para a erradicação da fome será necessário operar mudanças estruturais na maneira como é conduzida a Economia. Só assim será possível inverter a dinâmica que faz com que a miséria se reproduza indefinidamente.

Com o intuito de promover essa mudança e garantir o desenvolvimento do estado, o governo da Bahia elegeu a segurança alimentar e nutricional como item prioritário de suas ações nesta área. Entre as principais ações do Programa Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional estão:



Restaurante Popular

- O **Projeto Restaurante Popular** – que produz e fornece 4,3 mil refeições por dia a preços populares, também oferece alimento gratuito às crianças menores de cinco anos, a gestantes, idosos e pessoas com deficiência, que vivem em situação de risco nutricional. Em 2008, foram distribuídas 7.857 refeições a esta clientela;
- O **Programa Leite Fome Zero** – através do qual o Estado procura reduzir a vulnerabilidade social e promover o combate à fome e à desnutrição por meio da geração de renda. O foco do programa é promover o acesso ao alimento às crianças com idades entre dois e sete anos, integrantes de famílias agrícolas ou pertencentes a povos e comunidades tradicionais – indígenas e quilombolas. Em 2008, foram distribuídos um litro de leite/dia para mais de 96 mil crianças desta faixa etária. Para receber o benefício, a criança precisa estar matriculada em creche e pré-escola e integrar família com renda per capita mensal inferior a meio salário mínimo;
- O **Programa Nossa Sopa** – uma parceria entre SEDES, Ebal e Voluntárias Sociais da Bahia. Em 2008, o Nossa Sopa completou dez anos de funcionamento, assegurando seu importante papel social, através da produção e distribuição de alimento nutritivo e de qualidade para uma fatia significativa da população carente.

Detalhes desses programas estão neste documento, mais adiante.

Já no âmbito das **Políticas Públicas para a Juventude** destaca-se o Programa Jovens Baianos, criado em junho de 2005, que tem como objetivo promover a inclusão socioproductiva de jovens de 16 a 24 anos em situação de vulnerabilidade social. O programa inclui ações de qualificação pessoal e profissional voltadas para pessoas desta faixa etária. Para garantir o desenvolvimento de uma série de projetos de apoio com foco no protagonismo juvenil, em 2008, o governo do estado estabeleceu parcerias com organizações da sociedade civil, confirmando o compromisso de promover o envolvimento de diversos setores sociais na busca pela melhoria da qualidade de vida da população. Deste programa vale destacar as seguintes ações, em 2008:

- a inserção no mercado de trabalho de 70% dos alunos que concluíram o curso de qualificação profissional na área da construção civil predial;
- o projeto TV Pelourinho, que implementou novas alternativas de trabalho para jovens do Centro Histórico (Pelourinho) e adjacências, com idéias modernas e criativas para o enftetamento à vulnerabilidade social;

Ainda em 2008, o programa foi expandido para a Juventude Rural, atendendo a mil jovens de 32 municípios que possuem escolas agrí-

colas. A juventude da zona rural também foi beneficiada com ações na área da agroecologia, com a formação de jovens para atuarem como agentes de desenvolvimento rural.

Outra importante ação desta diretriz é o **Programa de Desenvolvimento Social Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais – PPCT**, que surge com o objetivo maior de criar ferramentas de promoção de desenvolvimento social sustentável dos povos e comunidades tradicionais da Bahia. O PPCT procura corrigir a histórica exclusão desses grupos em relação a população brasileira em geral, a partir dos poucos indicadores existentes, que apontam uma situação de maior precariedade social nessas comunidades. Baseado nos eixos de fortalecimento Institucional, inclusão produtiva e acesso às políticas públicas, em 2008, foram realizadas reuniões com o Pnud – escritório de Salvador, na perspectiva de viabilizar a efetivação do acordo de cooperação, de adequar o projeto às normas, limites e variações estabelecidas pelo Pnud e garantir sua regulamentação e publicação no Diário Oficial. Ainda para viabilizar o PPCT, a SERIN participou de oficina oferecida pelo Ministério de Desenvolvimento Social que orientou quanto a participação em editais, e para o desenvolvimento da proposta de lançamento do programa, com levantamento orçamentário e logístico do evento.

Também merece destaque a publicação, em setembro de 2008, do Decreto 10.460, que convocou a comunidade para a realização da **1ª Conferência Estadual de Juventude**, colocando a Secretaria de Relações Institucionais – SERIN, como responsável pela coordenação do processo. A demanda gerou a constituição da Comissão Organizadora Estadual – COE, formada por representantes da sociedade civil organizada, através da participação de aproximadamente 30 organizações que fazem parte do Conselho Nacional de Juventude, e de representantes das secretarias de Estado. É importante registrar que a Bahia, além de adotar as plenárias territoriais como parte integrante da Conferência Estadual, foi o único estado a convocar uma grande mobilização por meio da campanha “Jovem Gera Ação”. A 1ª Conferência Estadual de Juventude foi uma demanda gerada pela Conferência Nacional de Juventude.

AGENDA BAHIA DO TRABALHO DECENTE

Em dezembro de 2007, o governo do estado lançou a Agenda Bahia do Trabalho Decente, considerada o eixo integrador das atividades relacionadas à economia solidária, qualificação do trabalho e intermediação de mão de obra, apoio ao micro e pequeno empreendimento, artesanato e esporte, diferenciando suas ações orientadas

pela construção do trabalho decente. A ação, pioneira no mundo, visa não apenas à identificação de meios para geração de ocupação e renda, mas também ao estímulo a que as ocupações se desenvolvam em condições que representem meios efetivos para o alcance de condições dignas de vida.

Em 2008, o Grupo de Trabalho que coordena o processo da Agenda do Trabalho Decente foi ampliado e passou a constituir o Comitê Gestor do Programa Bahia do Trabalho Decente – PBTD. O comitê, formado por representantes de órgãos governamentais, trabalhadores e empregadores, foi oficialmente instalado em 22 de outubro e tem como função coordenar a elaboração e promover o acompanhamento e a avaliação do PBTD.

Decorrente do aprimoramento e desenvolvimento da Agenda, o programa se estrutura em ações de monitoramento, avaliação, interiorização e ampliação do debate, programa de adesão e, principalmente, o desenvolvimento dos planos de ação para cada eixo temático. São eles: Trabalho escravo; Trabalho infantil; Juventude, saúde e segurança, Serviço público; Promoção da igualdade; Trabalho doméstico; e Biocombustíveis.

A Agenda Bahia do Trabalho Decente foi apresentada na 97ª Conferência Internacional do Trabalho, em Genebra, oportunidade em que

foi assinado protocolo de intenções entre o governo da Bahia e a Organização Internacional do Trabalho – OIT, para cooperação no desenvolvimento do Programa Bahia do Trabalho Decente.

O governo da Bahia, na qualidade de membro do Foro Consultivo de Cidades e Regiões do Mercosul – FCCR, defendeu a inclusão do tema “Trabalho Decente” como eixo do plano de trabalho da SERIN. A ampla aprovação da proposta impulsionou a iniciativa de um Termo de Compromisso de Promoção do Trabalho Decente, firmado durante a reunião do Pleno do FCCR na Bahia, em 15 de dezembro. Assinaram o termo 27 estados, províncias, departamento e municípios do Brasil, além da Argentina, Uruguai e Paraguai, que passaram a adotar essa estratégia de valorização do trabalho em suas políticas de desenvolvimento. Encontram-se também em curso tratativas com o Ministério do Trabalho da Argentina para viabilizar cooperação técnica com as províncias de Tucumán e Santa Fé.

Está em discussão um projeto para garantir a inclusão de cláusulas sociais em instrumentos governamentais, contando com a participação de diversos órgãos do governo do estado da Bahia. O conteúdo do projeto refere-se à restrição, por parte do governo do estado, de concessão de incentivos fiscais e financiamentos para empresas que praticam ações contrárias à promoção do Trabalho Decente, de forma específica relacionadas ao trabalho escravo, trabalho



Fachada do SineBahia

infantil, discriminação, ou ainda, que não cumpram a legislação nacional no que diz respeito à cota para pessoas com deficiência e jovem aprendiz.

EXPANSÃO E MODERNIZAÇÃO DA REDE DE ATENDIMENTO AO TRABALHADOR – SERVIÇO DE INTERMEDIÇÃO PARA O TRABALHO – SINEBAHIA

A Rede de Atendimento ao Trabalhador –SineBahia, deu passos significativos no ano de 2008. Criado para integrar e otimizar os serviços da SETRE, beneficiou mais de 300 mil trabalhadores com ações que geraram ocupação de postos de trabalho no mercado formal, prestação de serviços temporários e acesso ao seguro desemprego. Esses expressivos resultados foram alcançados graças à distribuição geográfica e expansão da rede e às me-

lhorias introduzidas na qualificação do servidor e no atendimento ao trabalhador.

A Rede de Atendimento ao Trabalhador do governo do estado é composta por 118 unidades, distribuídas em 104 municípios, localizados em 26 Territórios de Identidade, conforme demonstrado na Tabela 1.

Em 2005 e 2006, nenhuma unidade de atendimento ao trabalhador foi implantada no estado. Somente a partir de 2007, mais seis municípios passaram a contar com o serviço. São eles: Belmonte e Ibicaraí, em 2007, e unidade central – Salvador, Camacã, Bom Jesus da Lapa e São Sebastião do Passé, em 2008.

Nestas unidades é possível obter os seguintes serviços: intermediação para o trabalho, habilitação ao seguro desemprego, orien-

Tabela 1

UNIDADES DE ATENDIMENTO POR TERRITÓRIO DE IDENTIDADE BAHIA, 2008

TERRITÓRIO DE IDENTIDADE	MUNICÍPIOS	Nº DE POSTOS
Extremo Sul	Alcobaça, Belmonte, Caravelas, Eunápolis, Itamaraju, Itapebi, Mucuri, Porto Seguro, Prado, Santa Cruz Cabrália, Teixeira de Freitas	11
Itapetinga	Itambé, Itapetinga, Itororó, Macarani	4
Vitória da Conquista	Barra do Choça, Poções, Vitória da Conquista	3
Bacia do Paramirim	Macaúbas	1
Sertão Produtivo	Caetitê, Guanambi, Livramento de Nossa Senhora	3
Litoral Sul	Camacan, Ibicaraí, Ilhéus, Itabuna, Santa Luzia, Una	6
Médio Rio de Contas	Barra do Rocha, Ipiáú, Jequié	3
Baixo Sul	Cairu, Ituberá, Valença	3
Vale do Jiquiriçá	Amargosa, Elísio Medrado, Itiruçu, Laje, Jaguaquara	5
Recôncavo	Cachoeira, Castro Alves, Cruz das Almas, Nazaré, Santo Amaro, Santo Antônio de Jesus, São Francisco do Conde, São Sebastião do Passé, Saubara	9
Metropolitano de Salvador	Camacari (2 postos), Candeias, Dias d'Ávila, Itaparica, Lauro de Freitas, Salinas da Margarida, Salvador (12 postos), Simões Filho, Vera Cruz	23
Semi-Árido Nordeste II	Cipó, Euclides da Cunha, Jeremoabo, Nova Soure, Santa Brígida, Sítio do Quinto	6
Agreste de Alagoinhas/Litoral Norte	Alagoinhas, Catu, Entre Rios, Mata de São João, Pojuca	5
Irecê	Ibititá, Irecê, Xique-Xique	3
Chapada Diamantina	Morro do Chapéu	1
Piemonte do Paraguaçu	Iaçu, Miguel Calmon, Piritiba, Ruy Barbosa	4
Bacia do Jacuípe	Gavião, Ipirá, Riachão do Jacuípe	3
Piemonte da Diamantina	Jacobina, Saúde	2
Sisal	Araci, São Domingos, Serrinha, Tucano	4
Portal do Sertão	Conceição do Jacuípe, Coração de Maria, Feira de Santana, Ipirá, São Gonçalo dos Campos, Santo Estevão, Terra Nova	7
Sertão do São Francisco	Juazeiro, Sobradinho	2
Itaparica (BA/PE)	Paulo Afonso	1
Piemonte Norte do Itapicuru	Campo Formoso, Senhor do Bonfim	2
Velho Chico	Bom Jesus da Lapa, Ibotirama, Muquém do São Francisco	3
Bacia do Rio Corrente	Correntina, Santa Maria da Vitória	2
Oeste Baiano	Barreiras, Luís Eduardo Magalhães	2
TOTAL		118

Fonte: SETRE/ Sudet

tação para o trabalho e qualificação social e profissional. Além disso, em algumas unidades de atendimento que compõem o Sistema Nacional de Emprego – SineBahia, são oferecidas orientação trabalhista e previdenciária, emissão de documentação civil e trabalhista, micro-crédito e finanças solidárias.

Na busca da melhoria da qualidade dos serviços prestados aos trabalhadores baianos, o governo do estado tem implementado ações de adequação/readequação da estrutura física e promovido a informatização das sedes onde funcionam o serviço. Entre 2007 e 2008, foram instalados 77 computadores e 29 impressoras em 31 unidades de atendimento ao trabalhador.

Ainda em 2008, foi realizada a mudança dos servidores de dados do Sistema de Gerenciamento de Ações de Emprego – Sigae, que se encontrava no limite da sua capacidade de armazenamento de informações. A iniciativa foi essencial para que seja possível a informatização de toda a rede de atendimento SineBahia. A modernização total do sistema estará concluída já em 2009.

Entre os serviços oferecidos pelas unidades do SineBahia, destaca-se a **Intermediação para o trabalho**, que visa empregar formalmente trabalhadores desempregados e colocar em atividade trabalhadores autônomos. O processo de intermediação formal exige, inicialmente, a construção de um cadastro de empregadores capaz de gerar a identificação e a administração da oferta de vagas disponíveis no mercado. Paralelamente, forma-se o cadastro de trabalhadores desempregados, o que permite desencadear o processo de convocação, pré-seleção e encaminhamento dos mesmos às empresas contratantes.

Várias ações foram implementadas, em 2008, visando à melhoria do Sistema. Dentre elas, destacam-se:

- Formação de uma equipe de prospecção de vagas em contato direto e permanente com os empregadores;
- Criação de uma central de atendimento para convocação de candidatos;
- Instalação de um Núcleo de Psicologia para orientação e apoio psicológico;
- Realização de oficinas de qualificação dos candidatos com o objetivo de reduzir deficiências, principalmente em português, matemática e informática;



SineBahia Curso de Informática

Robson Mendes - Agcom

- Implantação de novos instrumentos de controle, com a elaboração sistemática de relatórios de avaliação qualitativa e quantitativa das ações;
- Implementação de novos procedimentos para o cadastramento do trabalhador;
- Treinamento de atendentes e coordenadores das unidades de atendimento;
- Descentralização no atendimento às pessoas com deficiência em todas as unidades do SineBahia; e
- Capacitação na Linguagem Brasileira de Sinais – Libras, para os atendentes do Sistema.

Estas mudanças resultaram em uma melhoria geral do sistema de atendimento ao trabalhador, principalmente no serviço de intermediação, conforme demonstrado na Tabela 2.

Comparando-se os resultados de 2008 com os de 2006 percebe-se um considerável aumento de vagas para o sistema no estado. Foram 61.301 vagas captadas no mercado de trabalho em 2007, um crescimento de 21% em relação a 2006 e 97.306 vagas captadas em 2008, 92% de crescimento em relação a 2006. No total, 158.607 postos de trabalho foram captados nas empresas em 2007/2008, o que sinaliza um forte crescimento da credibilidade do serviço junto ao empresariado.

Tabela 2

ATENDIMENTO INTERMEDIÇÃO FORMAL BAHIA, 2006-2008

ANO	TRABALHADORES INSCRITOS	VAGAS CAPTADAS	TRABALHADORES ENCAMINHADOS	TRABALHADORES COLOCADOS
2006	210.190	50.633	99.664	40.918
2007	221.158	61.301	129.577	37.147
2008	291.546	97.306	229.416	54.046

Fonte: SETRE/Sudet

Vale ressaltar que 54.046 trabalhadores foram inseridos no mercado de trabalho entre janeiro e dezembro de 2008 pelo sistema SineBahia. O número representa um crescimento de 32% em relação a 2006. No total de empregos gerados neste mesmo período, o sistema de intermediação da SETRE intermediou cerca de 9% dos trabalhadores que conseguem colocação formal (admitidos).

Efetivamente, o peso do sistema de intermediação no dado global do emprego ainda pode melhorar. Deve-se levar em conta, entretanto, que não é função do sistema gerar vagas de trabalho, e sim, desenvolver uma política pública que aumente as chances de empregabilidade para os que estão fora do mercado de trabalho. Neste sentido, é significativa a participação do sistema de intermediação na geração da ocupação das vagas existentes.

Atualmente, o serviço de intermediação encontra-se disponível em 26 Territórios de Identidade. No indicador Número de Trabalhadores Colocados, destaca-se a participação dos seguintes territórios: Metropolitano de Salvador (39%), Sertão do São Francisco (12%),

Itapetinga (11%), Agreste de Alagoinhas (9%) e Recôncavo (4%), conforme demonstra a Tabela 3.

Região Metropolitana de Salvador – A participação da Região Metropolitana vem crescendo ao longo dos últimos três anos. Vale ressaltar os resultados alcançados em 2008, ano em que o número de trabalhadores colocados no mercado de trabalho obteve um crescimento de 79%, em relação a 2007.

A Unidade Central do SineBahia, em Salvador, conta com equipe especializada de seleção, formada por psicólogos e estagiários, que já atendeu cerca 35 mil pessoas. A pré-seleção é realizada utilizando-se técnicas de entrevistas seletivas e dinâmicas de grupo, psicotestes e testes teóricos, técnicos e práticos específicos para cada vaga. Outra inovação é a realização rotineira de ações de qualificação social e profissional, envolvendo diversas atividades (Tabela 4), que beneficiaram 6.840 pessoas. Destacam-se as oficinas de orientação para o trabalho, atividades realizadas para o maior número de pessoas, onde são apresentados aos participantes informações sobre o

Tabela 3

**ATENDIMENTO – INTERMEDIÇÃO FORMAL
BAHIA, 2008**

TERRITÓRIO DE IDENTIDADE	TRABALHADORES INSCRITOS	VAGAS CAPTADAS	TRABALHADORES ENCAMINHADOS	TRABALHADORES COLOCADOS
Irecê	1.956	298	638	197
Velho Chico	1.515	597	636	344
Chapada Diamantina	765	412	320	269
Sisal	1.056	274	598	247
Litoral Sul	16.140	1.565	3.489	638
Baixo Sul	608	563	1.663	556
Extremo Sul	19.161	4.606	10.123	1.591
Itapetinga	9.008	7.384	7.477	5.868
Vale do Jiquiriçá	3.165	768	1.124	732
Sertão do São Francisco	11.026	7.683	11.210	6.335
Oeste Baiano	6.383	2.982	6.291	1.370
Bacia do Paramirim	85	58	62	53
Sertão Produtivo	5.613	1.890	2.574	1.430
Piemonte do Paraguaçu	612	519	535	487
Bacia do Jacuípe	915	219	243	125
Piemonte da Diamantina	3.569	914	1.762	290
Semi-Árido Nordeste II	427	265	265	68
Agreste de Alagoinhas/Litoral Norte	18.909	9.054	6.756	4.821
Portal do Sertão	24.378	3.661	11.154	2.065
Vitória da Conquista	12.443	2.351	4.351	1.018
Recôncavo	12.451	3.781	5.385	2.408
Médio Rio de Contas	11.838	1.442	2.647	1.133
Bacia do Rio Corrente	162	121	137	115
Itaparica	643	1.063	978	628
Piemonte Norte do Itapicuru	2.093	288	313	263
Metropolitano de Salvador	126.625	44.548	148.685	20.995
TOTAL	291.546	97.306	229.416	54.046

Fonte: SETRE/Sudet

Tabela 4

**QUALIFICADOS NA UNIDADE
CENTRAL SINEBAHIA
SALVADOR, 2008**

ATIVIDADE	CARGA HORÁRIA	PARTICIPANTES
CURSO		1.738
Telemarketing	12h	312
Informática	20h	473
Informática – PcD	20h	36
Técnica de Vendas	12h	352
Qualidade no Atendimento	12h	541
Libras para Empresas	30h	06
Libras para Servidores	80h	18
OFICINA		5.102
Matemática	10h	366
Técnicas de Redação	10h	602
Orientação para o Trabalho	2h	4.134
TOTAL		6.840

Fonte: SETRE/Sudet

mercado de trabalho, conceitos sobre processo seletivo e os comportamentos adequados no processo de seleção, além de orientação sobre a elaboração de currículos.

Já o **Programa de Apoio ao Trabalhador Autônomo – Patra** oferece intermediação aos trabalhadores autônomos. Tem como filosofia possibilitar a formação de uma carteira de clientes para os trabalhadores. Com essa finalidade, capta as demandas da clientela e cadastra trabalhadores, com os quais realiza ações que possibilitem a permanente melhoria de suas atividades, tanto no aspecto estritamente

técnico profissional, quanto no aspecto comportamental, dando-lhes informações sobre saúde e segurança no trabalho, questões previdenciárias, postura profissional, uso de equipamentos e produtos na realização de suas tarefas, entre outros.

Atualmente o programa encontra-se em execução em seis Territórios de Identidade. Dadas as características do serviço, de caráter temporário e realizado por profissionais diaristas, os municípios que mais demandam e realizam os serviços são: Salvador (90.153 solicitados e 80.180 realizados), Vitória da Conquista (9.953 solicitados e 9.591 realizados) e Lauro de Freitas (8.299 solicitados e 8.024 realizados). Em todo o estado foram realizados 90% dos 114 mil serviços solicitados, conforme demonstrado na Tabela 5. O alto índice de efetivação demonstra a eficiência do serviço e credibilidade do cadastro de profissionais. Considera-se, entretanto, que o número de solicitações ainda pode ser bastante incrementado com a renovação e ampliação/diversificação da carteira de profissionais cadastrados.

É bom lembrar ainda que a SETRE é o meio de acesso mais importante para o trabalhador concretizar o direito ao seguro desemprego. O atendimento do seguro desemprego é realizado nas modalidades Formal e Emprego Doméstico, nas unidades do SineBahia, e Pescador Artesanal, nos municípios onde é decretado o Defeso – período em que a pesca é proibida como medida de preservação da espécie. O atendimento aos pescadores artesanais que têm direito ao

Tabela 5

**ATENDIMENTO DO PATRA – INTERMEDIÇÃO INFORMAL
BAHIA, 2008**

TERRITÓRIO DE IDENTIDADE	UNIDADE	ATIVIDADE	QUANTIDADE
Agreste de Alagoínhas/Litoral Norte	Alagoínhas	Solicitação	106
		Serviço realizado	94
Portal do Sertão	Feira de Santana	Solicitação	2.489
		Serviço realizado	2.481
Médio Rio de Contas	Jequié	Solicitação	199
		Serviço realizado	190
Sertão do São Francisco	Juazeiro	Solicitação	2.955
		Serviço realizado	2.815
	Camaçari	Solicitação	158
		Serviço realizado	153
Metropolitano de Salvador	Lauro de Freitas	Solicitação	8.299
		Serviço realizado	8.024
	Salvador	Solicitação	90.153
		Serviço realizado	80.180
Vitória da Conquista	Vitória da Conquista	Solicitação	9.953
		Serviço realizado	9.591
TOTAL	-	SOLICITAÇÃO	114.312
		SERVIÇO REALIZADO	103.528

Fonte: SETRE/Sudet

seguro desemprego é realizado em parceria estreita entre a Superintendência Regional do Trabalho e Emprego – SRTE, do Ministério do Trabalho e Emprego, as colônias de pescadores e a Federação de Pescadores do Estado da Bahia. A Tabela 6 apresenta o total de trabalhadores atendidos por modalidade de seguro.

O Gráfico 1 demonstra a expressiva participação do SineBahia (70%) no atendimento aos trabalhadores que requerem o seguro desemprego no estado.

QUALIFICA BAHIA

Melhorar a qualificação profissional dos baianos é mais um desafio prioritário do governo do estado. Por isso, nesta diretriz estão previstas e já iniciadas ações que buscam atender as demandas gerais e setoriais do mercado de trabalho, através do oferecimento de cursos necessários a uma melhor qualificação do trabalhador.

Em articulação com o Plano Nacional de Qualificação – PNQ, do governo Federal, executado através de convênios com entidades públicas e privadas e financiado com recursos do Fundo de Amparo

ao Trabalhador – FAT, está em desenvolvimento o Plano Territorial de Qualificação – Planteq, iniciado em 2007, que em 2008 praticamente dobrou o número de trabalhadores atendidos. Outra ação em parceria com governo Federal é o Plano Setorial de Qualificação – Planseq, voltado para a melhor formação profissional dos baianos nos setores de tecnologia da informação e da construção civil, atendendo à necessidade de cada região.

Ainda com o objetivo de melhor qualificar o profissional baiano, a SETRE, em parceria com outros órgãos, tem promovido a qualificação voltada à preparação para o Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás Natural – Prominp que tem como foco os beneficiários do Programa Bolsa Família. Além destes, outros projetos especiais de qualificação e de certificação profissional, a exemplo do de orientação trabalhista e previdenciária, também foram colocados em prática pelo governo do estado.

Planteq Bahia – O Plano Territorial de Qualificação tem como objetivo o atendimento de demandas oriundas das comissões municipais de Emprego, da sociedade civil organizada e de programas públicos que visam preparar mão de obra para os postos de trabalho ofertados pelo mercado.

Como resultado destas demandas, entre janeiro de 2007 e dezembro de 2008, foram qualificados 13.652 trabalhadores baianos. Destes, 4.740 trabalhadores, em 2007, e 8.912 trabalhadores, em 2008. Atualmente, o Plano Territorial de Qualificação está realizando ações de qualificação social e profissional em 61 municípios (Quadro 1).

Planseq – O Plano Setorial de Qualificação tem como finalidade formar profissionais, atendendo à necessidade de cada região e assim facilitar a entrada dos trabalhadores qualificados no mercado de trabalho. Está voltado para duas áreas específicas, a de tecnologia da informação e a da construção civil.

- **Planseq Tecnologia da Informação** – Tem como objetivo atrair estudantes, principalmente os de baixa renda, da rede pública estadual de Ensino Médio, despertando o interesse para os cursos técnicos na área de Tecnologia da Informação. Com trabalhadoras e trabalhadores já estão sendo qualificados em Salvador, através de cursos de 300 horas. Outros 1.100 trabalhadores serão beneficiados a partir de 2009. Seus resultados serão avaliados e servirão de baliza para a expansão do programa. Executado pela Associação Centro de Educação Tecnológica do Estado da Bahia – Asceteb, o

Tabela 6

ATENDIMENTO DO SEGURO-DESEMPREGO – SINEBAHIA BAHIA, 2008*

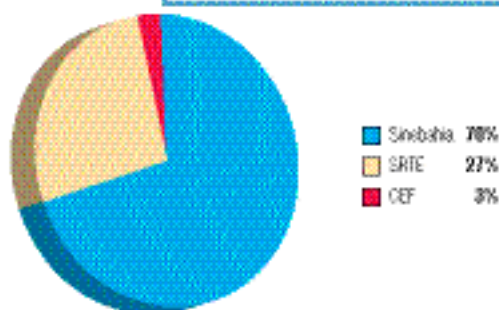
MODALIDADE	REQUERENTES	HABILITADOS
Seguro-desemprego formal	226.601	222.883
Seguro-desemprego pescador artesanal	27.977	24.457
Seguro-desemprego empregado doméstico	117	117

Fonte: Saeg net /MTE

* Dado atualizado até o lote 1051 de 25/10/2008

Gráfico 1

PARTICIPAÇÃO DO SINEBAHIA NO ATENDIMENTO DO SEGURO-DESEMPREGO BAHIA, 2008



Fonte: SETRE/Sinetel

Quadro 1

MUNICÍPIOS ATENDIDOS PELO PLANSEQ
POR TERRITÓRIO DE IDENTIDADE
BAHIA, 2008

TERRITÓRIO DE IDENTIDADE	MUNICÍPIO
Extremo Sul	Belmonte, Itapebi, Porto Seguro, Santa Cruz Cabrália
Itapetinga	Itapetinga
Vitória da Conquista	Barra do Choça, Vitória da Conquista
Sertão Produtivo	Caetité, Guanambi, Livramento de Nossa Senhora, Urandi
Litoral Sul	Camacan, Ilhéus
Médio Rio de Contas	Barra do Rocha, Jaguaquara, Jequié
Litoral Sul	Itacaré
Vale do Jiquiriçá	Itiruçu, Laje, Maracás
Recôncavo	Cachoeira, Conceição do Almeida, Muritiba, Nazaré, Santo Amaro, Santo Antônio de Jesus, Saubara
Metropolitano de Salvador	Camaçari, Candeias, Itaparica, Lauro de Freitas, Salvador Salinas da Margarida, Vera Cruz
Semi-Árido Nordeste II	Cícero Dantas, Cipó, Nova Soure
Agreste de Alagoinhas	Alagoinhas, Mata de São João, Pojuca
Irecê	Xique-Xique
Chapada Diamantina	Morro do Chapéu, Seabra
Piemonte do Paraguaçu	Miguel Calmon, Piritiba,
Piemonte da Diamantina	Jacobina, Saúde
Sisal	São Domingos, Tucano
Portal do Sertão	Conceição do Jacuipe, Coração de Maria, Feira de Santana, Santo Estêvão
Sertão do São Francisco	Curaçá, Juazeiro
Itaparica	Paulo Afonso
Piemonte Norte do Itapicuru	Campo Formoso, Senhor do Bonfim
Velho Chico	Carinhanha, Ibotirama
Oeste Baiano	Barreiras

Fonte: SETRE

Planseq Tecnologia da Informação é fruto de parceria entre a Casa Civil, Secretaria da Ciência, Tecnologia e Informação – SECTI, Secretaria da Educação – SE e a SETRE.

- **Planseq Construção Civil** – Uma parceria entre a SETRE, os ministérios do Trabalho e Emprego – MTE, e de Desenvolvimento Social, a Federação dos Trabalhadores do Comércio – Fetracon e o Sindicato da Indústria da Construção Civil – Sinduscon, garantiu investimento, em 2008, para viabilização do Planseq construção civil. A verba, advinda de projetos nacionais de qualificação profissional no setor da construção civil, beneficiou 2.330 trabalhadores. O Planseq construção civil atenderá demanda do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, utilizando como público prioritário os beneficiários do Programa Bolsa Família. Para 2009, o programa deve qualificar 9.380 trabalhadoras e trabalhadores de dez municípios da Região Metropolitana de Sal-

vador. São eles: Camaçari, Candeias, Dias d'Ávila, Itaparica, Lauro de Freitas, Madre de Deus, Salvador, São Francisco do Conde, Simões Filho e Vera Cruz.

Prominp – O Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás tem como iniciativa qualificar gratuitamente mão de obra especializada em diversas categorias profissionais consideradas críticas para o setor de petróleo e gás, ou seja, categorias com disponibilidade de mão de obra bem inferior à demanda do setor. Coordenado pelo Ministério das Minas e Energias – MME e a Petrobras,

O objetivo do reforço de escolaridade ao Prominp, que iniciou a execução em dezembro de 2009, é possibilitar aos beneficiários do Programa Bolsa Família condições competitivas, para concorrerem às vagas de qualificação profissional do programa nos níveis Fundamental e Médio nas áreas oferecidas nos municípios de Salvador (360 vagas preenchidas) e Maragogipe (180 vagas preenchidas).

VALORIZAÇÃO DO TRABALHO DOMÉSTICO

Esta ação tem por objetivo a valorização do trabalhador doméstico por meio de ações de educação (elevação da escolaridade), qualificação social e profissional, saúde e segurança no trabalho, campanhas educativas e de valorização da função social do trabalho doméstico, acesso à moradia e formação de lideranças. É desenvolvida por várias secretarias no âmbito da Agenda Bahia do Trabalho Decente.

Em 2008, o governo da Bahia atendeu 220 trabalhadores domésticos nas cidades de Cachoeira, Camaçari, Lauro de Freitas, Pojuca, Santo Amaro e Salvador. Trata-se de uma ação piloto que visa adequar ao público conteúdos e metodologias específicas. Além da qualificação, está em fase final de produção a Cartilha do Trabalho Doméstico e um site informativo e de serviços.

RELAÇÕES DO TRABALHO E DOCUMENTAÇÃO

A ação para **Documentação Civil e Trabalhista** consiste na emissão de Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS e Carteira de Identidade – CI, instrumentos que permitem ao trabalhador exercer o direito à cidadania. É viabilizada através de convênio com a Superintendência Regional do Trabalho e Emprego – SRTE/MTE e com o Instituto de Identificação Pedro Melo – IIPM, órgão da Secretaria de Segurança Pública – SSP/BA. A ação visa garantir as condições adequadas para a inserção do cidadão no mercado de trabalho, já que as carteiras de Identidade e de Trabalho são imprescindíveis para a garantia do trabalho formal.

Esses documentos são emitidos nas unidades de atendimento localizadas na Capital e interior, sendo 42 em CI e 70 em CTPS. A sua atuação encontra-se detalhada na Tabela 7.

A **Orientação Trabalhista e Previdenciária** é realizada em Salvador, na unidade de atendimento do Jardim Baiano, através de estagiários de Direito, sob a supervisão de profissionais especializados na área trabalhista. O serviço é direcionado, prioritariamente, aos trabalhadores sem condições de acesso ao apoio jurídico pago e consiste na realização de cálculos trabalhistas e orientações sobre direito trabalhista e previdenciário. No período de 2006 a 2008, foram realizados 40.793 atendimentos, conforme demonstrado na Tabela 8.

O **Apoio Sindical para Saúde e Segurança no Trabalho** visa à promoção, o intercâmbio e à cooperação técnica com entidades sindicais das diversas categorias de trabalhadores da área urbana e rural, apoiando-as nas relações de trabalho, com ênfase em segurança e saúde, direitos sociais trabalhistas e previdenciários, e temas de relevância em suas atividades, como assédio moral e intensificação do trabalho, dentre outros.

O serviço é realizado por meio de seminários, encontros e palestras, solicitados por entidades locais, a partir das necessidades dos trabalhadores. É desenvolvido graças a parceria entre a Superintendência Regional do Trabalho e Emprego – SRTE/MTE, Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrário S.A. – EBDA, Agência de Defesa Agropecuária da Bahia – Adab, Instituto Nacional da Seguridade Social – INSS, Federações e Sindicatos de Trabalhadores. Em 2008, 22 entidades foram atendidas com o serviço.

O **Treinamento em Segurança e Saúde** é uma ação voltada para formação de agentes multiplicadores, e tem por objetivo orientar os trabalhadores nas diversas atividades urbanas e rurais, com vistas à melhoria das condições do ambiente de trabalho, através da difusão de conteúdos de segurança e saúde que permitam a redução dos acidentes e das doenças ocupacionais. É realizada com a parceria de instituições que desenvolvem atividades desta natureza, como Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho – Fundacentro, SRTE, EBDA, Adab, Centro de Estudos da Saúde do Trabalhador – Cesat/Centros de Referência da Saúde do Trabalhador – Ceresat/SESAB, Corpo de Bombeiros e Secretarias Municipais de Saúde. Em 2008, foram orientados 30.646 trabalhadores, conforme Tabela 9.

Tabela 7

DOCUMENTOS EMITIDOS BAHIA, 2006–2008

ANO	CARTEIRA DE IDENTIDADE	CARTEIRA DE TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL
2006	37.412	209.697
2007	33.547	215.973
2008	31.914	192.010

Fonte: SETRE/Sudet

Tabela 8

TRABALHADORES ORIENTADOS BAHIA, 2006–2008

ANO	ATENDIMENTO
2006	12.852
2007	13.753
2008	14.188

Fonte: SETRE/Sudet

Tabela 9

TREINAMENTO EM SEGURANÇA E SAÚDE BAHIA, 2006–2008

ANO	TRABALHADORES ORIENTADOS
2006	8.028
2007	19.988
2008	30.646

Fonte: SETRE/Sudet

A **Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED** é realizada mensalmente em 2.500 domicílios da Região Metropolitana de Salvador, em parceria com o Ministério de Trabalho e Emprego, Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia – SEI e a Universidade Federal da Bahia. Esta pesquisa apresenta uma diferença importante em relação à Pesquisa Mensal de Emprego – PME, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, pois consegue captar o desemprego oculto/precário¹ ou por desalento².

1 – desemprego oculto pelo trabalho precário: pessoas que realizam trabalhos precários – algum trabalho remunerado ocasional de auto-ocupação – ou pessoas que realizam trabalho não-remunerado em ajuda a negócios de parentes e que procuram mudar de trabalho nos 30 dias anteriores ao da entrevista ou que, não tendo procurado neste período, o fizeram sem êxito até 12 meses atrás.

2 – desemprego oculto pelo desalento: pessoas que não possuem trabalho e nem procuram nos últimos 30 dias anteriores ao da entrevista, por desestímulo do mercado de trabalho ou por circunstâncias fortuitas, mas apresentaram procura efetiva de trabalho nos últimos 12 meses.

BAHIA SOLIDÁRIA

O Programa Bahia Solidária articula todos os projetos e atividades relacionadas à dinamização da economia solidária e ao fomento do artesanato. Este programa se propõe a fortalecer o associativismo e cooperativismo, promover o desenvolvimento e a divulgação da economia solidária, mediante políticas integradas, visando à geração de trabalho e renda, respeito à cidadania e promoção do desenvolvimento justo e solidário.

ECONOMIA SOLIDÁRIA

As principais ações voltadas para a promoção da economia solidária e popular são aquelas que se referem à formação, incubação, crédito e apoios diretos a empreendimentos. Articuladamente, estas ações vão desenhando uma política pública para a economia solidária cujo símbolo mais expressivo é a criação dos Centros Públicos de Economia Solidária – Cesol, pioneiros em todo o Brasil no âmbito das ações de governos estaduais.

Os **Centros Públicos de Economia Solidária – Cesol** são espaços de apoio e prestação de serviços voltados às organizações solidárias, fomentando e apoiando os empreendimentos e as iniciativas para a geração de trabalho e renda. É uma ação prevista no Programa Bahia Solidária, com apoio financeiro do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza – Funcep, da ordem de R\$ 844 mil, e se propõe atender a uma das principais demandas dos atores sociais do movimento de Economia Solidária para o estado. Sua referência é baseada em experiências desenvolvidas pela Secretaria Nacional de Economia Solidária – Senaes, que já implantou cerca de 20 centros em alguns municípios do Sul e Sudeste do Brasil.

Na Bahia, o governo está implantando três Centros Públicos, sendo um de abrangência estadual e outros dois de abrangência

regional/territorial. Até o ano de 2011, estão previstas a implantação de mais seis centros. Os Cesol são estruturas multifuncionais, com raio de ação Territorial ou estadual, que prestam os seguintes serviços aos produtores organizados em cooperativas e associações:

- Consultoria organizacional – com assistência técnica administrativa, comercial, produtiva, contábil e jurídica (legalização, orientações previdenciárias e trabalhistas e normatização técnica para os produtores);
- Microcrédito e Finanças Solidárias – crédito orientado e assessoria aos tomadores de recursos do CrediBahia;
- Qualificação em economia solidária, associativismo e cooperativismo;
- Desenvolvimento de técnicas comerciais e de comércio justo e solidário;
- Desenvolvimento e uso de tecnologias associadas;
- Espaço para eventos, atividades culturais, reuniões de fóruns e redes de economia solidária; e
- Articulação de ações de desenvolvimento local e territorial.

Em 2008, funcionando em local provisório, o Cesol-Salvador prestou atendimento a 2.557 pessoas. Atualmente, funciona em sede definitiva, inaugurada em 11 de dezembro, no Comércio, e localizado em equipamento definitivo inaugurado no dia 11 de dezembro, no Comércio, e pretende ampliar as atividades de acordo com o que está descrito na Tabela 10.

Ainda estão em construção um Cesol em Vitória da Conquista e outro em Feira de Santana. A instalação do Cesol-Vitória da Conquista teve início com processo submetido à SETRE em março de 2008. O convênio, da ordem de R\$ 258,6 mil, foi assinado em julho de 2008.



Emissão de documentos

Manu Dias - Agecom

Tabela 10

SERVIÇOS OFERECIDOS BAHIA 2008

SERVIÇO	PESSOAS BENEFICIADAS
Diagnóstico organizacional	109
Visitas Técnicas	212
Consultoria de <i>Designer</i>	262
Oficina de Elaboração de Projetos	103
Sensibilização em Economia Solidária	88
Consultoria Jurídica	295
Consultoria Contábil	326
Consultoria em Elaboração de Projetos	40
Consultoria em Gestão de Projetos	1.030
Atendimento de Microcrédito	92
TOTAL	2.557

Fonte: SETRE/Sudet

Atualmente, o equipamento está em obras. Com a inauguração, o governo do estado pretende atender, direta e indiretamente, cerca de 5.600 pessoas por ano.

Já a instalação do Cesol Territorial Portal do Sertão, no município de Feira de Santana, pretende atender por ano, direta e indiretamente, cerca de três mil pessoas. Para a instalação do Cesol Portal do Sertão foi constituído um Grupo de Trabalho que ficou responsável por definir as formas de implantação do centro. Em 16 de setembro, o grupo realizou um seminário com caráter de audiência pública, que contou com a participação de mais de cem empreendimentos do Território Portal do Sertão, além de representantes da Coordenação de Desenvolvimento do Ensino Superior – Codes, Empresa Bahiana de Desenvolvimento Agrícola S.A. – EBDA e Universidade Federal de Feira de Santana – Uefs.

A criação e fomento às **Incubadoras Públicas de Economia Solidária** buscam melhorar as condições dos empreendimentos de economia solidária por meio da transferência de tecnologia em gestão e desenvolvimento de ações sociais e políticas com os coletivos solidários. Esta ação é desenvolvida em parceria com o Instituto Mauá, a Bahia Pesca, a Caixa Econômica Federal, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS, Financiadora de Estudos e Projetos – Finep e Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional – Fase.

Em 2008, foram realizadas visitas técnicas a entidades de apoio e fomento, universidades e gestores de 13 Territórios de Identidade com o intuito de sensibilizar as pessoas acerca da temática da economia solidária, divulgar a proposta de ação de Incubadoras e mobilizar instituições locais para o estabelecimento de parcerias para operacionalização. Em torno de 200 pessoas participaram dos eventos.

Para a operacionalização das incubadoras de empreendimentos econômicos solidários, o governo promoveu a parceria de entidades públicas e privadas. Assim, a execução do serviço foi garantido, devido a assinatura de convênio no valor de R\$ 4 milhões, entre a SETRE/SECTI/Fapesb, no valor de R\$ 4 milhões. A SETRE aplicou R\$ 3,4 milhões, a Fapesb, R\$ 500 mil, e a SECTI, R\$ 100 mil.

A estratégia de operacionalização envolveu a publicação do Edital de Apoio às incubadoras de empreendimentos econômicos solidários, para implementá-las em três modalidades: Universitárias; Temáticas (voltado para marisqueiras e pescadores); e Territoriais. As propostas recebidas estão sob avaliação. Os convênios entre a Fapesb e executoras foram assinados em dezembro de 2008, com recursos aprovados da ordem de R\$ 2,9 milhões.

O setor artesanal também será beneficiado com as incubadoras temáticas. Convênio assinado com o Instituto Mauá, no valor de R\$ 700 mil, permitirá a operacionalização do serviço, voltado para comunidades tradicionais de indígenas e quilombolas (Tabela 11).

A Coordenação de Formação e Divulgação também participou das seguintes ações ligadas à Economia Solidária:

- Realização do seminário de cooperativas populares da Bahia;
- Fórum Baiano de Economia Solidária – Preparação da Feira de Economia Solidária; e
- Marco Legal – elaboração de proposta para Projeto de Lei sobre Economia Solidária.

A SETRE ainda promoveu ações de apoio direto a **Empreendimentos de Economia Solidária – EES**. A iniciativa procura fomentar a geração de trabalho e renda por meio da implantação ou melhoria de estruturas físicas e produtivas de empreendimentos solidários rurais e urbanos. Juntamente com outras ações de qualificação e de criação de redes de comercialização, o apoio direto aos empreendimentos promove a instrumentalização e organização dos pequenos produtores, tendo em vista a sustentabilidade de suas iniciativas econômicas e produtivas.

O apoio é proveniente de convênios fechados com entidades públicas e privadas, sem finalidade lucrativa, que executam projetos em economia solidária no âmbito local ou municipal. Em 2008, a assinatura de 61 convênios garantiu a aplicação de cerca de R\$ 3 milhões no apoio direto às organizações produtivas solidárias. Foram beneficiadas 9.098 famílias, em 13 municípios baianos (Tabela 12). Estas ações são implantadas por meio de parceria entre a SETRE e a Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional – CAR.

Tabela 11

**INCUBADORAS EM IMPLANTAÇÃO
BAHIA 2008**

INCUBADORAS EM IMPLANTAÇÃO	Nº DE INCUBADORAS
Incubadora Central no Cesol – Salvador	1
* Incubadoras Temáticas Quilombola e Indígenas Kiriri e Tuxá	3
** Propostas selecionadas e via Edital 007/2008 da Fapesb	15
	19

Fonte: SETRE/Sesol
* Parceria com o Instituto Mauá
** Parceria com a Fapesb

Tabela 12

APOIO DIRETO A EMPREENDIMENTOS COLETIVOS
BAHIA 2008

MUNICÍPIO	LOCALIDADES	FAMÍLIAS BENEFICIADAS
Araci	Minador; Campo Grande	840
Banzaê	Maria Preta; Povoado de Salgado; Boqueirão; Banzaê; Campo do Brito; Queimada Grande; Tamburil	1.100
Guanambi	Curral de Varas; Gameleira; Curral Velho; Taboinha do Sul; Taboinha da Pintada; Morro da Inácia I; Pedra Grande; Cheta; Amaro da Boa Vista; Lagoa da Torta; Barro Preto; Umburaninha; Mulungu; Mutans e Lagedão	1.023
Irecê	Sede do município	100
Itapicuru	Peba; Retiro; Lagoa do Soares; Água Fria; Povoado de Capoeira; Povoado de Muniz; Murici; Sambaiba; Maria de Matos; Catu Grande; Boa Vista; Catu; Mariana; Lagoa do Meio	707
Heliópolis	Cajazeira; Massaranduba; Sapé; Santos Dumont; Barreira do Tubarão; Fazenda Serrota; Itapororoca; São José da Fazenda Preta; Tijuco	751
Lauro de Freitas	Sede do município	30
Matina	Lagoa de Eugênio; Pichico; Água Preta; Laje; Caraibinha; Campo Alegre; Muquém; Salinas; São Francisco; Brejinho; Mocê; Campo Lindo e Várzea Grande	1.055
Nazaré	Sede do Município	170
Palmas de Monte Alto	Fazenda Caraibas; Cedro; Currallinho; Estreito; Mangueira; Boqueirãozinho; Cipó; Campos de Baixo; Barra do Riacho; Baixa do Augusto; Poço de Pedra; Café Sem Troco; Vargem Comprida; Periperi; Caldeirão da Jurema e Agrestinho	1.072
Pintadas	Todo o município	40
Salvador*	Sede do município	2.030
Tucano	Lagoa de Dentro; Fazenda Esperança de Bizzamum; Lagoa do Canto e Carnaiba de Cima; Povoado de Coité; Ovô II; Rio do Peixe	180
TOTAL		9.098

Fonte: SETRE/Sesol

*Valor estimado

O **Apoio a Cooperativas e Associações Atuantes em Resíduos Sólidos** foi outro serviço de destaque em 2008. A ação apoia as cooperativas de reciclagem de resíduos sólidos, em especial as que integram o Complexo de Reciclagem, visto que a atividade de catação é uma alternativa de sobrevivência para centenas de excluídos que vivem e trabalham nas ruas das cidades baianas, principalmente nos grandes centros urbanos. Outra particularidade do serviço de catação é a já constatada exploração da mão de obra por parte dos compradores intermediários, que compram os materiais coletados por baixos preços e, após prensá-los, ou promover algum tipo de transformação, os vendem para as indústrias por valores bastante superiores aos pagos aos catadores.

Tendo presente esta realidade, no ano de 2008, a Superintendência de Economia Solidária – Sesol, dando continuidade aos projetos de fortalecimento do Complexo de Cooperativas de Reciclagem da Região Metropolitana, promoveu durante o carnaval a campanha “O trabalho infantil vai dançar no carnaval”. Essa iniciativa foi para além do apoio ao processo de catação e vendas. Foram realizadas reuniões com parceiros importantes no sentido de garantir fardoamento, alimentação e espaço para os filhos dos trabalhadores envolvidos na campanha, além de cestas básicas para as famílias

solidárias que “adotaram” essas crianças durante os festejos do Carnaval. Nove cooperativas foram apoiadas, beneficiando 2.180 catadores.

Ao longo do ano de 2008, foram realizadas oficinas de formação em cooperativismo, associativismo, economia solidária, planejamento, contabilidade e meio ambiente. Isso totalizou 21 cooperativas apoiadas e 2.470 pessoas beneficiadas. Além disso, representou uma melhora no projeto apresentado pelo Complexo de Reciclagem para o carnaval 2009. Ainda foram assinados convênios, com repasse direto de recursos, com a Prefeitura Municipal de Lauro de Freitas (50 jovens); Creche Escola Comunitária Fonte de Luz (Salvador) com o Projeto Gerando Cidadania, através do qual dois núcleos são apoiados, totalizando 80 jovens apoiados; Incubadora de Novos Talentos Sertão em Ação (Irecê), Projeto Moda Feminina, através da Reutilização de Resíduos, um núcleo apoiado com 40 jovens; Centro de Artes e Meio Ambiente – Projeto de Apoio ao Complexo Cooperativo de Reciclagem, formado por oito cooperativas de reciclagem apoiadas, totalizando 160 catadores beneficiados.

As atividades de **Formação em Economia Solidária** estiveram focadas em linhas de ação consideradas fundamentais para o desenvolvi-

mento das atividades na busca por mecanismos de fortalecimento dos empreendimentos solidários, da formação dos trabalhadores e da difusão do conceito e das práticas do movimento de Economia Solidária.

Ao longo de 2008, foram desenvolvidas experiências práticas de formação com empreendimentos econômicos solidários, entidades de apoio e fomento e gestores públicos – feiras, seminários e plenárias, e com as redes de articulação dos atores da economia solidárias. Essas experiências foram importantes para o fortalecimento do setor e na busca por alternativas frente à desigualdade e à marginalização destes trabalhadores, oriundas da competição e da relações de subordinação, características do Capitalismo. A interrelação dos diversos empreendimentos potencializa um setor econômico que a cada período gera renda para mais trabalhadores e defende a organização social guiada por outros princípios, propiciando uma melhora substancial na qualidade de vida dos envolvidos. Assim, em 2008, a SETRE realizou, ou deu apoio, a diversos eventos, entre feiras, seminários e plenárias. Foram realizadas ainda: atividades de sensibilização em Economia Solidária; elaboração de projetos; contabilidade para Empreendimentos de Economia Solidária (em 13 Territórios e duas no auditório da SETRE), num total de 212 participantes, este último suplantando a meta física estabelecida de 800 pessoas atendidas; isso levando-se em consideração as atividades de formação de educadores para atuarem em Ecosol realizadas através do convênio firmado pela Cáritas Brasileira.

Cabe destacar, dentre os eventos anteriormente mencionados, a realização da IV Feira Baiana de Economia Solidária, maior evento do movimento baiano de Ecosol. A SETRE foi uma das colaboradoras do evento, fornecendo apoio na infra-estrutura, transporte, divulgação e alimentação.

Ainda entre as ações para a formação em economia solidária, foram realizadas duas chamadas públicas: para Formação da Equipe Técnica Incubadora e para Formação de Gestores. Também foi necessária a contratação, através de licitação, de consultores para a elaboração de material didático apropriado para estas ações.

FOMENTO AO ARTESANATO

A atividade artesanal na Bahia é, sobretudo, informal e complementar. Apresenta uma grande diversidade de tipologias, técnicas,

formas de produção, organização e tecnologias sociais. Apesar da riqueza e diversidade da produção artesanal e da existência de muitos artesãos com boa qualificação técnica, os processos produtivos artesanais ainda necessitam de melhorias significativas.

As ações de fomento ao artesanato, desenvolvidas pelo Instituto Mauá, visam a sustentabilidade da cadeia produtiva artesanal e a organização das comunidades em associações ou empreendimentos cooperativados. O objetivo é garantir as necessidades básicas e a melhoria da qualidade de vida das famílias artesãs, em paralelo à preservação ambiental e a promoção da diversidade cultural, como forma de salvaguardar os saberes e fazeres populares.

Ao planejar articulações de agentes econômicos e criativos em suas ações de fomento, comercialização e divulgação do artesanato, o Instituto Mauá busca assegurar o fortalecimento das identidades culturais. A conservação das técnicas de produção dos artesãos, suas práticas e seus conhecimentos, transmitidos de geração a geração, diferenciam e agregam valor aos bens culturais, preservando-os do impacto de modismos. Com o propósito de promover a emancipação de pessoas e famílias, o governo do estado prioriza municípios com os mais baixos Índice de Desenvolvimento Humano – IDH.

A parceria entre Instituto Mauá e Superintendência de Economia Solidária – Sesol para o desenvolvimento das incubadoras para o artesanato quilombola e indígena, representa um esforço para integrar as ações de capacitação técnica e gerencial com a preservação do patrimônio material e imaterial destas comunidades, através do estímulo à economia solidária.

Além disso, o Instituto Mauá contribui com a economia do turismo oferecendo lazer e distração em eventos (feiras, mostras etc.) Esta visão sustenta a parceria firmada entre o instituto e o Ministério do Turismo/CTI Nordeste.

Através das ações de **apoio ao processo de organização de associações, cooperativas e comunidades artesanais**, a SETRE tem buscado resgatar e revitalizar as tradições culturais das comunidades baianas a partir do artesanato, transformando esta atividade em um setor competitivo, respeitando os princípios da economia solidária e autossustentabilidade da cadeia produtiva.

Foram realizadas ações de diagnóstico, de capacitação para o desenvolvimento da cadeia produtiva do artesanato e para aquisição de equipamentos, beneficiando mais de 2,2 mil artesãos em 16 territórios. (Quadro 2)

O processo de organização do segmento artesanal é fortalecido através dos projetos sociais que identificam nichos com potencial produtivo, onde o estímulo ao talento e à criatividade pode oferecer

meios de inserção e desenvolvimento. Nesse contexto, podemos destacar as seguintes ações:

- Projeto Social “Criamundo” – O Instituto Mauá e a SESAB formalizaram uma parceria para a gestão do processo de produção artesanal, através do desenvolvimento de oficinas de cestaria e trançado, para os usuários do Hospital Juliano Moreira. As oficinas foram implantadas em junho de 2006 e continuaram até maio de

Quadro 2

ATUAÇÃO DO INSTITUTO MAUÁ NOS TERRITÓRIOS DE IDENTIDADE BAHIA, 2008

TERRITÓRIO DE IDENTIDADE	MUNICÍPIO	AÇÃO	BENEFICIADOS DIRETOS
Velho Chico	Ibotirama/Ilha Grande	Diagnóstico, Capacitações, Equipamentos	60
Velho Chico	Matina	Diagnóstico, Capacitações	50
Velho Chico	Serra do Ramalho	Diagnóstico, Capacitações	52
Chapada Diamantina	Andaraí	Diagnóstico, Capacitações	40
Chapada Diamantina	Mucugê	Diagnóstico, Capacitações	35
Sisal	Conceição do Coité	Diagnóstico, Capacitações	47
Sisal	Monte Santo	Diagnóstico, Capacitações	56
Sisal	Tucano/ Tracupá	Diagnóstico, Capacitações	64
Sisal	Santaluz	Diagnóstico, Capacitações	60
Sisal	Itiúba	Diagnóstico, Capacitações	62
Litoral Sul	Maraú	Diagnóstico, Capacitações	40
Baixo Sul	Gandu	Diagnóstico, Capacitações	25
Bacia do Paramirim	Paramirim	Diagnóstico, Capacitações	35
Sertão Produtivo	Brumado	Diagnóstico, Capacitações	50
Sertão Produtivo	Guanambi	Diagnóstico, Capacitações	50
Sertão Produtivo	Ituaçu	Diagnóstico, Capacitações	44
Sertão Produtivo	Malhada de Pedras	Diagnóstico, Capacitações	40
Piemonte do Paraguaçu	Santa Terezinha/Campo Grande	Diagnóstico, Capacitações	60
Semi-árido Nordeste II	Cipó	Diagnóstico, Capacitações	73
Semi-árido Nordeste II	Santa Brígida	Diagnóstico, Capacitações	60
Agreste de Alagoinhas	Conde	Diagnóstico, Capacitações	29
Agreste de Alagoinhas	Esplanada/ Baixios	Diagnóstico, Capacitações	40
Agreste de Alagoinhas	Entre Rios/Subaúma/Massarandupió	Diagnóstico, Capacitações	50
Agreste de Alagoinhas	Mata de São João/Diogo/Curralinho	Diagnóstico, Capacitações	50
Agreste de Alagoinhas	Itapicuru	Diagnóstico, Capacitações	40
Vitória da Conquista	Vitória da Conquista	Diagnóstico, Capacitações	80
Vitória da Conquista	Poções	Diagnóstico, Capacitações	50
Recôncavo	Cachoeira	Diagnóstico, Capacitações	30
Recôncavo	Santo Amaro/Acupe	Diagnóstico, Capacitações	30
Recôncavo	São Sebastião do Passé	Diagnóstico, Capacitações	42
Médio Rio de Contas	Boa Nova/Valentim	Diagnóstico, Capacitações, Equipamentos	80
Bacia do Rio Corrente	Correntina	Diagnóstico, Capacitações	40
Piemonte Norte do Itapicuru	Andorinha	Diagnóstico, Capacitações	40
Piemonte Norte do Itapicuru	Jaguarari	Diagnóstico, Capacitações	33
Metropolitano de Salvador	Camaçari	Diagnóstico, Capacitações, Equipamentos	80
Metropolitano de Salvador	Salinas da Margarida	Diagnóstico, Capacitações	40
Metropolitano de Salvador	Salvador	Diagnóstico, Capacitações	345
Metropolitano de Salvador	Salvador/Ilha de Maré	Diagnóstico, Capacitações	40
Metropolitano de Salvador	Simões Filho	Capacitações	95
TOTAL			2.237

Fonte: Instituto Mauá/Gefar

2008, graças à celebração de termo aditivo. Esta ação capacitou os portadores de transtornos mentais leves daquele hospital e representou uma importante atividade terapêutica, contribuindo para o desenvolvimento da coordenação motora e visual e da concentração mental, diminuindo o estresse e a irritabilidade de oficineiros com quadro de descompensação e instabilidade emocional. A iniciativa também viabilizou a geração de renda e a inserção social dos participantes, através da comercialização dos seus produtos;

- Oficinas de tecelagem e cestaria no presídio – Em 2008, 40 internas da Penitenciária Feminina participaram das oficinas. Já na Penitenciária Lemos Brito, são oferecidas oficinas de tecelagem aos internos e na Colônia Penal Simões Filho, a oficina de cestaria e trançado beneficiou 30 pessoas; A iniciativa é fruto de numa parceria com a Secretaria da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos – SJCDH.
- Oficinas de tecelagem e cerâmica com adolescentes e jovens do Centro Educacional Santo Antônio – São realizadas através do Programa de Atendimento e Inclusão Social. Essa parceria possibilitou a participação de 80 jovens aprendizes em oficinas de arteeducação, como parte das ações complementares ao ensino básico, contribuindo para o processo de descoberta de potencialidades artísticas e o desenvolvimento da criatividade;
- Projeto Mãos à Arte – Uma iniciativa da Concessionária Litoral Norte e Instituto Invepar, em parceria com o Instituto Mauá, para capacitação de 80 artesãos nas tipologias “Aproveitamento em Coco e Pintura em Tecido” nas comunidades de Barra de Pojuca, Jauá, Mata de São João, Areias, Catu de Abrantes, Arembepe, Itacimirim e Monte Gordo;
- Projeto de Qualificação para Artesãos do Município de Salvador – A qualificação para artesãos do município de Salvador foi uma iniciativa que surgiu da necessidade de oferecer aos artesãos da Capital o conhecimento de novas técnicas e ferramentas nos processos produtivos. Vinte e cinco artesãos cadastrados no Instituto Mauá foram beneficiados. Foram oferecidos os módulos de Identidade Cultural, Expressão Criativa, Desenvolvimento de Produtos e Convivendo com as Diferenças, totalizando 140 horas. O último módulo do curso, o de Gestão Empreendedora, será concluído em 2009; e
- Projeto de Incubadoras Temáticas – Tem como objetivo estimular a Economia Solidária como estratégia de desenvolvimento territorial, fomentando a criação, a consolidação e a sustentabilidade de organizações de pequeno porte. Para isso, tem como alvo etnias quilombolas e indígenas nas seguintes

localidades: Região Metropolitana de Salvador/Simões Filho – Comunidade Quilombola de Dandá e Pitanga dos Palmares; Banzaê – Aldeias Kiriris, em Mirandela, Pau Ferro e Marcação; e Rodelas – Aldeias Tuxás. A ação alcançou os resultados previstos, como a seleção das entidades executoras, a elaboração dos projetos, assinatura dos convênios e o repasse dos recursos. As Incubadoras serão implantadas e acompanhadas pelo Instituto Mauá, a partir de 2009.

O governo do estado apoia a **Comercialização do Artesanato Baiano** viabilizando a venda dos produtos em suas lojas na Barra e no Pelourinho. Esta é uma ação estratégica, já que o artesão encontra enorme dificuldade de comercialização dos bens culturais que produz devido à concorrência com artesãos de outros estados e a proliferação no mercado de produtos assemelhados, que são confundidos com artesanato. Em 2008, foram comercializadas 24.843 peças artesanais, gerando uma receita de R\$ 377 mil. As vendas atingiram o universo de 23 tipologias. Dez dessas tipologias mais vendidas correspondem a 88% da receita, de acordo com a Tabela 13.

Tabela 13

VENDAS DE ARTESANATO POR TIPOLOGIA BAHIA, 2008

TIPOLOGIA ARTESANAL	PEÇAS	VALOR
Cerâmica	5.461	91.228
Bordado	1.486	50.923
Cestaria e trançado	2.859	47.135
Madeira (marçetaria)	1.936	32.738
Tecelagem	1.278	26.818
Aproveitamento de retalhos	1.147	24.050
Lembrança da Bahia (souvenir)	5.288	19.019
Instrumento musical	1.238	13.617
Aproveitamento de cocos e cabaças	764	12.837
Metal (fundição)	517	10.545
Aproveitamento de materiais (reciclagem)	466	10.472
Papel machê (papietagem)	296	7.793
Artesanato indígena	981	7.298
Massa fria (biscuit, porcelana etc.)	95	5.303
Renda	166	4.717
Prataria e ourivesaria	240	4.379
Lapidação de vidro (fundição)	318	2.835
Crochê rústico e macramê	41	2.040
Aproveitamento de búzios e sementes	205	1.709
Mosaico	28	661
Boneca de pano	12	398
Couro	17	225
Adereços de origem africana	3	90
Artesanato mineral (lapidação de pedras)	1	49
TOTAL	24.843	376.879

Fonte: Instituto Mauá/Gepar

A compra dos produtos, realizada diretamente nas comunidades, beneficiou, em 2008, 52 municípios em 21 Territórios de Identidade (Mapa 1). O apoio para a venda e a compra sistemática e criteriosa do artesanato faz do Instituto Mauá uma instituição estratégica na preservação da produção artesanal baiana em todos os Territórios, para os quais os bens culturais criados e fabricados pelos artesãos são parte constitutiva de suas identidades.

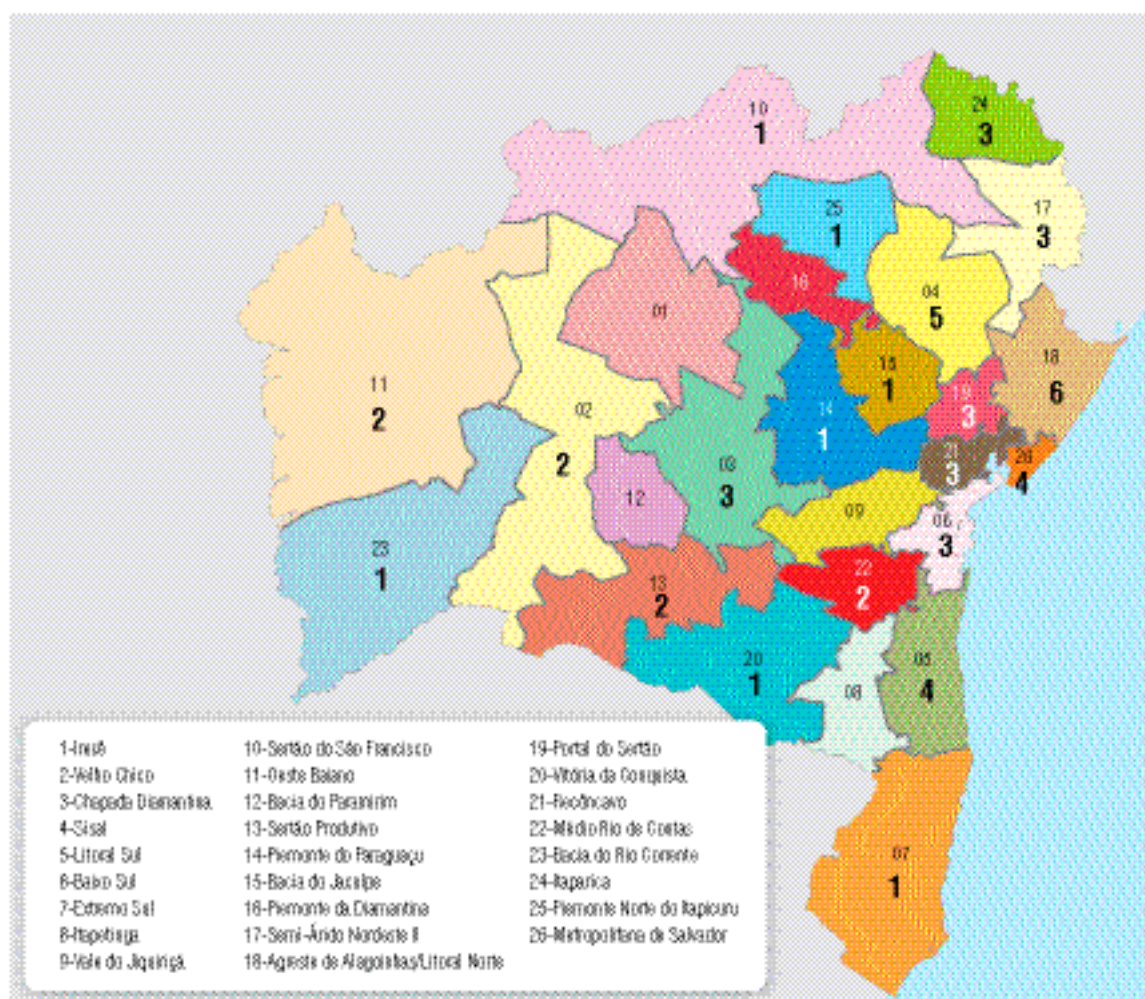
Os indicadores que analisam estatisticamente a comercialização dos produtos colocam a cerâmica como principal destaque, seguida dos bordados, da cestaria e dos trançados, responsáveis por mais de 50% das vendas. Esse dado é importante porque revela o valor do artesanato tradicional e evidencia a necessidade do desenvolvimento

de políticas que minimizem o estado de pobreza em que se encontram, há décadas, as comunidades de ceramistas.

Para comercializar através do Instituto Mauá é necessário um cadastro prévio e a obtenção da Carteira do Artesão, que também garante acesso a outros mercados. Atualmente estão cadastrados 6.868 artesãos, dos quais 5.441 já migraram para o Sistema de Informações Cadastrais do Artesanato Brasileiro – Sicab, cuja receita indireta para o Estado, através do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS, é bastante significativa, já que toda matéria-prima para elaboração do produto é adquirida no próprio comércio local, assim como o investimento

Mapa 1

COMPRA DE ARTESANATO PELO MAUÁ — TERRITÓRIOS DE IDENTIDADE E MUNICÍPIOS BAHIA, 2008



Fonte: Instituto Mauá

do lucro. O Setor de Cadastramento tem como missão identificar os artesãos profissionais, permitindo a eles benefícios legais e, graças a uma parceria com a SEFAZ, a isenção de impostos nas operações de comercialização.

Além do escoamento de produtos adquiridos diretamente dos artesãos e associações do interior e da Capital, através das lojas Barra e Pelourinho, o Instituto Mauá vem estabelecendo parcerias que possibilitam a abertura de novos canais para geração de renda, melhoria da qualidade de vida e auto-sustentabilidade dos artesãos.

A **Feira Baiana de Artesanato**, realizada quinzenalmente no Jardim dos Namorados, em 2008, contou com a colaboração de 1,4 mil expositores e gerou uma receita aproximada de R\$ 298 mil em venda direta. (Tabela 14). A feira também gera trabalho e renda para outras categorias, e exemplo das quituteiras e montadores. O evento tem como parceiros a Companhia Baiana de Pesquisa Mineral – CBPM, o Sebrae e o Banco do Nordeste e conta com a participação da Sesol, de diversas entidades e associações beneficentes que trabalham com portadores de necessidades especiais, apenados, dentre outros.

Outros eventos também são articulados e realizados com o objetivo de valorizar e viabilizar o escoamento da produção artesanal mais representativa do estado. São eventos realizados em parcerias com empresas, shopping centers, além de eventos nacionais e outros eventos locais, conforme pode ser identificado na Tabela 15.

No âmbito dos eventos locais, pode-se ressaltar a Rodada de Negócios em parceria com o Sebrae, cujo objetivo foi promover a aproximação dos núcleos produtivos de artesanato com grandes redes de lojas. Participaram do evento 15 empresas nacionais e uma estrangeira, que compraram peças produzidas em Barra, Costa dos Co-

queiros, Maragogipinho, Nova Soure, Santa Brígida, Litoral Norte, Rio de Contas, Santa Rita de Cássia, Salvador, Saubara e Valente. Os negócios geraram uma receita de R\$ 56 mil em venda direta dos artesãos. No conjunto foram mais de cinco mil artesãos beneficiados, concretizando-se, dessa forma, uma democratização do acesso à política pública desenvolvida pelo governo da Bahia.

Em decorrência da divulgação e do contato direto com o público, criou-se novas oportunidades de expansão de mercado para artesãos. Em 2008, a convite da Secretaria de Cultura e Turismo do Estado da Bahia – SECULT, o Mauá realizou a Sala do Artista Popular – SAP, durante o período de 15 de maio a 14 de junho, na Galeria de Artes Mestre Abdias (Mauá/Pelourinho). Com o tema “O traído e o urdido: tecidos de buriti dos Gerais da Bahia” foi montada uma mostra da arte das trançadeiras da palha de buriti do município de Cocos. Foram custeadas as passagens e hospedagens dos artesãos participantes e da representante daquela comunidade artesanal.

Durante o mês de novembro, o Mauá realizou outra edição da Sala do Artista Popular – SAP, e dessa vez o município homenageado foi Rio de Contas, onde a força do couro, da madeira, do metal e do bordado expressa o artesanato riocontense.

O **Encontro Balano de Artesanato** – Em 2008, a parceria entre o Instituto Mauá – SETRE e a SECULT levou à reflexão sobre o seguinte tema: “Construindo um Plano de Ação e Políticas de Articulação Territorial para o Desenvolvimento do Artesanato Baiano”. O encontro procurou discutir o estágio do artesanato baiano e todas as suas implicações no âmbito das políticas desenvolvidas. O evento foi realizado entre 26 e 28 de novembro, quando técnicos e especialistas no assunto versaram sobre os mais variados assuntos ligados ao setor. Como resultado do encontro foi elaborado o documento “Linhas de Ação e Agenda Institucional para o Artesanato Baiano”.

Tabela 14

**FEIRA BAIANA DE ARTESANATO
BAHIA, 2008 (*)**

MÊS	ARTESÃOS	VALOR
Janeiro	200	40.760
Fevereiro	200	56.618
Março	200	49.686
Setembro	200	21.658
Outubro	200	37.632
Novembro	200	43.548
Dezembro	200	47.934
TOTAL	1.400	297.836

Fonte: Instituto Mauá/Gepar

(*) A feira funciona de outubro a março

Tabela 15

**EVENTOS DE ESCOAMENTO
DA PRODUÇÃO ARTESANAL
BAHIA, 2008**

EVENTO	ARTESÃOS	VALOR
Artesanato nas empresas	212	5.878
Artesanato nos <i>shoppings</i>	168	136.916
Eventos locais	217	74.690
Eventos nacionais	3.256	43.403
Feira Baiana de Artesanato	1.400	297.836
TOTAL	5.253	558.723

Fonte: Instituto Mauá/Gepar

O **Projeto de Fundo de Pasto**, apresentado e encaminhado pela Articulação Estadual dos Fundos de Pasto e pela coordenação da Pastoral da Terra – Regional de Senhor do Bonfim, contempla várias tipologias artesanais, tais como: couro, palha e madeira, tendo em vista as características sociais, econômicas e culturais das comunidades artesanais, além das especificidades de cada uma delas no que tange às diversas esferas da produção e comercialização do artesanato. As ações beneficiaram 76 artesãos em oito associações nos municípios de Andorinha, Jaguarari, Monte Santo e Senhor do Bonfim, através de capacitações, equipamento das associações e aquisição de matéria-prima.

Para dar aporte a uma de suas principais atribuições, a de preservar a memória do artesanato da Bahia, o Instituto mantém um **Acervo Permanente**, com aproximadamente duas mil peças produzidas por artesãos e comunidades artesanais de todo o estado. Entre as peças, destacam-se obras de mestres artesãos já mortos e outras em vias de extinção. O espaço expõe ao público produtos em diversas tipologias, sendo constantemente procurado por pesquisadores, professores, estudantes, fotógrafos, arquitetos, decoradores, turistas, dentre outros.

O processo de atualização do catálogo e fotografia de todas as obras do acervo teve início em 2007. Essa ação possibilitará conhecer o artesão criador da peça, a matéria-prima e a técnica utilizada na sua produção, além de pesquisas sobre os Territórios de Identidade e o município de origem. Também existe um projeto arquitetônico a ser contratado/licitado de organização e segurança do setor, que prevê a instalação de câmeras, sistema de climatização e iluminação. Outra medida é o desenvolvimento de um banco de dados para disponibilizar todo o acervo na Internet.

A SETRE elaborou um **Projeto de Pesquisa** que se encontra em fase de análise na Casa Civil, com previsão de início em 2009, quando serão identificados 25 Territórios que produzem artesanato. A partir dos novos indicadores, poder-se-á desenvolver projetos de parcerias e apontar ações estratégicas para consolidar cada vez mais esse segmento.

O governo do estado vem resgatando e revitalizando as atividades artesanais, fortalecendo as identidades culturais e de pertencças através da publicação de documentos que divulgam o artesanato em suas diversas expressões. Entre esses, podemos citar o lançamento das seguintes publicações:

- **Cartilha do Artesanato Baiano** – Essa publicação, apoiada pelo Programa do Artesanato Brasileiro/Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, teve como principal meta a visualização do artesanato não só como um produto gerador de emprego e renda, mas também como um grande indicador da identidade cultural de um povo, nas suas diversas expressões de costumes, crenças, religiosidade, heranças étnicas, dentre outros. A linguagem singular da Cartilha remete o leitor ao universo peculiar do artesanato baiano, informando as suas classificações, finalidades, tipologias e a cadeia produtiva do artesanato desde o seu início (insumos de produção) até a parte final (promoção e marketing): e
- **Mostra de Artesanato dos Territórios de Identidade da Bahia e Lançamento do Catálogo Artesanatos da Bahia** – Realizada de 17 a 19 de dezembro, na Galeria Mestre Abdias (Centro de Artesanato do Pelourinho), a Mostra apresentou produtos artesanais dos 26 Territórios de Identidades, junto aos artesãos representantes das suas comunidades. O evento teve ainda o lançamento do Catálogo Artesanatos da Bahia. Essa publicação é o resultado de trabalhos desenvolvidos pela Instituição em comunidades artesanais de todos os Territórios do estado, respeitando suas tradições e fortalecendo suas identidades culturais. A publicação trará diversas informações sobre o universo do artesanato em 26 municípios – um para cada Território de Identidade – onde o Mauá implantou núcleos e fortaleceu ações, desde o desenvolvimento de cadeias produtivas até a participação em feiras e eventos regionais e nacionais. Através das fotografias dos rostos, das paisagens, das matérias-primas, das formas de trabalho e das produções artesanais, o leitor será transportado à realidade desses artesãos, até então anônimos, valorizando sua arte e seu modo de vida.

INCLUSÃO SOCIAL DE BASE MINERAL

São ações sociais por intermédio de programas comunitários, que visam à geração de ocupação, renda, qualificação profissional e



Feira de Artesanato Regional

Agecom

resgate social para populações carentes do território baiano, principalmente de sua região Semi-árida, através do aproveitamento de recursos de base mineral. Em 2008, o governo do estado, por meio da CBPM, deu sequência a estas ações através de três eixos: Artesanato Mineral; Apoio à Produção de Paralelepípedos; e Exploração Mineral Comunitária de Pequeno Porte. Os investimentos realizados nestes programas atingiram o valor de R\$ 831 mil.

Artesanato Mineral

Em 2008 foram realizadas as seguintes atividades: celebração de convênios com a prefeitura de Jacobina, para otimização das unidades de Artesanato Mineral Adornativo (bijuterias minerais), de objetos e utilitários e implantação da unidade de Lapidação de Gemas Coradas para beneficiamento de 176 famílias; convênio com a Fundação de Assistência e Desenvolvimento Social de Brumado (Fadesb) para implantação de uma unidade de Lapidação de Gemas Coradas e de Facetamento e Formas Livres de Cristal, propiciando a oferta de mão-de-obra local qualificada na lapidação de gemas e no facetamento e formas livres de cristal, material utilizado nas indústrias de jóias do país, beneficiando diretamente um contingente de 16 famílias/novos artesãos.

Apoio à Produção de Paralelepípedos

Foram celebrados convênios com a Prefeitura de Jacobina para implantação de Frente de Produção de materiais de pavimentação, aperfeiçoando um contingente de 20 artesãos e capacitando dois artesãos em gestão e comercialização, e com as prefeituras de Mundo Novo e Livramento de Nossa Senhora, para implantação de Núcleos de Treinamentos para produção de materiais de pavimentação, formando 32 artesãos e capacitando dois artesãos em gestão e comercialização. Ainda no ano de 2008, foi dado apoio à produção de paralelepípedos no município de Santaluz, beneficiando um contingente de dois mil artesãos.

Exploração Mineral Comunitária de Pequeno Porte

Foi celebrado convênio com o Centro Comunitário e Assistencial Beira Rio, no município de Riachão do Jacuípe, para implantação de uma unidade de produção de blocos cerâmicos, com capacidade de produção de 240 milheiros de blocos/mês, beneficiando diretamente cerca de 20 famílias. Foi também realizada ação direta de apoio na execução do trabalho de Pesquisa de Calcário, no município de Iraquara, em fase de implantação, com previsão de conclusão para

o primeiro trimestre de 2009, que, além de promover o retorno do ICMS ao estado, beneficiará mais de 150 famílias.

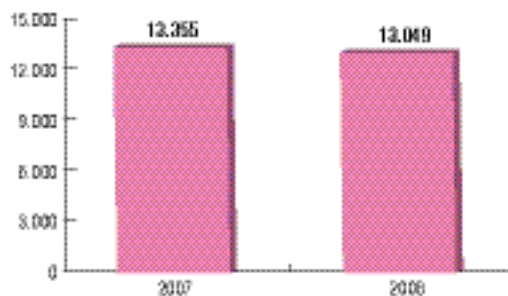
GERAÇÃO DE EMPREGO E DISTRIBUIÇÃO DE RENDA

A Agência de Fomento do Estado da Bahia S.A. – Desenhahia, é vinculada institucionalmente à Secretaria da Fazenda – SEFAZ. Em 2008, o valor das operações aprovadas pela Desenhahia alcançou R\$ 133,1 milhões, equivalendo a um aumento de 28,9% em comparação ao ano de 2007, totalizando 13.049 financiamentos concedidos em 2008.

Os Gráficos 2 e 3 apresentam, comparativamente, a movimentação nos dois últimos exercícios (2007/2008), em termos de quantidade de financiamentos aprovados e o valor das operações realizadas.

Gráfico 2

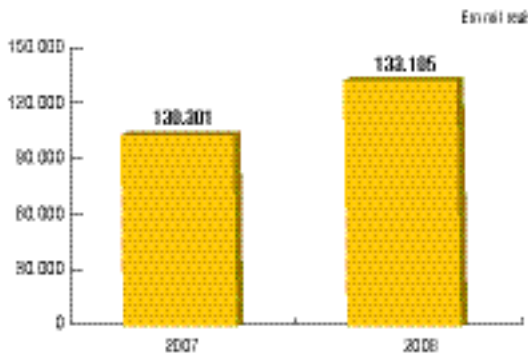
DESENBAHIA – QUANTIDADE DE APROVAÇÕES BAHIA, 2007—2008



Fonte: Desenhahia

Gráfico 3

DESENBAHIA – VALOR DAS APROVAÇÕES BAHIA, 2007—2008



Fonte: Desenhahia

O desempenho da Desenbahia neste período foi pautado pelo atendimento aos macroobjetivos e às orientações de políticas públicas definidos pelo governo Estadual. Dentre estes, destacaram-se a promoção da inclusão socioeconômica, a interiorização do desenvolvimento, o fortalecimento da base municipal e o apoio às micro e pequenas empresas, bem como aos empreendedores autônomos, estimulando a geração de emprego e renda.

Deve-se ressaltar que a Instituição concentrou 73,5% do valor de aprovações no interior do estado. Além disso, o total das operações efetivadas irá viabilizar a realização de investimentos no estado, da ordem de R\$ 166 milhões, contribuindo para a geração/manutenção de mais de 26 mil postos de trabalho diretos.

Quanto à procedência dos recursos, o Fundo de Desenvolvimento Social e Econômico do Estado da Bahia – Fundese foi a principal fonte, tendo sido responsável por mais da metade (59%) do valor total das aprovações. Por sua vez, as aprovações com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE, e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, corresponderam a 17% e 18,7%, respectivamente, do montante das operações. Por fim, as operações originadas com recursos próprios corresponderam a 5,3% do valor total das aprovações. Deve-se ressaltar que houve expansão nas operações com todas as fontes de financiamento no ano de 2008, em relação ao ano anterior.

Na distribuição setorial dos financiamentos, o setor de comércio e serviços absorveu mais da metade (56,3%) do valor total das aprovações no período. E a despeito das participações menos significativas dos setores rural e industrial, de 22,9% e 15,1%, respectivamente, o valor total das aprovações para estas atividades registrou crescimento de 69,5% e 44,6%, nesta ordem, quando confrontado com 2007. Já as operações para o setor público municipal corresponderam a 5,7% do volume total.

No que tange à distribuição espacial dos financiamentos, os dados confirmam a tendência de desconcentração das operações pelos Territórios de Identidade localizados fora da Região Metropolitana de Salvador – RMS. Assim, no que se refere ao valor das aprovações, a participação da RMS caiu de 32,2%, em 2007, para 26,5%, em 2008, com o respectivo aumento de participação dos demais Territórios de Identidade, que saltou de 67,8% para 73,5%.

No intuito de contribuir com os macroobjetivos norteadores da estratégia de desenvolvimento econômico sustentável do estado, a De-

senbahia tem estimulado iniciativas e implementado programas, que concorram para a geração de emprego e a distribuição de renda, bem como para promoção da melhoria da qualidade de vida da população. Com esta finalidade, a Desenbahia operou, neste período, os programas relacionados a seguir, voltados prioritariamente para a agricultura familiar, para as micro e pequenas empresas e também para os empreendedores informais (microcrédito).

APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

A SETRE criou uma coordenação de apoio às micro e pequenas empresas com o objetivo de criar oportunidades de negócios para trabalhadores e fortalecer a economia popular. Um resultado importante foi o início da articulação da Rede de Fortalecimento do Comércio Familiar de Produtos Básicos – Refap, em parceria com o Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – Sebrae, Companhia Nacional de Abastecimento – Conab, e Banco do Nordeste do Brasil S.A. – BNB, com a finalidade de fortalecer o segmento dos mini-mercados da região de Cajazeiras, através da criação de uma Central de Negócios para facilitar o acesso ao crédito e dinamizar a negociação com grandes fornecedores.

Em 05 de agosto de 2008 ocorreu o lançamento da Refap, em Cajazeiras, na Casa do Trabalhador. O evento contou com a presença de mais de 70 empresários locais, dos quais cerca de 40 aderiram à proposta no momento final do encontro e estão sendo assessorados pela Conab, para abertura da Associação que funcionará como Central de Compra para os associados. Em parceria com a Desenbahia, está sendo aberta, na unidade central do SineBahia, uma Central de Atendimento à MPE, que fornecerá informações sobre linhas de crédito específicas e disponíveis para este segmento.

CrediBahia é o programa de microcrédito do governo do estado da Bahia voltado para o desenvolvimento socioeconômico do pequeno e micro empreendedor. O crédito é concedido a pessoas físicas e jurídicas empreendedoras de atividades produtivas comerciais de pequeno porte, com pelo menos seis meses de funcionamento, no valor mínimo de R\$ 200 e máximo de R\$ 5 mil. O crédito é disponibilizado de forma ágil e desburocratizada, com taxa de juros de 1,8% a.m. para o primeiro empréstimo que, se pago em dia, é reduzido para 1,5% a.m., constituindo um forte estímulo para a geração de ocupação e renda.

O Programa é desenvolvido em parceria com a Desenbahia, o Sebrae e Prefeituras Municipais. As implantações são precedidas de

audiências públicas, instalação física das agências e capacitação técnica dos agentes de crédito.

O CrediBahia tem 153 postos de atendimento em 152 municípios do estado. A maioria deles (57,5%) nas regiões de Semi-árido. Em 2008, foram criados 14 postos e foi implantado, em Salvador, o serviço de microcrédito no Centro Público de Economia Solidária no Comércio.

Desde a sua implantação, em abril de 2002, até dezembro de 2008, o CrediBahia beneficiou 42.925 pequenos empreendedores, disponibilizando R\$ 57,1 milhões de crédito. Nos anos de 2007 e 2008, o impacto do programa foi duplicado em seus principais itens: dos 42.925 contratos realizados desde o início do programa, 22.047 foram feitos em 2007/2008, representando um crescimento de 106%, e dos R\$ 57,1 milhões movimentados pelo CrediBahia nestes seis anos, R\$ 31,5 milhões foram emprestados no último biênio, representando um incremento de 123% em relação ao período de 2002–2006 (Tabela 16).

Entre contratos novos e renovados atendeu-se uma média de onze mil pequenos empreendedores por ano em 2007 e 2008. O valor médio por contrato financiado na apresentação vem registrando um processo positivamente declinante desde 2007. Este resultado decorre da atenção mais dirigida na concessão do crédito ao microempreendedor e das avaliações do acompanhamento pré-crédito realizadas pelos supervisores técnicos regionais no Sistema Informatizado de Gerenciamento do Microcrédito que possibilitam a meta de fornecer o crédito ao empreendedor conforme sua necessidade e capacidade de pagamento. Este procedimento reduz a inadimplência e, conseqüentemente, torna mais saudável a carteira ativa do programa.

Por outro lado, a elevação do valor médio nos contratos de renovação (Tabela 17) representa um aumento no volume de empreende-

Tabela 17

VALOR MÉDIO DE CONTRATO
BAHIA 2002–2008

ANO	CONCESSÃO/ APRESENTAÇÃO	Em (R\$1,00)
		RENOVAÇÃO
2002 a 2006	1.092	1.507
2007	1.049	1.754
2008	1.036	1.844

Fonte: Desembahia

dores que têm acesso ao CrediBahia e a progressiva fidelização da sua clientela em torno de 60% dos clientes que acessam o programa fazem renovações de empréstimos.

A elevação do volume de contratos liberados e dos valores financiados exige não somente um monitoramento mais apurado dos contratos pré-crédito, mas, também, o acompanhamento pós-crédito realizado através das visitas do agente de crédito e, principalmente, dos supervisores técnicos regionais aos clientes inadimplentes. Essa visita se destina a apresentar ao cliente a alternativa de pagamento das parcelas em débito ou a renegociação do contrato. Esse procedimento foi responsável pelo aumento anual, a partir de 2007, de contratos renegociados.

Outro aspecto fundamental é a distribuição territorial das ações do CrediBahia. A região do Semi-Árido é a que mais possui postos de atendimento – 88 postos, equivalendo a 57% do total. A maioria dos micro-empreendedores beneficiados, em 2008, também está localizada nesta região, num total de 6.426 contratos, o que equivale a 59% dos empreendimentos novos e renovados. Do montante total de crédito disponibilizado em 2008, R\$ 9,3 milhões beneficiou empreendedores do Semi-Árido, o que representa 58,2% do valor global de empréstimos (Tabela 18).

Tabela 16

CONTRATOS E VALORES FINANCIADOS
BAHIA, 2002–2008

ANO	CONCESSÃO/APRESENTAÇÃO		RENOVAÇÃO		TOTAL	
	CONTRATO	VALOR	CONTRATO	VALOR	CONTRATO	VALOR
2002 a 2006	14.320	15.607	6.558	9.978	20.878	25.585
2007	5.829	5.436	5.380	10.095	11.209	15.531
2008	4.660	4.744	6.178	11.235	10.838	15.979
TOTAL	24.809	25.787	18.116	31.308	42.925	57.095

Fonte: Desembahia

Tabela 18

DADOS POR TERRITÓRIOS DE IDENTIDADE
BAHIA, 2008

Nº	TERRITÓRIO DE IDENTIDADE	Nº DE POSTOS DE ATENDIMENTO	CONTRATOS LIBERADOS	
			Nº	VALOR (R\$ 1.000,00)
1	Irecê	3	196	189
2	Velho Chico	4	347	516
3	Chapada Diamantina	5	128	219
4	Sisal	9	193	1.162
5	Litoral Sul	11	753	988
6	Baixo Sul	4	131	164
7	Extremo Sul	14	861	1.421
8	Itapetinga	4	215	325
9	Vale do Jiquiriçá	8	340	481
10	Sertão do São Francisco	5	190	190
11	Oeste Baiano	2	228	326
12	Bacia do Paramirim	2	115	561
13	Sertão Produtivo	6	271	458
14	Piemonte do Paraguaçu	5	378	457
15	Bacia do Jacuípe	4	216	13
16	Piemonte da Diamantina	2	117	123
17	Semi-árido Nordeste II	9	267	528
18	Agreste de Alagoinhas/Litoral Norte	7	295	649
19	Portal do Sertão	10	619	729
20	Vitória da Conquista	6	646	986
21	Recôncavo	11	393	450
22	Médio Rio de Contas	6	613	852
23	Bacia do Rio Corrente	2	484	620
24	Itaparica	2	313	1.886
25	Piemonte Norte do Itapicuru	2	331	284
26	Metropolitano de Salvador	10	362	1.582
TOTAL		153	9.002	13.211

Fonte: Desenbahia

* Em negrito estão marcados os Territórios de Identidade com maioria dos municípios incluídos no Semi-árido.

OUTROS PROGRAMAS DE FINANCIAMENTO

- **Credifácil** – Este Programa visa fortalecer os micro e pequenos empresários através da oferta de linhas de crédito que atendam à demanda por capital de giro e por investimento fixo. Em 2008, foram aprovadas 237 operações, que totalizaram R\$ 31,2 milhões, cooperando para a manutenção e/ou geração de 7.129 postos de trabalho diretos.
- **Microcrédito** – O programa visa facilitar o acesso ao crédito produtivo para os pequenos negócios de caráter informal, possibilitando a manutenção e a ampliação das alternativas de trabalho para a parcela mais pobre da população. A disponibilização do crédito ocorre mediante financiamento direto ao mutuário (1º piso) ou por meio de repasse através de instituições operadoras de microcrédito (2º piso). Em 2008, foram concedidos 10.835 financiamentos no 1º piso que, totalizaram R\$ 16 milhões, e mais três operações no

2º piso, no valor total de R\$ 1,1 milhão. Juntos, estes financiamentos totalizaram R\$ 17,1 milhões e irão contribuir para a geração e/ou manutenção de 13.564 postos de trabalho diretos.

- **Protáxi** – Tendo por finalidade a renovação da frota de táxi nas principais cidades turísticas baianas, este programa garante emprego e renda para o profissional, além de melhorar o atendimento para o usuário deste serviço. Neste período, os financiamentos aprovados totalizaram R\$ 25,8 milhões, tendo beneficiado 1.512 proprietários de táxis.
- **Agricultura Familiar** – Neste período, a Desenbahia destinou R\$ 3,9 milhões para apoiar a agricultura familiar na atividade de cultivo da laranja em diversos municípios do Nordeste baiano. Os recursos foram provenientes do BNDES, por intermédio do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf e do Fundese, através do recém criado Programa de Financiamento Agropecuário – Proagro.

- **Credi-APL** – O Credi-APL está voltado para o aumento da capacidade competitiva de empresas que compõem o Arranjo Socioprodutivo Local de confecções, situado no bairro do Uruguai, na capital baiana. Neste período, foram aprovados seis financiamentos que somaram R\$ 879 mil.
- **Programas para Municípios** – Em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo governo do estado, a Desenhahia disponibiliza programas de financiamento com a finalidade de viabilizar investimentos públicos municipais. Os programas incluem linhas específicas voltadas para a aquisição de ambulâncias, de máquinas pesadas e implementos para a realização de intervenções em vias públicas e estradas vicinais, bem como para a melhoria da infra-estrutura urbana. Em 2008, o valor total destes financiamentos somou R\$ 7,1 milhões.

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A JUVENTUDE

PROGRAMA BAHIA JOVEM – JOVENS BAIANOS

O Programa Jovens Baianos foi criado, em junho de 2005, com o objetivo de promover a inclusão socioprodutiva de jovens de 16 a 24 anos em situação de vulnerabilidade social, através de um Projeto de Formação com o foco no Protagonismo Juvenil.

Em 2008, a ocorrência de convênios com sete organizações da sociedade civil, garantiu o desenvolvimento de ações de qualificação pessoal e profissional, como forma de apoio ao programa Jovens Baianos. Atualmente são estes os projetos desenvolvidos com as organizações abaixo citadas:

- Projeto Educar para Construir, desenvolvido pela Coordenação para o Desenvolvimento da Morada Humana – CDM;
- Escola da Sabedoria – Didá Alamojú, desenvolvido pela ONG Omi Dúdú;
- Escola Profissionalizante Ilê Aiyê, desenvolvido pela Associação Carnavalesca Ilê Aiyê;
- Projeto Ciranda Educativa, desenvolvida pela Sociedade Hólon, atuando em parceria técnica com a Universidade Católica de Salvador, através da Escola de Serviço Social;
- Projeto TV Pelourinho, desenvolvido pela ONG Ação pela Cidadania;
- Escolas Agrícolas Herdeiros da Terra, desenvolvida pela Escola Famílias Agrícola; e

- Projeto Uma Semente que Brota, desenvolvido pela Associação dos Pequenos Agricultores de Mandioca, Manufaturados e seus Derivados, da localidade de Maragogipinho.

O Programa Jovens Baianos vem atuando de forma a garantir a ampliação do tempo pedagógico, com o jovem beneficiário do programa permanecendo o período integral na escola e/ou nos centros de capacitação das entidades parceiras (dois turnos), garantindo o acesso do jovem a uma formação teórico-prática, envolvendo temas relacionados às questões de cidadania, auto estima, protagonismo, projeto de vida e desenvolvimento comunitário. Tudo isto possibilitando ao jovem uma vivência prática no contexto da sua comunidade e potencializando o pensamento crítico.

O processo de pesquisa socioeconômica, realizado para identificar os jovens beneficiários, resultou na elaboração de um relatório de pesquisa, descrevendo o perfil do novo jovem e de suas respectivas famílias, e pode ser um referencial para outras ações com a juventude.

No que toca à gestão do programa, avançou-se na execução realizada por parceiros conveniados – ONGs e universidades – que tornam mais fácil a agilização de providências e procedimentos de execução, assim como a liberação dos recursos de acordo com o cronograma previsto e a melhoria no desembolso do pagamento dos jovens.

Destacam-se como realização do programa: a inserção de 70% dos alunos que concluíram o curso de qualificação profissional na área da construção civil predial; o projeto TV Pelourinho implementando novas alternativas para jovens do Centro Histórico (Pelourinho) e adjacências com idéias modernas e criativas para o enfrentamento da vulnerabilidade social; a expansão do programa para a Juventude Rural, em 32 municípios, com as escolas agrícolas atendendo a mil jovens; e Políticas Públicas para a Juventude Rural na área da agroecologia, com os jovens atuando como agentes de desenvolvimento rural.

Em 21 de setembro de 2008, foi editado o Decreto 10.460, convocando a 1ª Conferência Estadual de Juventude como parte da Conferência Nacional de Juventude. Coordenada pela Secretaria de Relações Institucionais – SERIN, a conferência teve como parceiros realizadores representantes da sociedade civil organizada – cerca de 30 organizações que fazem parte do Conselho Nacional de Juven-



Adenilson Nunes - Agecom

Conferência de Juventude da Bahia em Itabuna

tude – e demais secretarias de Estado, que constituíram a Comissão Organizadora Estadual – COE.

A SEDES, representada pela coordenação do Programa Jovens Baianos, foi parceira da SERIN desde a concepção do projeto à organização da Conferência, participando efetivamente da Comissão Organizadora Estadual e da Comissão Executiva. É importante registrar que a Bahia foi o único estado a convocar uma grande mobilização por meio da campanha “Jovem Gera Ação”, além de adotar as plenárias territoriais como parte integrante da Conferência Estadual.

Nos dias 28, 29 e 30 de abril de 2008, foi realizada a Conferência Estadual de Juventude na Escola Parque, no bairro da Caixa d'Água, reunindo aproximadamente 1.300 jovens de diversas representações como quilombolas, indígenas, mulheres, lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transgêneros – LGBTQI; deficientes, jovens partidários, religiosos, trabalhadores, dentre outros.

Como grande resultado desta mobilização em torno da Conferência de Juventude da Bahia, pode-se destacar o Decreto nº 10.987/2008, onde foi instituído o Grupo de Trabalho de Juventude, com a finalidade de estudar, elaborar, propor e apresentar os termos e

instrumentos de execução da Política Estadual de Juventude, que resultará no Conselho Estadual de Juventude.

O Grupo de Trabalho – GT de Juventude encerrou suas atividades em julho de 2008, gerando os seguintes resultados: o indicativo de projeto de lei que crie o Plano Estadual da Juventude; a criação do Conselho Estadual da Juventude e a Coordenadoria de Políticas Públicas para a Juventude.

A coordenação do programa também integrou o grupo técnico das secretarias que compõem o comitê gestor do novo programa de juventude do estado – o Trilha, lançado em outubro de 2008. O Trilha é o programa estadual de inserção de jovens no mundo do trabalho por meio da educação, qualificação profissional e desenvolvimento social. O programa visa atender jovens de 16 a 29 anos, membros de famílias beneficiárias do Bolsa Família. A meta, até 2010, é de atender a 75 mil jovens de 100 municípios do estado.

Com previsão do início das inscrições dos jovens entre fevereiro e março de 2009, a princípio serão disponibilizadas cinco mil vagas para o primeiro semestre de 2009 e prevê-se dez mil vagas para 2010. O Termo de Referência do programa encontra-se na fase final de ajustes, com a elaboração do plano de ação de cada Secretaria responsável



Adenilson Nunes - Agecom

Conferência de Juventude da Bahia em Amargosa

por uma parte do programa. Encontra-se, ainda, em andamento a criação do sistema de gerenciamento do programa, que permitirá realizar diversas atividades como: inscrição e matrícula dos jovens, controle de frequência, pagamento do auxílio financeiro, dentre outros. Maiores informações sobre o Trilha podem ser obtidas na Diretriz de Educação.

TRABALHO DECENTE PARA JOVENS – JUVENTUDE CIDADÃ

Este programa prevê ações que beneficiaram, inicialmente, em torno de 26 mil jovens em situação de risco social, em processos de qualificação socioprofissional, com compromisso de inclusão de uma parte deles no mercado de trabalho.

O Juventude Cidadã atende 10.660 jovens de famílias com renda mensal *per capita* de até meio salário mínimo, cursando a Educação Básica regular da rede pública ou na modalidade de Educação de Jovens e Adultos. O programa faz a qualificação socioprofissional dos jovens, além do reforço escolar e do acompanhamento e avaliação das ações do serviço social voluntário que eles realizam junto às suas comunidades. Ao final do processo, busca-se garantir a inserção no mundo do trabalho de pelo menos 30% dos jovens que concluem o projeto.

Vale ressaltar que, na capital, desde junho de 2008, está em execução a qualificação social de 2.440 jovens. Em outubro, o programa inscreveu mais 1.060 integrantes. Esta turma tem previsão de início das aulas em janeiro de 2009. Em setembro de 2008, foi concluído o processo de contratação das 13 entidades executoras responsáveis pela qualificação profissional dos 2.440 jovens, bem como a contratação das executoras responsáveis pela qualificação social e profissional dos 1.060 novos jovens que ingressarão no projeto.

No interior, por sua vez, está em execução, desde outubro de 2008, a inscrição de 7.165 novas vagas do projeto em 58 municípios do estado. Um mês antes, em setembro, foi concluído o processo de contratação de 17 entidades executoras que serão responsáveis pela qualificação social e profissional dos jovens. Já estão em processo de qualificação 1.720 jovens nas cidades de Feira de Santana, Ilhéus, Itabuna, Eunápolis, Itapetinga, Caetité, Guanambi, Brumado, Alagoinhas, Amargosa, Cachoeira, Muritiba e Camaçari. Nas demais cidades, o processo de formação será iniciado em janeiro de 2009.

Na Tabela 19 está discriminada a quantidade de jovens atendidos por município e o custo total e específico de cada projeto.

Em outubro de 2008, também ocorreu a inscrição para 600 vagas do projeto Escola de Fábrica, em seis municípios do estado, com início das aulas em dezembro de 2008. Foram selecionadas três entidades certificadoras, responsáveis pela qualificação de mais de 200 jovens do projeto nos municípios de Madre de Deus, São Sebastião do Passé e Maragogipe.

ATENDIMENTO E RESSOCIALIZAÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

O adolescente em conflito com a lei tem seu atendimento previsto pelo art. 122 do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, que estabelece como necessário um conjunto de ações psicossocial, pedagógica e jurídica, efetivado através do Sistema de Administração da Justiça Juvenil, composto pelos subsistemas: Segurança Pública, Jurídico e de Execução. Esse sistema tem em comum o cumprimento da lei 8.069/90 que instituiu o ECA na aplicação e execução das medidas socioeducativas.

A ressocialização de adolescentes em conflito com a lei tem como objetivo responder adequadamente ao delito juvenil, assegurando o respeito aos direitos humanos dos adolescentes, realizando uma ação socioeducativa e garantindo a segurança social. A medida socioeducativa, por sua vez, se desenvolve tendo como suporte básico as ações administrativas e de educação, profissionalização, orientação às famílias, acompanhamento jurídico, social, psicológico, saúde, desenvolvimento sociocultural, esporte, lazer e atividades artísticas complementares que permeiam o processo.

O gerenciamento das ações socioeducativas destinadas ao adolescente em conflito com a lei, em privação de liberdade, inclui

Tabela 19

JOVENS BENEFICIADOS E CUSTO POR MUNICÍPIO
BAHIA, 2008

(Em R\$ 1.000,00)

Nº	MUNICÍPIO	QUANTIDADE DE JOVENS	VALOR		
			CONTRATO EXECUTORA	BOLSA JUVENTUDE	TOTAL
1	Lençóis	60	62	36	98
2	Iraquara	60	62	36	98
3	Ilhéus	120	125	72	197
4	Itabuna	180	187	108	295
5	Eunápolis	180	187	108	295
6	Itamaraju	120	125	72	197
7	Teixeira de Freitas	210	218	126	344
8	Itapetinga	180	187	108	295
9	Campo Alegre de Lourdes	60	62	36	98
10	Casa Nova	90	94	54	148
11	Juazeiro	180	187	108	295
12	Remanso	30	31	18	49
13	Senhor do Bonfim	120	125	72	197
14	Barreiras	390	406	234	640
15	Luís Eduardo Magalhães	210	218	126	344
16	Santana	60	62	36	98
17	Brumado	120	125	72	197
18	Caetité	120	125	72	197
19	Guanambi	150	156	90	246
20	Livramento de Nossa Senhora	90	94	54	148
21	Lagoa Real	30	31	18	49
22	Irecê	120	125	72	197
23	Itaberaba	120	125	72	197
24	Jacobina	120	125	72	197
25	Capim Grosso	30	31	18	49
26	Mairi	60	62	36	98
27	Pintadas	60	62	36	98
28	Várzea da Roça	90	94	54	148
29	Alagoinhas	260	270	156	426
30	Pojuca	60	62	36	98
31	Amélia Rodrigues	30	31	18	49
32	Conceição do Jacuípe	60	62	36	98
33	Feira de Santana	420	437	252	689
34	Bom Jesus da Serra	30	31	18	49
35	Caetanos	30	31	18	49
36	Mirante	30	31	18	49
37	Barra do Choça	90	94	54	148
38	Amargosa	90	94	54	148
39	Cachoeira	90	94	54	148
40	Conceição do Almeida	60	62	36	98
41	Cruz das Almas	120	125	72	197
42	Maragogipe	90	94	54	148
43	Muritiba	90	94	54	148
44	Santo Antônio de Jesus	180	187	108	295
45	Jequié	180	187	108	295
46	Correntina	120	125	72	197
47	Abaré	30	31	18	49
48	Chorrochó	30	31	18	49
49	Glória	30	31	18	49
50	Macururé	30	31	18	49
51	Rodelas	30	31	18	49
52	Paulo Afonso	150	156	90	246
53	Camaçari	420	437	252	689
54	Candeias	150	156	90	246
55	Lauro de Freitas	420	437	252	689

Continua

Conclusão Tabela 19

Nº	MUNICÍPIO	QUANTIDADE DE JOVENS	VALOR		
			CONTRATO EXECUTORA	BOLSA JUVENTUDE	TOTAL
56	Simões Filho	330	343	198	541
57	Vera Cruz	60	62	36	98
58	São Sebastião do Passé	90	94	54	148
59	Salvador - Federação	270	281	162	443
	Salvador - Garcia	160	166	96	262
	Salvador - São Cristóvão	190	125	114	239
	Salvador - Tancredo Neves	120	125	72	197
	Salvador - Cajazeiras	210	218	126	344
	Salvador - Paripe	30	31	18	49
	Salvador - Jaguaribe II	80	83	48	131
	Salvador (1ª fase)	2.440	2.696	1.464	4.160
TOTAL		10.660	11.169	6.396	17.565

Fonte: Sudet

o planejamento, a orientação, o acompanhamento e a avaliação de todo o processo, buscando maior efetividade para execução das medidas.

Durante o ano de 2008, foi revista a proposta de atuação técnica da Fundação Estadual da Criança e do Adolescente – Fundac, e efetivado convênio de Cooperação Técnica com a Secretaria estadual da Educação – SEC, Secretaria Municipal de Educação e Cultura e com o Centro de Pesquisa e Assistência em Reprodução Humana – Ceparh.

Ainda em 2008, o governo realizou o Curso de Formação Continuada para 345 socioeducadores das unidades de internação do estado. O curso foi ministrado pela Universidade do Estado da Bahia – Uneb, em parceria com a Fundac e a Subsecretaria Especial dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Já no período de 03 a 05 de dezembro, foi realizado, em Salvador, o XXXIX Fórum Nacional de Entidades Executoras de Políticas de Promoção e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente. O evento contou com a participação dos gestores estaduais do atendimento socioeducativo das 27 Unidades da Federação, assim como técnicos, juizes, promotores e demais autoridades envolvidas com o sistema de garantia dos direitos das crianças e dos adolescentes.

As ações de execução e acompanhamento das medidas socioeducativas são realizadas com o apoio do governo Federal através de convênios. O Quadro 3 apresenta os convênios com vigência em 2008.

Todas as ações direcionadas ao adolescente em conflito com a lei, em privação ou restrição de liberdade, têm acompanhamento, controle e avaliação visando verificar a eficiência, eficácia e efetividade do processo (Tabela 20).

Tabela 20

RESSOCIALIZAÇÃO DE ADOLESCENTE EM CONFLITO COM A LEI (PRIVAÇÃO DE LIBERDADE) BAHIA, 2008

MUNICÍPIO	UNIDADE DE ATENDIMENTO	MEDIDA/ATENDIMENTO	ADOLESCENTE ATENDIDO	
			2007	2008
Salvador	Pronto Atendimento	Pronto Atendimento	3.567	3.283
	Case	Internação Provisória	837	949
		Internação	196	228
	Pernoite	Pernoite	982	599
	Egresso	Egresso	88	468
	Case Brotas	Semi-liberdade	36	53
Simões Filho	Case CIA	Internação	97	130
Feira de Santana	Case Juiz Melo Matos	Pronto Atendimento	167	267
		Internação Provisória	204	271
		Internação	50	81
TOTAL			6.224	6.329

Fonte: Astec

Quadro 3

CONVÊNIOS COM O GOVERNO FEDERAL – SECRETARIA ESPECIAL DE DIREITOS HUMANOS
BAHIA, 2008

Em R\$ 1.000,00

OBJETO	VIGÊNCIA	VALOR		POPULAÇÃO BENEFICIADA
		CONVÊNIO	CONTRAPARTIDA	
Socializar o conhecimento e a reflexão dos princípios, organização e diretrizes do Sinase	27/12/2000 a 20/12/2008	50	6	600 operadores do Sistema de Garantia de Direito
Assegurar melhoria da qualidade de vida do adolescente que se encontra em privação de liberdade, através da equipagem do ambulatório da saúde da comunidade de atendimento socioeducativo da Case/CIA	5/11/2007 a 05/03/2009	38	4	104 adolescentes
Mapear o Sistema Socioeducativo em Meio Fechado no Estado da Bahia: Perfil e Situação Institucional – Ações, Limites e Impactos.	27/12/2007 a 24/08/2008	45	5	Sistema socioeducativo
Equipar os Ambulatórios de Saúde na Comunidade Socioeducativa	3/12/2007 a 03/12/2008	37	4	104 adolescentes
Construção de uma comunidade de atendimento em Feira de Santana	27/12/2007 a 26/12/2008	4.800	5.931	Processo de licitação
Implantar o sistema socioeducativo em meio aberto (PSC e LA) nos municípios de Vitória da Conquista, Porto Seguro, Eunápolis, Teixeira de Freitas, Itamaraju e Itabuna para adolescente autor de ato infracional e dependência química	29/6/2006 a 29/12/2008	250	38	305 adolescentes
Inserir o sistema socioeducativo em meio aberto (PSC e LA) implantando Unidades de Atendimento nos municípios de Valença, Camaçari, Simões Filho e Lauro de Freitas	27/12/2007 a 27/12/2008	130	20	Processo de licitação
Promover a integração dos gestores e técnicos das 27 Unidades da Federação para a realização do Fórum Nacional de Dirigentes Governamentais de Entidades Executoras da Política de Promoção e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente	30/06/2008 a 30/11/2008	131	14	130 gestores e técnicos das 27 unidades da Federação
Equipar a unidade de atendimento socioeducativo Case – CIA para implantação do atendimento	23/12/2004 a 30/05/2008	600	169	Em prestação de contas
TOTAL		6.081	6.191	

Fonte: Fundac

Outras ações que merecem destaque:

- Realização do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – Sinase, evento estadual para gestores e educadores do Sistema de Garantia de Direitos do Estado da Bahia, com a participação de 600 pessoas;
- Curso para capacitação de educadores de medidas socioeducativas, através de convênio com a Universidade do Estado da Bahia – Uneb e parceria com o governo Federal;
- Parceria firmada com o Sistema Nacional de Emprego – Sine, visando o cadastramento dos adolescentes para oficinas de: eletricitista de manutenção, pedreiro polivalente e confeitiro e posterior encaminhamento ao mercado de trabalho;
- Parceria com o Centro de Referência do Adolescente Isabel Souto – Cradis, para elaboração conjunta do Plano Operativo Estadual de Saúde e com a Secretaria da Saúde do Estado da Bahia – SESAB, Núcleo de Apoio Interinstitucional em Saúde Mental;
- Capacitação em defesa pessoal e capacitação para equipes táticas de intervenção em técnicas de defesa pessoal, condução e imobilização, em articulação com a Polícia Civil para

enfrentamento de situações limite, visando instrumentalizar os educadores;

- Curso para capacitação em gerenciamento de crises para gestores, coordenadores e orientadores de todas as unidades da Fundac;
- Implantação de planilha de incidentes nas unidades, visando a resolução de violência de forma setorial; e
- Implantação do Sistema de Inteligência das Unidades.

A Tabela 21 detalha as ações desenvolvidas no âmbito de oficinas de iniciação profissional, arte-educação e esportes.

Para operacionalizar a **regionalização das medidas socioeducativas** de meio aberto e a semiliberdade, a Fundac optou por fazê-lo através de parcerias, via convênio, com Organizações Não-Governamentais. Constitui-se meta do governo da Bahia a implantação, até 2011, de Unidades de Atendimento Socioeducativo de Semiliberdade em todos os municípios-sede de Território e Liberdade Assistida – LA e Prestação de Serviço à Comunidade – PSC, nos municípios onde houver demanda.

Tabela 21

**REALIZAÇÃO DE OFICINAS –
ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO
BAHIA, 2008**

OFICINA INICIAÇÃO PROFISSIONAL	ADOLESCENTES ATENDIDOS
Informática	229
Padaria	174
Artefatos	439
Serigrafia	238
Bolsa Ecológica	5
Cerâmica	3
Artesanato	232
Doces e salgados	82
Confeções de acessórios	271
TOTAL 1	1.673
OFICINA DE ARTE-EDUCAÇÃO	ADOLESCENTES ATENDIDOS
ARTES	311
Arte Plástica	400
Origami	135
Banda e Percussão	598
Teatro	431
Balé	3
Dança	3
Música	203
EXPRESSÃO CORPORAL	332
TOTAL 2	2.416
OFICINA DE ESPORTE	ADOLESCENTES ATENDIDOS
ESPORTES (VARIADOS)	1.754
Boxe	1
Recreação	3
TOTAL 3	1.758

Fonte: Gerse

Até o ano de 2008, foram implantadas, através de convênios, unidades de meio aberto nos municípios de Ilhéus, Itabuna, Canavieiras, Porto Seguro, Eunápolis, Itamaraju, Teixeira de Freitas e Vitória da Conquista. A semiliberdade atende em Canavieiras e Vitória da Conquista, tendo sido implantada em Salvador, Juazeiro, Paulo Afonso, Barreiras, Alagoinhas, Santo Antônio de Jesus, Camaçari e Feira de Santana (Quadro 4).

Já um convênio firmado com a Fundação Reconto permitiu a implantação, em Itabuna, de uma unidade terapêutica regional voltada para o atendimento a adolescentes com dependência química, autores de ato infracional. A Unidade Frank Alves de Oliveira foi inaugurada em junho de 2008.

Através de outro convênio (030/2006), desta vez com a Secretaria Especial de Direitos Humanos – SEJDH, foi feita a compra de equipamentos para as unidades de meio aberto. O mesmo convênio ainda permitiu a capacitação de 80 socioeducadores destinados ao trabalho na unidade de Itabuna.

A capacitação dos socioeducadores contou com a parceria da Fundac e da Secretaria Especial dos Direitos Humanos, da Presidência da República. O Seminário para Capacitação de Socioeducadores para o Atendimento a Usuários de Alcool e Drogas ocorreu em Itabuna e colocou em discussão os seguintes temas: Adolescência e drogas; Tratamento e vivência sobre adolescência; Drogas e lei; Novas tecnologias; Redução de riscos e danos; Neurobiologia; Diagnóstico; Drogas e seus efeitos; A família e as drogas.

Ainda foram renovados convênios nos municípios de Feira de Santana (Comunidade Terapêutica) e Pojuca (Semiliberdade) assumidos pela regionalização, que supervisiona, monitora e presta assessoria técnica.

Visando o repasse da execução das medidas socioeducativas de Liberdade Assistida e Prestação de Serviço à Comunidade, foi feita a mobilização nos centros de Referência Especializado da Assistência Social – Creas, para orientar a equipe sobre o atendimento dos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas de meio aberto e suas famílias. A mobilização também prestou esclarecimento sobre a utilização do recurso do Piso Fixo de Média Complexidade III. A ação contou com a parceria da Superintendência de Assistência Social – SAS e atendeu à solicitação do Ministério de Desenvolvimento e Combate à Fome – MDS, responsável pelo repasse de R\$ 55 mil, aplicados nos Creas de 17 municípios.

Registre-se também a realização da capacitação para implantação de unidade de semiliberdade em Vitória da Conquista, contando com a presença de educadores e equipe técnica da Fundação Educacional de Vitória da Conquista – Famec, entidade parceira da Fundac, que irá executar a medida de semiliberdade nesse município e de representantes do Sistema da Garantia de Direitos.



Oficina de Reciclagem de Garrafa PET – Elcy Freire

Valter Martins

Quadro 4

**ATENDIMENTO A ADOLESCENTE EM CONFLITO COM A LEI – REGIONALIZAÇÃO
BAHIA, 2008**

PROJETO/ AÇÃO				
ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO A ADOLESCENTE EM CONFLITO COM A LEI ATRAVÉS DE CONVÊNIO				
MUNICÍPIO	CONVENIENTE	OBJETO	VIGÊNCIA	ADOLESCENTES ATENDIDOS
Feira de Santana	Fundação Rainha dos Apóstolos	Prestar assistência apoio e proteção a adolescentes com dependência química em regime de internação	15/08/2007a 14/10/2008	30/mês
Pojuca	Fundação Franco Gilbert – Fazenda "A Partilha"	Cooperação mútua para executar medida socioeducativa em regime de semiliberdade	02/09/2008 a 02/09/2009	30/mês
Itabuna/Ilhéus/Canavieiras	Fundação Reconto	Atendimento a adolescente em cumprimento de medida socioeducativa de prestação de serviços à comunidade e liberdade assistida no Litoral Sul da Bahia	11/11/2006 a 25/10/2008	100/mês
Itabuna	Fundação Reconto	Atender adolescentes e jovens de 12 a 21 anos em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto e semiliberdade, usuários e dependentes químicos dos municípios de Ilhéus, Itabuna e Canavieiras	1/11/2007 a 1/11/2008	60/mês
Porto Seguro/ Eunápolis/Itamaraju/ Teixeira de Freitas	Fundação Reconto	Atendimento a adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC) e Liberdade Assistida (LA)	21/03/2006 a 20/09/2008	110/mês
Vitória da Conquista	Programa de Educação para a Vida	Cooperação mútua com a finalidade de prestar atendimento ao adolescente autor de ato infracional em LA e PSC	04/04/2008 a 04/04/2009	120/mês
Vitória da Conquista	Fundação Educacional de Vitória de Conquista	Atendimento a 15 adolescentes, em conflito com a lei, em cumprimento de medida socioeducativa de semiliberdade em Vitória da Conquista	01/06/2008 a 01/06/2009	15/mês
Feira de Santana	Crescer Cidadão	Atendimento a 20 adolescentes, em conflito com a lei, em cumprimento de medida socioeducativa de semiliberdade no município de Feira de Santana.	19/12/2008 a 19/12/2009	20/mês
Salvador	Fundação Franco Gilbert	Atendimento a 16 adolescentes, em conflito com a lei, em cumprimento de medida socioeducativa de semiliberdade em Salvador.	19/12/2008 a 19/12/2009	16/mês
Juazeiro	Instituto de Desenvolvimento Social e Ambiental – IDESA	Atendimento a 20 adolescentes, em conflito com a lei, em cumprimento de medida socioeducativa de semiliberdade no município de Juazeiro.	19/12/2008 a 19/12/2009	20/mês
Paulo Afonso	Lar da Criança Vicentina	Atendimento a 20 adolescentes, em conflito com a lei, em cumprimento de medida socioeducativa de semiliberdade no município de Paulo Afonso.	19/12/2008 a 19/12/2009	20/mês
Camaçari	União das Organizações Sociais e Culturais da Bahia – UOSCC	Atendimento a 20 adolescentes, em conflito com a lei, em cumprimento de medida socioeducativa de semiliberdade no município de Camaçari.	19/12/2008 a 19/12/2009	20/mês
Santo Antônio de Jesus	Fundação Renato Machado	Atendimento a 20 adolescentes, em conflito com a lei, em cumprimento de medida socioeducativa de semiliberdade no município de Santo Antônio de Jesus.	19/12/2008 a 19/12/2009	20/mês
Alagoinhas	Centro de Defesa da Criança e do Adolescente – CDCA	Atendimento a 20 adolescentes, em conflito com a lei, em cumprimento de medida socioeducativa de semiliberdade no município de Alagoinhas.	19/12/2008 a 19/12/2009	20/mês
Barreiras	Centro de Defesa da Criança e do Adolescente – CDCA	Atendimento a 20 adolescentes, em conflito com a lei, em cumprimento de medida socioeducativa de semiliberdade no município de Barreiras.	19/12/2008 a 19/12/2009	20/mês

Fonte: Coordenação de Regionalização

Esta capacitação teve como objetivo qualificar os profissionais para proporcionar ao adolescente autor de ato infracional um atendimento qualificado e digno. Todo o programa foi baseado no ECA e no Sinase e em fundamentos técnico-pedagógicos que subsidiam a sua prática. Os Gráficos 4 e 5 apresentam a evolução da regionalização do atendimento de adolescentes.

O atendimento a crianças e adolescentes portadores de transtornos mentais funciona no Centro de Educação Especial Elcy Freire, em Salvador, e objetiva oferecer serviços de proteção especial de alta complexidade a crianças e adolescentes sem referência familiar, portadores de deficiência, transtorno mental e/ou síndrome genética, na faixa etária de oito a 18 anos, procedentes de todo o estado, encaminhados pelos órgãos competentes.

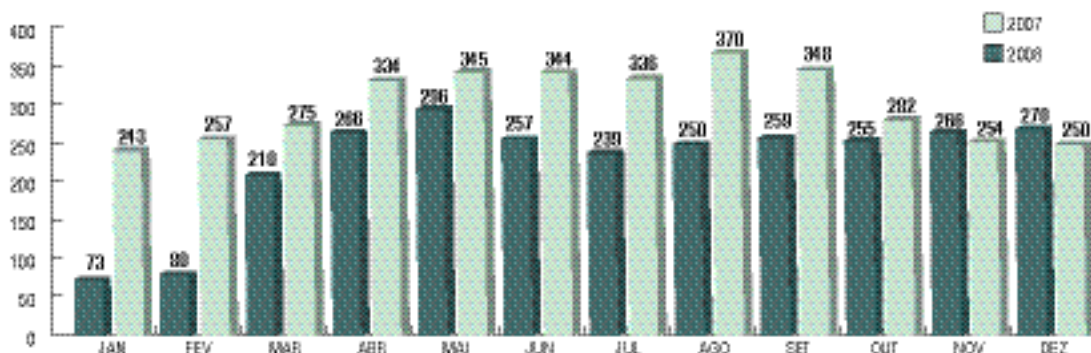
Na busca de promover a inclusão social dos atendidos pelo centro, foram realizados contatos com diversos parceiros: escolas públicas

municipais, Centros Sociais Urbanos, Programa Escola Aberta e Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais – Apae.

O estímulo à inclusão social foi realizada através de reforços sociais, tais como: participação em eventos e atividades de lazer na comunidade, passeios em pontos turísticos de Salvador (jardim zoológico, aeroporto, Praia de Itapoã, calçadão de Itapoã, Parque de Pituçu, Lagoa do Abaeté, Campo Grande e Avenida Sete de Setembro) e atividades de férias (oficina de artes; dança; lecto-escrita; arte de brincar e jogos cognitivos).

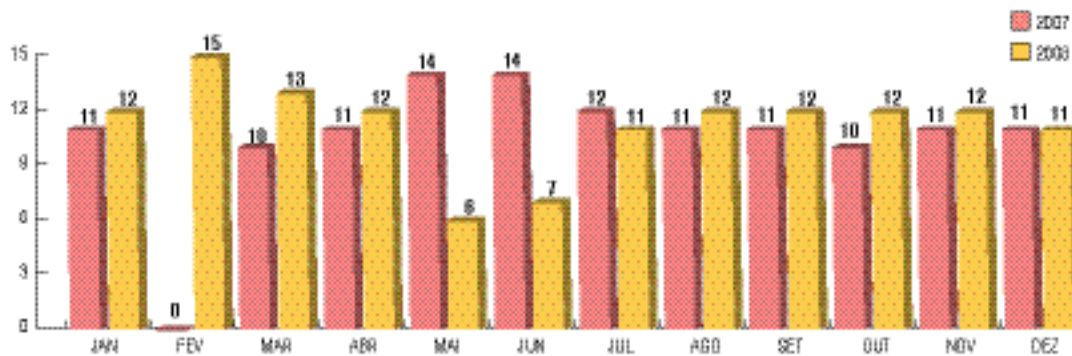
Os jovens são encaminhados à Apae para serem avaliados, selecionados e preparados para inclusão no mundo do trabalho. No ano de 2008, dois adolescentes portadores de deficiência foram inseridos no mercado de trabalho. Além disso, destaca-se como uma das mais relevantes ações do centro a reintegração do adolescente ao convívio familiar. O processo de reaproximação adolescentes/família/comunidade culminou, em 2008, no retorno familiar de cinco adolescentes.

Gráfico 4

FUNDAC — REGIONALIZAÇÃO DO ATENDIMENTO
BAHIA, 2007—2008

Fonte: Coorientação de Regionalização

Gráfico 5

FUNDAC — REGIONALIZAÇÃO DO ATENDIMENTO — SEMILIBERDADE
BAHIA, 2007—2008Fonte: Coorientação de Regionalização
Ades/NFDPH

Também merecem destaque as ações voltadas para o atendimento especializado nas áreas de: psiquiatria, psicologia, pedagogia, nutrição, serviço social, médico/odontológico, enfermagem e educação física. Ainda foram realizados curso profissionalizante de cultivo de mini-horticultura como terapia ocupacional e atividades da vida prática e de vida diária.

Já o atendimento à criança e adolescente em situação de risco social, é feito em sistema de abrigo, oferecendo serviços de proteção especial de alta complexidade. Os jovens que se encontram nesta situação são encaminhados ao Abrigo Dr. José Peroba, que tem capacidade para acolher, provisoriamente, 40 crianças e adolescentes, na faixa etária de três a 17 anos, em situação de vulnerabilidade pessoal e social, familiar, violência sexual, violência doméstica, vítimas de abandono e perdidos em via pública. O local funciona em sistema de casas-lares, no total de sete, estando cada uma sob a responsabilidade de uma mãe social. O serviço visa atender às necessidades básicas de moradia, alimentação, saúde, lazer e esporte, enquanto presta orientação e acompanhamento nas áreas psicossocial e pedagógica. Seguindo orientação do governo Federal, a administração do Abrigo está em processo de municipalização, com possível transferência do atendimento para a Fundação Cidade Mãe.

Em 2008, foi realizada pesquisa no Abrigo Dr. José Peroba que identificou o número de crianças e adolescentes que possuem vínculos familiares. No total, 34 abrigados estão nesta condição. O número representa 94%, do total de crianças e adolescentes do abrigo. O levantamento serviu como base para o início do processo de reinserção familiar e para o planejamento anual de atividades e reuniões técnicas com vistas ao atendimento à crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social através de convênios.

Também foi feita a avaliação diagnóstica do nível de aprendizagem das crianças e adolescentes, com acompanhamento da matrícula realizada na rede oficial de ensino, para, desta forma, possibilitar a reinserção dos mesmos às suas famílias, através das seguintes ações: avaliação da situação socioeconômica; contatos com familiares; visitas domiciliares e visitas às instituições.

O governo do estado também promoveu a participação de dez adolescentes da instituição em oficinas profissionalizantes e culturais, desenvolvidas nas comunidades paroquiais de Mata Escura e do Calabetão. Foram oferecidos cursos de informática, panificação, estética, mosaico, culinária, teatro e artesanato. Os jovens também participaram de eventos como o aniversário da Fundação Cidade Mãe, passeios, festa junina, teatro, Expo Rural e festa de Sete de Setembro.



Balé Egbara

Claudia Santos/Agcom



Claudia Santos/Agcom

Oficina de Tecelagem

O Centro de Cultura e Arte Pelourinho – Cecap objetiva oferecer serviços de proteção social básica e apoio à inclusão social a adolescentes e jovens adultos que estejam cumprindo medidas socioeducativas em semiliberdade, liberdade assistida ou remidos encaminhados pelo Sistema de Garantia de Direitos, além de egressos da Fundac e seus familiares.

Em 2007, foi concluída a reforma geral realizada no prédio do Cecap. Após a conclusão, no final de 2007, da reforma geral no prédio, a unidade foi reinaugurada, passou ser chamada de Cecap e a funcionar como Centro de Educação e Formação em Arte-Educação e Artesanato. O local oferece oficinas de arteeducação, dança e teatro, tendo como prioridade o atendimento ao adolescente envolvido em ato infracional para inseri-lo na sociedade em condições de plena cidadania (Tabelas 22 e 23). Esses jovens são encaminhados pelo Ministério Público, Juizado da II Vara, Central de Medidas, Conselhos Tutelares, Programa de Egresso e Cases.

Tabela 22

APRESENTAÇÃO ARTÍSTICA EM CASAS DE ESPETÁCULOS E UNIDADES DA FUNDAC BAHIA, 2008

EVENTO	QUANTIDADE	PÚBLICO/ ADOLESCENTES
Apresentação de Peça Teatral	7	1.680
Apresentação de Balé	9	2.500
Desfile com coleção temática	1	60
Apresentação do grupo de percussão	6	4.000
Participação no evento comemorativo dos 18 anos do ECA	1	800
Participação no 1º Festival Lírico de Salvador	1	260
TOTAL	25	9.300

Fonte: Geart

Tabela 23

REALIZAÇÃO DE OFICINAS DE ARTE-EDUCAÇÃO PARA OS ATENDIDOS E EGRESSOS DA FUNDAC BAHIA, 2008

OFICINA	QUANTIDADE/ AULAS	ADOLESCENTES/ PÚBLICO
Confecção de Bolsas Artesanais	31	63
Confecção de Bolsas Ecológicas	43	74
Amarradinho	78	158
Bordado	39	84
Fuxico	38	53
Tecelagem	85	47
Lapidação	78	68
Teatro Iniciante/Teatro temático	87	193
Balé	67	118
Dança Iniciante	44	72
Percussão	46	162
Figurino	82	116
Inclusão Digital	180	245
TOTAL	898	1.453

Fonte: Geart

O quantitativo de todo o atendimento da Fundac, incluindo todas as medidas socioeducativas, medidas de proteção, situação de risco e família, na capital e no interior, através da regionalização, encontra-se na Tabela 24.

FECRIANÇA

O Fecriança é o instrumento de captação, repasse e aplicação dos recursos destinados ao atendimento das políticas públicas, voltadas para crianças e adolescentes do estado da Bahia.

A aplicação dos recursos do Fundo é de competência do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente – Ceca, e tem como órgãos fiscalizadores o Tribunal de Contas do Estado e o Ministério Público.

O Fecriança é mantido através das seguintes fontes:

- Dotações orçamentárias – recursos destinados pelo Poder Público;
- Destinações de Pessoas Físicas e Jurídicas;
- Doações de bens;
- Transferência do governo Federal, Estadual ou Órgãos internacionais; e
- Valores provenientes de aplicações financeiras.

Conforme o artigo 260 do Estatuto da Criança e do Adolescente: “os contribuintes podem deduzir do imposto devido, na declaração do imposto sobre a renda, o total das doações feitas aos fundos dos

Tabela 24

QUANTITATIVO GERAL DE ATENDIMENTO DA FUNDAC
BAHIA, 2008

MUNICÍPIO	UNIDADE DE ATENDIMENTO	MEDIDA/ATENDIMENTO	ADOLESCENTE ATENDIDO	FAMÍLIAS BENEFICIADAS
Salvador	Pronto Atendimento	Pronto Atendimento	3.283	3.283
	Case Salvador	Internação Provisória	949	949
		Internação	228	228
		Pernoite	599	599
	Egresso	Egresso	468	468
	Case Brotas	Semiliberdade	53	53
Simões Filho	Case CIA	Internação	130	130
Feira de Santana	Case Juiz Melo Matos	Pronto Atendimento	267	267
		Internação Provisória	271	271
		Internação	81	81
Salvador	Cecap Pelourinho	Remido, egressos, em cumprimento de medida	420	420
	Elcy Freire	Abrigo – situação de risco	52	52
	José Peroba	Abrigo – situação de risco	33	33
Ilhéus	Centro de Referência ao Adolescente e à Família Isabel Souto – Cerafis	LA e PSC	50	50
Itabuna	Cerafis	LA e PSC	119	119
		Drogaditos – em cumprimento de medida		
Canavieiras	Cerafis	LA e PSC	28	28
	Casa de Convivência	Semiliberdade	53	53
Eunápolis	Cerafis	LA e PSC	28	28
Porto Seguro	Cerafis	LA e PSC	49	49
Itamaraju	Cerafis	LA e PSC	10	10
Teixeira de Freitas	Cerafis	LA e PSC	64	64
Pojuca	Fazenda A Partilha	Semiliberdade	30	30
Vitória da Conquista	Fundação Educacional de Vitória de Conquista	Semiliberdade	15	15
		LA e PSC	120	120
Feira de Santana	Rainha dos Apóstolos	Drogaditos	30	30
TOTAL			7.430	7.430

Fonte: Astec/NPDPH

direitos da criança e do adolescente – nacional, estaduais, ou municipais – devidamente comprovadas, obedecidos os limites estabelecidos em Decreto do Presidente da República.

O Fecriança, com grande potencial para conquistar novos parceiros e doadores, em parceria com o Ceca, tem realizado ações que objetivam aumentar a captação de recursos destinados ao atendimento das políticas públicas de garantia de direitos das crianças e dos adolescentes. Entre estas ações, destacam-se:

- Visitas às empresas, secretarias estaduais, Assembléia Legislativa e Tribunal de Contas do Estado para firmar parcerias;
- Realização de seminários e palestras para divulgar a legislação que permite a destinação de parte do imposto de renda de pessoa física e jurídica para o Fundo.
- Divulgação do site do Ceca/Fecriança na intranet e no portal da SEDES, no portal do servidor e nos sites das secretarias, fun-

dações, autarquias e empresas do Estado e nas empresas privadas;

- Panfletos e cartilhas do Fecriança junto com os contracheques dos funcionários das empresas que já são parceiras do Fundo (ver site: www.ceca.ba.gov.br); e
- Gravação com a fala do governador e da primeira-dama, incentivando a doação de recursos para o Fundo.

O Fecriança acompanhou as assembleias ordinárias e extraordinárias e as reuniões de câmaras técnicas e de planejamento do Ceca, mantendo permanente contato para o encaminhamento de processos de financiamento dos projetos.

O Ceca aprovou oito projetos de entidades não governamentais localizadas nos municípios de Porto Seguro, Valença, Salvador, Juazeiro, Feira de Santana e Boa Nova. Para colocar os projetos em prática, o Fundo conta com recursos no valor de R\$ 1,1 milhão. As Ongs que tiveram projetos aprovados são:

- Movimento de Organização Comunitária – MOC – Projeto "Fortalecendo Direitos e Construindo Redes sobre Direitos da Criança e Adolescente", que visa implementar ações de capacitação para atores sociais dos municípios da região do Semi-árido;
- Cipó – Comunicação Interativa – Projeto "Agência de Notícias do Sertão", que visa implementar uma agência de comunicação para efetuar capacitação continuada para jovens e adolescentes de Feira de Santana, Iará e Santo Estevão;
- Associação Educacional Sons no Silêncio – Projeto "Formação de Educadores, Profissionais e Familiares em Libras" (língua brasileira de sinais). Objetiva capacitar educadores, profissionais e familiares no conhecimento de Libras para atender crianças e adolescentes surdos, incluídos no sistema regular de ensino ou escola de educação especial, promover o desenvolvimento comunicativo e intelectual;
- Centro Social Nossa Senhora do Amparo – Projeto "Cidadania Através da Leitura", objetiva desenvolver encontros e saraus literários por meio de atividades lúdicas e pedagógicas com crianças e adolescentes vítimas de exploração e violência sexual;
- Associação de Mulheres em Ação – Projeto "Rede Pataxó Vida e Proteção". Atendimento a 50 crianças e adolescentes indígenas da etnia pataxó do Sítio do Descobrimento, com atividades socioeducativas, esporte indígena e reforço escolar, complementares à educação formal;
- Instituto de Desenvolvimento Social e Ambiental – Projeto "Tenho Mais o que Fazer", que busca contribuir na formação político-social de 40 adolescentes da comunidade de São Gonçalo, em Juazeiro, através da implantação de rádio difusora, cinema na praça e oficinas com diversas linguagens artísticas;
- Centro Espírita Boa Nova – Projeto "Colibri", que atenderá 100 crianças e adolescentes em situação de risco social e pessoal, oriundas das escolas municipais da cidade de Pojuca, na maioria repetentes ou com baixo rendimento escolar, alguns trabalhando em feiras livres e com um nível de agressividade muito alto; e
- Centro de Educação e Cultura Popular – Fortalecer o sistema de promoção e garantia dos direitos da criança e do adolescente nos dez municípios da área de influência dos lagos da Companhia Hidroelétrica do São Francisco – Chesf: Abaré, Curaçá, Chorrochó, Glória, Juazeiro, Paulo Afonso, Rodelas, Santa Brígida, Sobradinho e Macururé.
- Instituto de Desenvolvimento Social e Ambiental – Projeto "Violência Doméstica Não Educa, Diálogo Sim". Atende os municípios de Campo Alegre de Lourdes, Casa Nova, Sobradinho, Juazeiro e Canudos e visa enfrentar a negligência contra criança e adolescente e a problemática da violência doméstica nas dimensões físicas, psicológicas. Valor: R\$ 241 mil;
- Associação Comunitária dos Amigos do Centro São João de Deus – Projeto "Bem-me-Quer, Resgatando e Construindo Direitos da Criança e do Adolescente Deficiente". Atende os municípios de Serrinha, Conceição do Coité, Ichu, Barrocas, e visa a inclusão social de crianças e adolescentes com deficiência, através do fortalecimento de ações que possibilitem, também, a integração familiar e comunitária dos mesmos. Valor: R\$ 247 mil;
- Associação Autista de Feira de Santana – Projeto "Fazendo a Diferença na Vida do Autista". Desenvolvido no município de Feira de Santana, visa disponibilizar o atendimento à família e faz diagnóstico psicológico, pedagógico, fonoaudiológico, fisioterapêutico, social e biológico em crianças, visando um tratamento adequado à síndrome autista. O projeto procura, ainda, envolver o público através de palestras, cursos, consultorias e ações integradas, dando um enfoque para o desenvolvimento dos autistas. Valor: R\$ 250 mil;
- Prefeitura de Buritirama – Projeto "Família Acolhedora". Atende o município de Buritirama e visa contribuir para a inclusão social através do fortalecimento dos vínculos familiares, comunitários e sociais, bem como a inserção na rede de serviços. (R\$ 141 mil); e
- Avante – Educação e Mobilização Social. Projeto "Tecendo a Manhã". Atende o município de Euclides da Cunha e visa apoiar o desenvolvimento integral das crianças de até seis anos e de suas famílias, a partir do fortalecimento do Sistema de Garantias de Direitos existente no município, da sua articulação com políticas públicas e com a sociedade civil, e da capacitação de reeditores para atuação junto às famílias euclidenses no sentido do pleno exercício de suas competências. Valor: R\$ 184 mil.

ASSISTÊNCIA SOCIAL – CONSOLIDAÇÃO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – SUAS NA BAHIA

Em dezembro, a Petrobras destinou recursos no valor de R\$ 1,1 milhão para o desenvolvimento de cinco projetos voltados para o atendimento das crianças e adolescentes do estado da Bahia. São eles:

Com a institucionalização, em outubro de 2007, do Pacto de Aprimoramento de Gestão, que define o Sistema Único de Assistência Social – Suas como instrumento promotor de ações de proteção social e aprimoramento da gestão na Bahia, o governo do estado

início o ano de 2008, tendo como diretriz a formulação da meta prioritária da assistência social. Assim, foram estabelecidos o planejamento e o redesenho das atividades finalísticas que buscam orientar as equipes técnicas para a operacionalidade das ações, em conformidade com a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social – NOB/Suas, em cumprimento ao disposto na Política Nacional de Assistência Social.

Desta forma, de modo compartilhado, foi aprovado o Decreto Estadual nº 11.048/2008, que regulou a transferência regular e automática fundo-a-fundo, e da criação do termo de regularização dos municípios indicados como desabilitados para o nível de gestão do Suas.

Mais de 160 mil famílias foram beneficiadas com repasses, para os Fundos Municipais de Assistência Social, que totalizam R\$ 29,4 milhões, provenientes do Fundo Estadual de Assistência Social.

O fortalecimento das instâncias de gestão municipal, além de garantir uma relação de compartilhamento de responsabilidades estabelecidas no Pacto Federativo, na tarefa coletiva de efetivação dos direitos sociais da população baiana, promoveu a efetivação de uma série de medidas, merecendo destaque:

- Cofinanciamento para regionalização e municipalização de medidas socioeducativas;
- Cofinanciamento para a implantação de equipamentos públicos destinados a programas e ações de proteção social;
- Capacitação de gestores municipais para implantação do Suas;
- Orientação para qualificação da gestão de programas sociais como o Programa de Atenção Integral à Família – Paif; Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – Peti, Programa Sentinela; Programa Agente Jovem; Projovem Adolescente, Programa Bolsa Família, dentre outros;
- Articulação de programas para o desenvolvimento social de jovens e povos e comunidades tradicionais; e
- Articulações interinstitucionais para defesa civil.

As creches estaduais localizadas no município de Salvador foram municipalizadas. O governo do estado negociou com a Secretaria Municipal de Educação de Salvador para que esta assumisse o compromisso de manter a qualidade do trabalho e do cuidado com as crianças. Além disso, orientou o processo de transição dos serviços nos demais municípios, atendendo ao previsto na Portaria no 460/07, do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à

Fome – MDS, que dispõe sobre a transição dos serviços relativos à Educação Infantil, mantidos com recursos dos Fundos Nacional e Estadual de Assistência Social, cujo prazo encerrou-se em 31 de dezembro de 2008.

Visando dar continuidade ao aprimoramento das ações decorrentes da assistência social e da política estadual do idoso, foram feitas articulações com o Conselho Estadual do Idoso para exposição da relação estabelecida para evitar superposição de competências. A SEDES contribuiu com a realização das 12 Conferências Regionais do Idoso e na organização da Conferência Estadual, mediante disponibilização de técnicos da área.

Muitas das ações em curso vêm sendo articuladas com iniciativas que envolvem Direitos Humanos, Justiça, Educação, Trabalho, Saúde e os segmentos: mulheres, idosos, pessoas com deficiência, crianças e adolescentes. O foco está centrado na gestão, com a determinação de consolidar o Sistema Único de Assistência Social – Suas, na relação com as instâncias de controle, pactuação e financiamento.

A Bahia é um dos sete estados da Federação empenhado em efetivar as metas do plano decenal da assistência social no Brasil, buscando a superação dos obstáculos, recriando estruturas e práticas, de acordo com a avaliação do MDS, quanto ao cumprimento do Pacto de Aprimoramento de Gestão Estadual.

A SEDES, que tem por meta prioritária de governo consolidar o Sistema Único da Assistência Social – Suas na Bahia, adotou como estratégia a organização das atividades conforme seis eixos temáticos apresentados na Figura 1.



EIXO 1 – FINANCIAMENTO E CO-FINANCIAMENTO DOS SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS

• Implantação do Fundo-a-Fundo

A promulgação do Decreto Estadual 11.048/2008 e da Portaria 149/2008 dispõe sobre o sistema de transferência regular e automática de recursos financeiros consignados no Fundo Estadual de Assistência Social – Feas, para os Fundos Municipais de Assistência Social – Fmas. As medidas contribuíram para o aprimoramento da Política de Assistência Social no estado, como um importante passo na consolidação do Suas na Bahia, pois permite que os municípios habilitados recebam pelos Fundos Nacional e Estadual a transferência fundo-a-fundo de recursos, imprimindo agilidade aos procedimentos, reafirmando a descentralização político-administrativa, de acordo com o que estabelece a Lei Orgânica da Assistência Social – Loas, e liberando as vinculações impeditivas e comprometedoras dos direitos dos usuários dos serviços.

• Proteção Social Básica

A partir de 2008, a Superintendência de Assistência Social – SAS financiou, no âmbito da proteção social básica, a implantação de Centros de Referência da Assistência Social – Cras em 29 municípios: Cras indígena (Banzaê e Camamu); Cras Quilombola (Boninal, Cachoeira, Cairu, Campo Formoso, Carinhanha, Cipó, Gentio do Ouro e Ibitiara); Cras Comum (Alagoinhas, Camaçari, Feira de Santana, Itabuna, Lauro de Freitas, Paulo Afonso, Simões Filho, Teixeira de Freitas, Vitória da Conquista, Bom Jesus da Lapa, Brumado, Ipirá, Itaberaba, Itamaraju, Itapetinga, Jacobina, Serrinha, Santo Antônio de Jesus e Valença).

Somados aos centros já existentes, atualmente, a Bahia conta com 401 Cras instalados em 331 municípios, conforme Censo/Cras 2008, apresentado na Tabela 25.

A coordenação de proteção social básica reforçou sua ação na área de monitoramento e acompanhamento dos serviços e ações desenvolvidas no Cras através do **Programa de Atenção Integral à Família – Paif**, com a ampliação significativa de municípios que ofertam o programa e o reforço do papel do Estado, conforme preconiza a NOB/Suas.

O avanço progressivo na cobertura da proteção social básica, com a instalação de novos Cras, resultou numa ampliação significativa no número de famílias beneficiadas pelo Paif. De 163.132 famílias

referenciadas em 2006, o Paif passou a beneficiar, em 2008, 1,4 milhão de famílias, conforme Gráficos 6 e 7.

Além dos Cras, um dos principais equipamentos da proteção social básica, outros programas e serviços foram implantados ou estão em fase de finalização em 2008. São eles:

Tabela 25

DISTRIBUIÇÃO DE MUNICÍPIOS COM CRAS POR TERRITÓRIO DE IDENTIDADE BAHIA, 2008

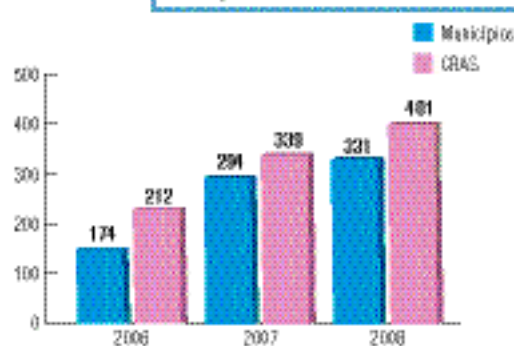
TERRITÓRIO	Nº MUNICÍPIOS	CRAS
Irecê	20	20
Velho Chico	16	15
Chapada Diamantina	23	20
Sisal	20	25
Litoral Sul	27	27
Baixo Sul	14	15
Extremo Sul	21	21
Itapetinga	13	10
Vale do Jiquiriçá	21	19
Sertão do São Francisco	10	12
Oeste Baiano	14	15
Bacia do Paramirim	9	8
Sertão Produtivo	19	12
Piemonte do Paraguaçu	14	12
Bacia do Jacuípe	14	12
Piemonte da Diamantina	9	8
Semi-Árido Nordeste II	18	16
Agreste de Alagoinhas/Litoral Norte	21	14
Portal do Sertão	17	15
Vitória da Conquista	24	16
Recôncavo	19	17
Médio Rio de Contas	16	19
Bacia do Rio Corrente	11	11
Itaparica	6	4
Piemonte Norte do Itapicuru	9	7
Metropolitano de Salvador	12	31
TOTAL	417	401*

Fonte: Geart

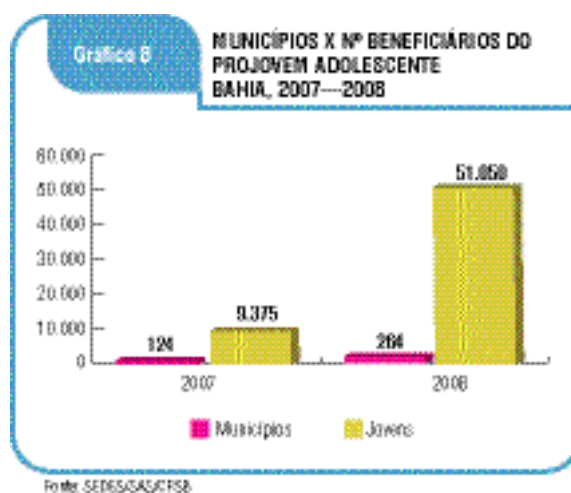
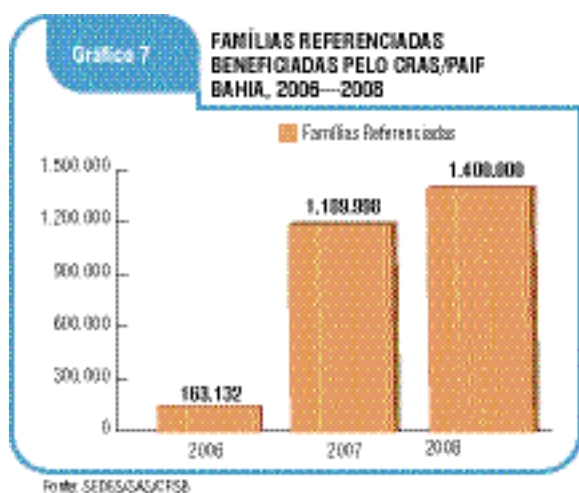
*Em 331 Municípios

Gráfico 6

NÚMERO DE CRAS/PAIF E MUNICÍPIOS CONTEMPLADOS BAHIA, 2006—2008



Fonte: SEDESAS/ACFISB



- **Projovem Adolescente** – Serviço socioeducativo direcionado aos jovens de 15 a 17 anos, que integra o Programa de Inclusão de Jovens, lançado pelo governo Federal em 2007. Essa modalidade, voltada aos adolescentes, é uma reformulação do Programa Agente Jovem. Seus objetivos são o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários e o protagonismo juvenil. No ano de 2008, 264 municípios aderiram ao programa, atendendo a 51.050 jovens, como apresentado no Gráfico 8.
- **Programa Agente de Desenvolvimento Social** – Em fase de transição, em 2008, o programa foi desenvolvido em 58 municípios, atendendo a 5.9 mil jovens.
- **Transição da Rede de Educação Infantil da Assistência Social para a Educação** – Busca desenvolver ações em creches e pré-escolas, para crianças de 0 a seis anos, custeadas com recursos oriundos do Fundo Nacional de Assistência Social – Fnas, através do Piso Básico de Transição. A cobertura é feita em 250 municípios. Ao final de 2008, foram intensificadas as ações de acompanhamento e orientação aos municípios para efetivar a transição e direcionar os recursos, no valor de R\$ 1,4 milhão, para a realização de atividades desenvolvidas pelo Cras, voltadas para as crianças, suas famílias e/ou idosos.
- **Programa Benefício de Prestação Continuada – BPC na Escola** – Lançado, em 2008, pelo MDS, tem como objetivo acompanhar e monitorar o acesso e permanência na escola das pessoas com deficiência. Abrange gente de 0 a 18 anos, beneficiárias do BPC. Ainda em fase de implantação, o programa teve a adesão de 277 municípios baianos. A partir de fevereiro de 2009, terá início a capacitação dos técnicos que vão atuar no programa. O BPC na Escola é gerenciado pelo Comitê Gestor Estadual, que conta com representantes das secretarias de Saúde, Educação, Justiça, Cidadania e Direitos Humanos.

A Secretaria de Direitos Humanos ainda atua através dos Serviços de Ação Continuada – SAC, nos quais se destacam:

- Serviços de Transição de Média Complexidade para Atendimento a Pessoa com Deficiência: o investimento de R\$ 1,2 milhão beneficiou 6.243 pessoas, em 58 municípios;
- Serviço de Transição para Atendimento a Pessoa Idosa: com investimento de R\$ 724 mil, beneficiou 8.141 idosos, em 66 municípios; e
- Serviço de Transição para Atendimento a Crianças em Creches e Pré-Escolas: o investimento de R\$ 1,4 milhão beneficiou 23.169 crianças atendidas em creches e pré-escolas, em 84 municípios.
- Proteção Social Especial

Também foram desenvolvidas ações destinadas a proteger e recuperar crianças e adolescentes, adultos e idosos em situações de abandono e isolamento. na perspectiva de sua autonomia, capacidade de convívio e protagonismo, mediante a oferta de condições materiais de abrigo, repouso, alimentação, higienização e acesso às ações socioeducativas, com prioridade para os serviços voltados às crianças e adolescentes. Assim, destacamos:

Serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade I – Serviço de Ação Continuada – SAC:

- Financiamento dos serviços de acolhimento institucional integral (abrigo) para usuários de substâncias psicoativas, pessoas com transtornos mentais, mulheres vítimas de violência, idosos e pessoas em situação de rua com ou sem referência familiar, beneficiando 300 usuário,s com aporte de recursos da ordem de R\$ 1,1 milhão; e
- Atendimento a 1.200 crianças e adolescentes em situação de abandono e sem referência familiar, mediante o co-financiamento dos serviços

prestados por 19 abrigos localizados no município de Salvador. Estão sendo aportados recursos da ordem de R\$ 1,9 milhão/ano para qualificar o atendimento com a contratação de técnicos especializados, realização de ações que assegurem o convívio familiar e comunitário e estrutura física adequada, na perspectiva de cumprimento ao que determina o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, da Loas e em conformidade com o Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária.

Serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade – Centro de Referência Especializado de Assistência Social – Creas (articula os serviços de média complexidade e opera a referência e a contra referência da rede de serviços socioassistenciais da proteção social básica e especial, com as demais políticas públicas e instituições que compõem o sistema de garantia de direitos) Presta diretamente os seguintes serviços:

- Serviço de Enfrentamento à Violência, abuso e exploração sexual contra crianças e adolescentes – Sentinela;
- Serviço de Orientação e Apoio Especializado a Indivíduos e Famílias com seus Direitos Violados; e
- Serviço de Orientação e Acompanhamento a Adolescentes em Cumprimento de Medidas Socioeducativas de Liberdade Assistida e de Prestação de Serviços à Comunidade, em parceria com a Fundação da Criança e do Adolescente – Fundac, em 17 Creas nos municípios de: Camaçari, Conceição do Coité, Eunápolis, Ilhéus, Itaberaba, Ipirá, Porto Seguro, Santo Amaro, Santo Antônio de Jesus, Senhor do Bonfim, Itabuna, Paulo Afonso, Monte Santo, Juazeiro, Jacobina, Itamaraju e Vitória da Conquista.

Atualmente o Estado conta com 58 Creas municipais, um Creas de abrangência regional, implantado no município de Itanhém, e dois em processo de implantação, nos municípios de Lençóis e Santa Cruz Cabrália, conforme observado na Tabela 26 e Gráfico 9.

Ainda em 2008, a SEDES diligenciou as seguintes ações:

- Assinatura do Pacto pelo Enfrentamento à Violência Sexual, envolvendo 66 municípios detectados em pesquisa com maior concentração de casos e cinco Secretarias Estaduais;
- Assinatura do Termo de Compromisso do Pacto Estadual de Enfrentamento à Exploração Sexual Contra Crianças e Adolescentes com 66 municípios, resultante da pesquisa realizada em parceria com a Universidade Federal da Bahia – Ufba;
- Campanhas pela denúncia e combate à exploração sexual de crianças e adolescentes;

- Lançamento do Pacto Estadual de Combate à Violência contra Mulheres, que envolve ações articuladas de diversas secretarias e é coordenado pela Secretaria da Promoção da Igualdade – SEPRMI;
- Construção de “Metodologia de Abordagem” para intensificar o trabalho dos educadores dos Creas no mapeamento dos adolescentes em situação de exploração sexual, com vistas à proposição de intervenções mais direcionadas à coibição; e

Tabela 26

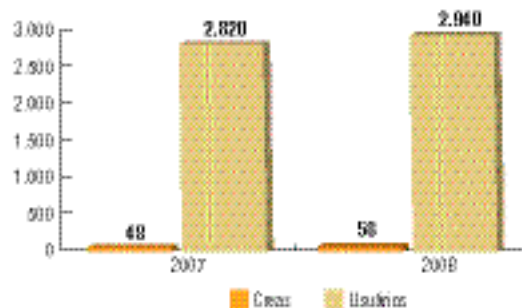
DISTRIBUIÇÃO DE MUNICÍPIOS COM CREAS POR TERRITÓRIO DE IDENTIDADE BAHIA, 2007-2008

TERRITÓRIO	Nº MUNICÍPIOS	2007	2008
Irecê	20	1	1
Velho Chico	16	1	2
Chapada Diamantina	23	0	0
Sisal	20	4	6
Litoral Sul	27	5	5
Baixo Sul	14	1	1
Extremo Sul	21	7	7
Itapetinga	13	2	2
Vale do Jiquiriçá	21	1	1
Sertão do São Francisco	10	1	1
Oeste Baiano	14	2	2
Bacia do Paramirim	9	0	0
Sertão Produtivo	19	1	2
Piemonte do Paraguaçu	14	1	1
Bacia do Jacuípe	14	2	2
Piemonte da Diamantina	9	2	2
Semi-Árido Nordeste II	18	1	2
Agreste de Alagoinhas/Litoral Norte	22	4	4
Portal do Sertão	17	1	1
Vitória da Conquista	24	1	1
Recôncavo	20	2	3
Médio Rio de Contas	16	1	1
Bacia do Rio Corrente	11	1	1
Itaparica	6	1	1
Piemonte Norte do Itapicuru	9	1	2
Metropolitano de Salvador	10	4	7
TOTAL	417	48	58

Fonte: SEDES

Gráfico 9

MUNICÍPIOS X USUÁRIOS CONTEMPLADOS COM CREAS BAHIA, 2007—2008



Fonte: SEDES/SAGAT/FSB

- Disseminação da metodologia do trabalho em rede, nos moldes do Programa de Ações Integradas e Referenciais para Enfrentamento da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes–Pair, com vistas à sua incorporação pelo Estado (atualmente restrita a universidades).

A partir da análise situacional do **Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – Peti**, referenciada pelas diretrizes da Política de Assistência Social e NOB/Suas, constatou-se a necessidade de reordenamento institucional e de preparação dos municípios para o aprimoramento da gestão do programa, norteados pelas seguintes estratégias:

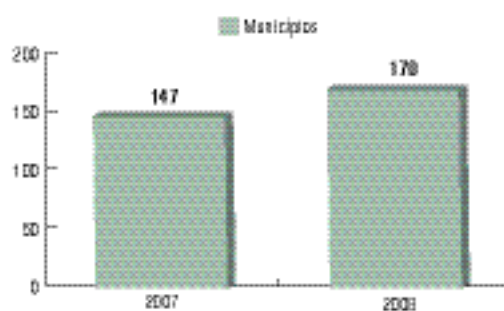
- Reorientação da Política de Recursos Humanos dos 2.600 monitores do Peti para 133 municípios baianos;
- Construção da proposta de redesenho do Peti, com discussão ampliada com as organizações da sociedade civil;
- Rearticulação da Competi e planejamento estratégico de suas ações;
- Apoio técnico aos municípios para alimentação do Sistema de Controle e Acompanhamento da Frequência dos Serviços Socioeducativos do Peti – Sispeti;
- Integração do Peti à Agenda do Trabalho Decente;
- Articulação com Unicef/Selo Município Aprovado – Incentivo aos municípios que receberão o Selo 2008 (Semi-Árido) e que têm avançado na meta de erradicação do trabalho infantil;
- Construção de Termo de Referência para o credenciamento de entidades, através de Chamamento Público para apoiar os municípios na realização dos serviços socioeducativos do Peti, como medida transitória para a implantação da sistemática de co-financiamento;
- Criação de um Grupo de Trabalho, por meio de portaria, para concretização dos procedimentos legais voltados para o Chamamento Público e o processo de contratação das entidades selecionadas. Este mecanismo se constituirá na transição para a forma de co-financiamento do Serviço, adequando-o às orientações emanadas da PNAS; e
- Criação de incentivo aos municípios que estão diminuindo os índices do trabalho infantil, a ser aprovado no âmbito da CIB e do Ceas, em articulação com o selo Unicef, direcionado ao Semi-Árido.

Na Bahia, constatou-se, em 2008, a expansão do Peti. O programa, que antes estava presente em 147 municípios, passou a atuar em 170 municípios. Já o CadÚnico contabilizou 93.074 crianças, vinculadas ao Sispeti, retiradas do trabalho e inseridas nos Núcleos de Ações Socioeducativas, conforme Gráficos 10 e 11. Neste ano, o governo do estado investiu nestas ações o valor aproximado de R\$ 20 milhões.

Outra importante ação governamental realizada pela SEDES foi o lançamento do **Programa Bahia Acolhe**, que é um instrumento normatizador de procedimentos básicos a serem cumpridos na concretização do atendimento à população em situação de rua, buscando a integralização dos direitos previstos em lei e o novo conceito de assistência social como direito de cidadania, com proposições de articulação de diversos setores para, de forma compartilhada, encontrar soluções efetivas para as reais demandas dessa população.

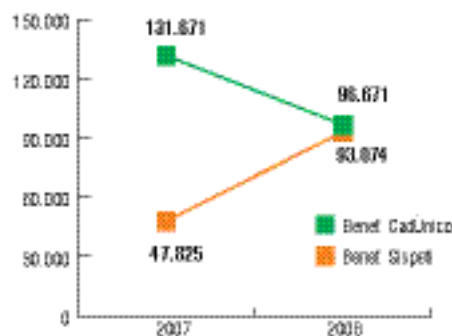
As estratégias de operacionalização do Bahia Acolhe são as seguintes: a sistemática vigilância social das situações de risco e vulnerabilidade, realizada pelos agentes de proteção social, de forma territorializada, através da identificação dos locais de maior incidência dessa população, bem como da abordagem e identificação das diversas situações e circunstâncias, iniciando o processo de inserção na rede de proteção social básica e/ou especial; o acolhimento através das Centrais de Acolhimento/Portais Bahia Acolhe e da rede

Gráfico 10

MUNICÍPIOS CONTEMPLADOS COM PETI
BAHIA, 2007—2008

Fonte: SEDES

Gráfico 11

USUÁRIOS DO PETI
BAHIA, 2007—2008

Fonte: SEDES/SASISFSE

de serviço governamental e não-governamental, envolvendo abrigos e as casas de acolhida; a potencialização da rede para garantir a integralidade do atendimento, a partir da ação integrada e complementar; e o monitoramento, acompanhamento e avaliação de forma contínua para o seu aprimoramento.

A primeira etapa do programa tem como escopo geográfico Salvador e Região Metropolitana, beneficiando 11 municípios. Tem como metas para 2008/2009 a implantação de: três portais destinados, prioritariamente, às crianças e adolescentes; e de serviço de abordagem para estímulo à saída das ruas e inserção da população na rede de proteção e ampliação da capacidade de atendimento, assegurando 543 vagas em organizações e entidades de assistência social para acolhimento das pessoas sem vínculo familiar.

Foram efetivadas parcerias com três entidades para abordagem de rua a crianças, adolescentes e adultos; e outra, com cinco entidades, para abrigo, atendimento de necessidades básicas e inclusão social, totalizando 483 vagas. Foi inaugurada a Central de Acolhimento, localizada no bairro da Boca do Rio, em Salvador, para atender às demandas de crianças e adolescentes. Também está previsto o início das obras físicas do Portal Bahia Acolhe, localizado no bairro de Ondina, também destinado a esse público-alvo, por se configurar como prioridade absoluta, conforme estabelece o Estatuto da Criança e do Adolescente.

Para o **Atendimento a Portadores de Transtornos Mentais**, por meio do Centro de Educação Especial Elcy Freire, foram desenvolvidas ações voltadas para crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social, portadores de deficiência mental, transtornos mentais e síndromes genéticas. A estes são assegurados apoio, orientação e providências que visam o desenvolvimento integral da personalidade e a efetivação dos direitos referentes à vida, saúde, educação, esporte, lazer, cultura, profissionalização, dignidade, respeito, convivência familiar e comunitária. Entre as ações desenvolvidas com 62 crianças e adolescentes atendidas, destacam-se:

- Atendimento especializado nas áreas de psiquiatria, psicologia, pedagogia, nutrição, serviço social, médico/odontológico, enfermagem e educação física;
- Atividades pedagógicas (oficinas pedagógicas e pré-oficinas), atividades recreativas, inclusão em escola regular da rede pública de ensino;
- Iniciação em curso profissionalizante;
- Mini-horticultura;
- Projeto Conhecer;
- Atividades da Vida Prática;

- Atividades da Vida Diária;
- Reforço de aprendizagem;
- Participação em eventos desportivos; e
- Curso de inclusão digital.

O Centro será transferido para a SAS e integrará a rede de atendimento a pessoas com transtornos mentais. Este tema também articula ações conjuntas com a SESAB.

EIXO 2 – CAPACITAÇÃO DE GESTORES, TÉCNICOS E CONSELHEIROS

Considerando que a Política de Assistência Social tem campo próprio de atuação e se realiza em estreita relação com outras políticas, a política de recursos humanos, por sua vez, pauta-se por reconhecer a natureza e especificidade do seu trabalhador, impondo-lhe que supere a atuação na vertente de viabilizador de ações, programas, serviços e benefícios, para viabilizador de direitos. Portanto, além do compromisso com a assistência social como política pública, esses profissionais necessitam de qualificação técnico-operativa, novas e capacitadas competências para gerir e executar político-administrativamente a assistência social em seu âmbito.

Por isso, entre as ações orientadas para a consolidação do Suas no estado, estão as atividades de Capacitação de Gestores, Técnicos e Conselheiros estaduais e municipais, compondo o Eixo 2, conforme Quadro 5.

EIXO 3 – COMPROMISSOS E PACTOS: A INTERSETORIALIDADE DA POLÍTICA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

A celeridade dos problemas sociais brasileiros exige que o governo do estado assuma a primazia da responsabilidade em cada esfera de governo na condução da Política. Esse reconhecimento impõe a necessidade de articular e integrar ações e recursos, tanto intra, quanto interinstitucionais. Isso faz com que o governo estimule a reciprocidade, gere espaços de colaboração e promova a intersetorialidade, tornando-os imprescindíveis, de modo a multiplicar seus efeitos e as chances de sucesso na consolidação do Suas no estado.

São imprescindíveis a transversalidade das ações das políticas sociais pelo conjunto das secretarias e a articulação com os diversos atores sociais – organismos internacionais, organizações governamentais e não governamentais e movimentos sociais – e o fortalecimento das relações federativas, através dos compromissos com o

Quadro 5

**ATIVIDADES DE CAPACITAÇÃO
BAHIA, 2008**

ESPECIFICAÇÃO	EVENTO	OBJETIVO	PÚBLICO	PARTICIPANTES
Seminário	I Seminário para o Aprimoramento da Gestão Municipal no Âmbito do Sistema Único da Assistência Social – Suas, Local: Salvador Data: 28 e 29/07/08	Capacitar gestores, técnicos e conselheiros municipais para evitar a desabilitação de 37 municípios da gestão do Sistema Único de Assistência Social	Gestores, técnicos e conselheiros	96
Capacitação	Capacitação CRAS Local: Salvador Data: 04 e 05/09/2008	Capacitar as equipes técnicas do Cras para implantação dos 27 Cras co-financiados pelo Estado e 50 co-financiados pela União	Técnicos do Cras	200
Capacitação	Capacitação Regionalizada – ProJovem Mês: 07 a 09/2008	Capacitar os municípios de Livramento de Nossa Senhora, Valença, Camaçari, São Felipe, São Félix do Coribe, Senhor do Bonfim, Itapicuru sobre o Pro Jovem Adolescente	Gestores, técnicos do Cras, orientadores e facilitadores sociais	150
Encontros	Capacitação Regionalizada – Cras Mês: 03 a 06/2008	Assessorar e capacitar os municípios de Mucuri, Gandu e Camacan sobre a implementação do Paif.	Gestores, técnicos, conselheiros.	50
Capacitação	Capacitação Projovem Local: Salvador Etapas – 28 e 29 de março e 28 e 29 de abril	Capacitar multiplicadores para implantação do Projovem Adolescente realizado em duas etapas	Gestores e técnicos do Cras	450
Encontro	Capacitação Planseq Local: Salvador Data: 06/09/2008	Apresentar e divulgar o Planseq para os municípios da Região Metropolitana	Gestores, Técnicos da Assistência Social	100
Encontro	Capacitação Transição Educação Infantil Local: Salvador Data: 24 e 25/11/2008	Discutir e orientar os municípios sobre o processo de transição da educação infantil da Assistência Social para a Educação.	Gestores e técnicos da Assistência Social e Educação	1.300
Capacitação	Capacitação PETI Local: Salvador Data: 25/04/2008	Capacitar os municípios inseridos no Peti, via CadÚnico para a implantação do serviço socioeducativo	Gestores e Técnicos	17 municípios
Capacitação	Capacitação PETI Local: Feira de Santana	Capacitar os monitores para execução dos serviços socioeducativos do Peti	Monitores do Peti	193 monitores e 13 municípios
Capacitação	Capacitação PETI Local: Feira de Santana	Capacitar membros das Comets para atuação no âmbito do enfrentamento ao trabalho infantil		19 participantes/ 5 municípios
Conferências	Conferências Municipais Pessoa Idosa Local: Regionalizada Data/Mês: 05 e 06/2008	Irecê, Reconcavo e Vale do Jiquiriçá, Extremo Sul, Região Metropolitana, Vitória da Conquista, Itapetinga e Portal do Sertão	Gestores e Técnicos	1.230 pessoas com a participação de 78municípios
Capacitação	Capacitação para Atendimento a Pessoa Idosa Local: Tanquinho e Candeal Data: 23 e 25/09/2008	Capacitar gestores e técnicos da Assistência Social, da Educação, da Saúde e Voluntários	Gestores e técnicos da Assistência Social, da Educação, da Saúde e Voluntários	19 participantes/ 5 municípios

Fonte: SEDES/SAS

governo Federal e Municípios. Dessa maneira, no Eixo 3, destacam-se as seguintes realizações:

- Implantação e acompanhamento do Termo de Compromisso de Regularização da Gestão do Suas na Bahia, em municípios com indicação para desabilitação ao Suas;
- Adesão, Gestão e Acompanhamento do Programa BPC na Escola;
- Implantação e acompanhamento do Pacto de Aprimoramento de Gestão do Suas assumido com o governo Federal;
- Mobilização da Sociedade para o enfrentamento das situações de violência;
- Articulação com a SEPROMI para o enfrentamento da violência contra a mulher na construção do Plano Estadual de Política para as Mulheres;
- Redefinição da Política Estadual de Custódia e desinstitucionalização do "manicômio judicial", Ceapas/NUDH;
- Integração no GT composto pela SESAB, SEDES e SJCDH, para garantia de desinstitucionalização de pessoas crônicas no Hospital de Custódia e Tratamento – HCT; e
- Participação de GT da Saúde Mental, na perspectiva de construção de uma política para pessoas com transtornos mentais e em conflito com a lei;

EIXO 4 – IMPLANTAÇÃO DA NORMA OPERACIONAL BÁSICA – NOB DE RECURSOS HUMANOS

É sabido que a produtividade e a qualidade dos serviços oferecidos à sociedade no campo das políticas públicas estão relacionadas com a forma e as condições como são tratados os recursos humanos, no que tange à valorização profissional e qualificação técnica. Este tema também tem que ser efetivado como matéria prioritária de debate e/ou formulações, no que diz respeito às responsabilidades estabelecidas para o estado a partir da PNAS em 2004, NOB-SUAS e RH em 2005. Esta ação foi apenas iniciada em 2008, com as readequações das coordenações e seu planejamento do quadro de pessoal.

EIXO 5 – ADEQUAÇÃO DAS AÇÕES DA SUPERINTENDÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – SAS DE ACORDO COM A POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – PNAS

Seguindo as metas estabelecidas pela V Conferência Nacional de Assistência Social, a SAS tem promovido o reordenamento institucional e programático de seus setores para a adequação ao Suas. Entre estas ações de adequação estão:

- Reorientação das ações que são desenvolvidas nos CSUs para a nova proposta dos Centros de Desenvolvimento Social – CDS;
- Realização das primeiras negociações com a SEFAZ e com o Ceas para nova proposta de cadastramento e fiscalização das entidades que se credenciam para recebimento de recursos do programa de educação tributária da SEFAZ;
- Reorientação da Política de Recursos Humanos dos 2,6 mil monitores do Peti para 133 municípios baianos. O Peti vem se adequando às novas exigências da Política de Assistência Social, coordenada pelo MDS, de modo a superar os entraves decorrentes do modelo original implantado no estado. Malgrado seus limites, mapeados no “diagnóstico situacional”, algumas mudanças de rota foram promovidas, entre elas:
 - a) Construção de parâmetros para cofinanciamento das ações socioeducativas de responsabilidade dos municípios, inclusive apresentando uma nova proposta para o estado, passando pela contratação de monitores através de contrato de entidades por chamamento público, para não interrupção das jornadas ampliadas de atividades socioeducativas, no contraturno da escola. Esta proposta está em negociação e tem estratégias sugeridas, inclusive da articulação com a SEC; e

- b) Processo de reorientação da Política de Recursos Humanos – monitores em construção negociados com a Secretaria de Administração do Estado – SAEB, e assessorados pela Procuradoria Geral do Estado da Bahia – PGE; A proposta credencia entidades para prestação dos serviços de apoio aos municípios na realização de atividades socioeducativas para crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil.

• Ações Intersetoriais:

A Coordenação de Ações Intersetoriais da SAS tem como missão promover o desenvolvimento e a inclusão social, através da oferta de serviços socioassistenciais à população, disponibilizados em 31 CSUs. Ainda estão em processo de municipalização para conclusão em 2009: uma creche em Lauro de Freitas e a revitalização de oito lavanderias.

Em 2008, foi criada uma comissão que ficou responsável por realizar o diagnóstico da realidade dos 31 Centros Sociais Urbanos e apresentar uma proposta de transformação dos CSUs em CDS. Foram analisados nove CSUs em Salvador e 22 em outros municípios baianos.

A partir do diagnóstico da realidade destes CSUs, foram iniciadas as reformas em seis centros, cinco na capital – na Vasco da Gama, Narandiba, Mussurunga, Liberdade e Cosme de Farias – e um no interior – Feira de Santana.

Nestes equipamentos, está em desenvolvimento o projeto esportivo “Jogos da cidadania”, uma parceria entre a SEDES, o Instituto Ronaldinho Gaúcho – IRG e a Sudeb/SETRE. O projeto irá atuar com cinco modalidades esportivas, em quatro CSUs de bairros da capital. São eles: Mussurunga, Castelo Branco, Pernambués e Nordeste de Amaralina. O Jogos da Cidadania beneficiará dois mil jovens, de 10 a 17 anos.

No Nordeste de Amaralina, o governo também construiu uma piscina semi-olímpica como forma de incentivar os jovens e as crianças em situação de risco a praticarem esportes. Com a iniciativa, o governo pretende reduzir a violência e incentivar as práticas voltadas para a reinserção desses jovens. A ação beneficia também crianças e adolescentes dos bairros adjacentes: Santa Cruz, Chapada do Rio Vermelho e Vale das Pedrinhas.

No que se refere à articulação com entidades da sociedade civil, foram propostos convênios para implantação do projeto “Pré-Vestibular de Todos Nós”, um benefício para 450 jovens do Nordeste de Amaralina e 450 de Narandiba que amplia a possibilidade de

acesso desses estudantes à universidade, com vistas à inserção no mercado de trabalho. Outra proposta diz respeito ao projeto “Reconstruindo a Liberdade”, que visa beneficiar indivíduos ex-usuários de droga, através da prestação de atendimento psicossocial e possibilitando a construção de um novo projeto de vida.

Os CSUs e Ciacs da capital e do interior fazem, juntos, cerca de 70 mil atendimentos mensais, oferecendo à comunidade as seguintes atividades: Centro Digital de Cidadania, biblioteca, Balcão de Justiça e Cidadania, ballet, dança moderna e afro, capoeira, karatê, futebol, vôlei, basquete, futebol de salão, bandas de fanfarra, cursos profissionalizantes, atividades de artesanato e Centro de Convivência de Idosos. Para se ter uma idéia, o número de jovens de 10 a 17 anos, atendidos na Capital e no interior, chega próximo dos dois mil. Eles participam das atividades programadas pelos centros e recebem alimentação. Em alguns CSUs são cedidos espaços para funcionamento de outras instituições, a exemplo do Conselho Tutelar e do Cras. As parcerias estão sendo regularizadas e, até 2009, serão melhor adequados os espaços internos dos CSUs, bem como implantado o projeto do CDS.

Em 2008, a SEDES também passou a discutir e integrar o Projeto Especial para Idosos. Através da Portaria 153/2008, foi criado um Grupo de Trabalho que, a partir de outubro de 2008, passou a compor a equipe de técnicos da superintendência com o objetivo de ampliar as ações intersetoriais voltadas para esse público, na perspectiva do desenvolvimento social. Estas ações serão articuladas à representação da SEDES no Conselho Estadual do Idoso e Fórum Estadual, com vistas a contribuir para a implementação das diretrizes da Política Nacional do Idoso e do Estatuto do Idoso, conforme determina a Lei nº 10.741/03.

Com esta missão, o GT esteve envolvido com as seguintes iniciativas com vistas à proposição do projeto referido: articulações inter-setoriais; discussões com o Conselho Estadual de Idoso – CEI e Núcleo Institucional de Apoio à Pessoa Idosa; participações em encontros e conferências; e visitas técnicas.

EIXO 6 – ASSESSORAMENTO, INFORMAÇÃO, ESTUDOS, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

Além do compromisso com a modernização administrativa, o progresso tecnológico, sobretudo da tecnologia da informação, associa-se ao desenvolvimento de sistemáticas específicas de avaliação e monitoramento, com vistas ao incremento da resolutividade das

ações, da qualidade dos serviços e dos processos de trabalho na área da assistência social, da gestão e do controle social.

● Implantação do Plano de Acompanhamento Integrado do Suas

Com o objetivo de acompanhar e avaliar a implementação do Suas no âmbito do Estado da Bahia, em sua integralidade e qualidade do atendimento aos usuários da assistência social, foi desenvolvido e pactuado o Plano de Acompanhamento Integrado, visando identificar o alcance dos impactos e resultados atingidos pelos programas, projetos, serviços e benefícios socioassistenciais e aperfeiçoamento da gestão.

Através de ações *in loco* e/ou à distância, o acompanhamento integrado foi realizado pelas coordenações componentes da SAS, consolidando de forma efetiva e produzindo material que possibilite a retroalimentação das demais coordenações.

Também foram construídos os critérios avaliativos da Gestão do Suas, PSB e PSE, os instrumentais para coleta de dados e o Manual de Orientação do Acompanhamento Integrado, utilizados nas visitas técnicas, assessoramentos e nos acompanhamentos aos municípios, como apresentado no Quadro 6.

● Reestruturação da Rede de Serviços de Assistência Social de Alta Complexidade

A SEDES realizou visitas em 17 municípios, construiu diagnóstico de 24 instituições da rede socioassistencial de alta complexidade e apresentou proposta de partilha e projeto técnico para execução em 2009.

Quadro 6

ASSESSORAMENTO E ACOMPANHAMENTO AOS MUNICÍPIOS BAHIA, 2008

OBJETIVO	MUNICÍPIOS BENEFICIADOS
Orientação para a utilização dos aplicativos da rede Suas	386
Assessoria técnica para aprimoramento de gestão municipal da assistência social	417
Orientação sobre solicitações diversas e para renovação de habilitação dos municípios no Suas	358
Visitas técnicas para assessoramento, acompanhamento e monitoramento da Gestão do Suas e dos Serviços de Proteção Social Básica e Especial	106

Fonte: SEDES/SAS/CGES

• Apoio técnico a municípios para gestão do Suas

Também em 2008, técnicos da SEDES realizaram visitas de acompanhamento e assessoramento in loco e à distância, para efeito de aprimoramento da Gestão Municipal a 148 municípios.

Foram procedidas orientações técnicas relativas à transição para a educação dos serviços de educação infantil em creches e pré-escolas de 273 municípios, atualmente financiados com recursos da assistência social. Além do encontro promovido pelo MDS e MEC para orientações às equipes técnicas da assistência social, o governo realizou encontro estadual com gestores da assistência social e da educação para oficina de planejamento das atividades para crianças de 0 a seis anos. O encontro foi realizado com recursos da assistência social e serviu para divulgar que orientações devem ser dadas às creches que buscam recebimento de recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica – Fundeb.

• Desenvolvimento de estudos para estabelecimento de pisos e percentuais de cofinanciamento das ações de Proteção Social Básica e Especial

Foi construída a proposta de cofinanciamento dos programas, serviços e benefícios da PSB, para definição de parâmetros de custeio para os serviços e benefícios da PSB e PSE/Estabelecimento

de normas e procedimentos sobre o fluxo e referência entre as modalidades e complexidades da rede.

• Funcionamento do Sistema de Informação, Monitoramento e Avaliação

Esta ação tem sido realizada através da operacionalização do Plano de Monitoramento e Avaliação do Suas em 47 municípios, com vistas a mensurar a eficácia dos instrumentais.

• Diagnóstico situacional

Foi realizada a sondagem, sistematização e consolidação dos dados sobre gerenciamento do Suas, em 158 municípios dos 26 Territórios. Também foi construído o pré-diagnóstico do Suas no Estado – "Fotografia do Suas", que necessita de constante atualização (Quadro 7).

• Apoio técnico a municípios para implantar e assessorar os serviços, programas, projetos e benefícios da Proteção Social Básica

Apoio concedido através de assessoramento/visitas técnicas aos Centros de Referência de Assunto Social – Cras, Agente Jovem e Benefícios Socioassistenciais a nove municípios; inauguração do Cras de Camaçari, Salvador e Camacan; assessoramento/visitas técnicas aos Cras de Simões Filho, a dez Cras de Salvador e em Camamu. Também houve assessoramento e atendimento não presencial aos municípios na implantação do ProJovem Adolescente, BPC na Escola e Cras, em 287 municípios.

Quadro 7

ESTUDOS SOBRE AS SITUAÇÕES DE VULNERABILIDADE E RISCO SOCIAL DO ESTADO BAHIA, 2008

OBJETIVO	PRODUTO	PARCERIA	MUNICIPIOS ENVOLVIDOS
Levantar a existência de trabalho infantil em todo o Estado da Bahia para planejamento estratégico de intervenção	Banco de dados sobre situação do trabalho infantil	Ufba/CRH	417 municípios
Desenvolver ações integradas de enfrentamento à violência, abuso e exploração sexual contra crianças e adolescentes.	Acompanhamento do Sispeti Sistematização dos dados de atendimentos nos Creas; Publicação de um resumo da pesquisa sobre a identidade dos caminhoneiros, com a indicação de intervenções no enfrentamento a exploração sexual; Disponibilizada na internet: www.sedes.ba.gov.br Proposição do Pacto de Enfrentamento à Violência Sexual	CPSE Ufba/CRH e Comitê Estadual/CPSE	169 municípios Salvador, Feira de Santana, Eunápolis, Itabuna, Itamaraju, Ilabela, Mascote.
Identificar as situações geradoras de abrigamento e conhecer as condições de funcionamento de 60 abrigos, para crianças e adolescentes no Estado.	Diagnóstico que orientará ações de proteção de crianças e adolescentes em situação de abrigamento. Criação de banco de dados sobre a situação dos abrigos e das crianças e adolescentes abrigados, em Salvador e Região Metropolitana	Ucsal e Agência Regional de Adoções Internacionais/Itália	Salvador e Região Metropolitana

Fonte: SEDES/SAS/CPSE

A SEDES também realizou visitas técnicas aos Cras de 38 municípios contemplados pela expansão do MDS em maio de 2008. Outros 27 municípios contemplados com Cras financiados pelo Estado em 2008 também foram visitados. Ainda foram feitas a validação, por técnicos do Estado, do efetivo funcionamento dos Cras no Suas – WEB/MDS; visita aos quatro Cras restantes no município de Salvador e o monitoramento da qualidade dos serviços oferecido nos Cras de 44 municípios, contemplados com o serviço em 2004.

• Apoio técnico aos municípios do Programa Agente Jovem

A SEDES prestou assessoramento e monitoramento a dois municípios que executam as ações do Agente Jovem. Vale ressaltar que, ao fim de 2008, este programa será extinto. A partir de 2009, suas ações serão integradas ao ProJovem Adolescente.

SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

RESTAURANTE POPULAR

Este projeto integra o Programa Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional. Através dele, o governo do estado beneficia a população em situação de insegurança alimentar e nutricional e de baixa renda da Região Metropolitana de Salvador, garantindo-lhes aporte calórico e minimizando a carência nutricional, através de uma alimentação balanceada e confiável, promovendo a melhoria da saúde dos beneficiários e, conseqüentemente, melhor qualidade de vida.

Existem dois restaurantes populares mantidos exclusivamente com recursos do governo do estado, onde são produzidas e fornecidas 4.300 refeições diariamente, sendo 2.300 no restaurante do Comércio e dois mil na Liberdade. O custo real da refeição, R\$ 3,65, é subsidiado pelo governo do estado, o que permite aos usuários o acesso a alimentação pelo preço simbólico de um real. A saudável alimentação é composta por: Entrada – salada (cozida ou crua) ou guarnição (massas, legumes, purê, farofa); Prato principal ou opcional – carne bovina, aves, peixes; Acompanhamento – arroz (simples ou temperado) e feijão (simples); Sobremesa – fruta ou doce caseiro; Refresco de frutas; e no serviço de bandeja estão incluídos talheres, palito, guardanapo de papel (ensacados), copo descartável, molho deimenta e sal.

O projeto Restaurante Popular oferece refeição gratuita às crianças menores de cinco anos. Em 2008 foram distribuídas 7.857 refeições a esta clientela. Ainda é oferecido atendimento diferenciado a ges-



Restaurante Popular

tantes, idosos e pessoas com deficiência. Os principais frequentadores dos restaurantes populares são os vendedores ambulantes.

O Restaurante da Liberdade ainda apresenta uma peculiaridade: lá, são realizadas atividades socioeducativas com a participação das instituições de ensino, dos usuários e da comunidade circunvizinha. Estas ações de assistência à saúde e promoção da alimentação saudável têm como objetivos:

- Contribuir para formação de hábitos alimentares saudáveis;
- Difundir o conceito da alimentação saudável e qualidade de vida, que promovam a saúde e a prevenção das doenças carenciais (como anemia, osteoporose) e das doenças crônicas não transmissíveis, em particular, a hipertensão, diabetes mellitus e obesidade;
- Promover ações de assistência à saúde, priorizando atendimento e atenção especial às gestantes, idosos e crianças;
- Estimular geração de renda através do beneficiamento integral dos alimentos;
- Informar a respeito do valor nutricional dos alimentos; e
- Orientar sobre como fazer uma alimentação saudável e degustação de alimentos.

Visando ampliar a oferta de refeições saudáveis, em 2008, o governo do estado apresentou projeto para implantação de uma nova unidade do Restaurante Popular, a ser instalada em Salvador. O projeto foi aprovado na seleção pública realizada pelo Ministério do Desenvolvimento Social – MDS, através do edital nº 12/2008. Nesta unidade, serão fornecidas, diariamente, duas mil refeições e funcionará um centro de apoio à implantação e gestão de restaurantes populares, que prestará orientação técnica aos municípios.

Em 2008, foram servidas 563.667 refeições na unidade do Comércio e 492.096 refeições na Liberdade, totalizando 1.055.763 refeições. O governo investiu aproximadamente R\$ 2,8 milhões no projeto.

A implantação do novo restaurante popular contará com investimento de cerca de R\$ 1,8 milhão de reais para reforma do prédio, aquisição de equipamentos e utensílios e capacitação da equipe. Os recursos serão provenientes do MDS (R\$ 1,4 milhão) com contrapartida da SEDES. Além de financiar parte da instalação, a SEDES será responsável por todo o custo para a operacionalização e manutenção, com aporte adicional de mais de R\$ 2 milhões por ano, totalizando investimento de mais de R\$ 6,1 milhões nos restaurantes populares, em 2009.

PROGRAMA LEITE FOME ZERO

O Programa Leite Fome Zero visa diminuir a vulnerabilidade social e o combate à fome e a desnutrição através da geração de renda para agricultores familiares e da promoção do acesso ao alimento a crianças de dois a sete anos e povos e comunidades tradicionais. No estado da Bahia, o programa é fruto de parceria entre o MDS e o governo do estado, por intermédio da SEDES e da Empresa Baiana de Alimentos S. A. – Ebal.

Em 2008, foram beneficiados com a distribuição de um litro de leite/dia mais de 96 mil crianças de dois a sete anos, matriculadas em creches e pré-escolas, pertencentes a famílias com renda per capita mensal inferior a meio salário mínimo e famílias de povos e comunidades tradicionais (indígenas e quilombolas). Os beneficiários são selecionados pela gestão municipal, atendendo aos critérios de inclusão no programa. Esses números representam um aumento em torno de 17%, se comparado ao público atendido em 2007.

Com o intuito de garantir que o programa atinja seu objetivo de beneficiar crianças que realmente estejam em vulnerabilidade alimentar e dentro dos critérios estabelecidos, a SEDES realizou, no primeiro trimestre de 2008, o cadastramento de todos os beneficiários, tendo como resultado o remanejamento de cotas de alguns municípios, proporcionando a inclusão de crianças de outras regiões antes não atendidas. A medida resultou num aumento significativo no número de municípios atendidos, chegando a 153 beneficiados em 2008.

Na Bahia, o Programa Leite Fome Zero tem um impacto significativo na cadeia produtiva do leite, com a aquisição e distribuição de mais de 18 milhões de litros de leite/ano, proporcionando a inclusão no

mercado de aproximadamente 1,6 mil pequenos agricultores familiares/mês, que têm a sua produção de leite captada por 30 beneficiadoras de leite, bem como na promoção da segurança alimentar do público atendido.

Com a inclusão, em 2008, do leite caprino no Programa Leite Fome Zero, o governo do estado sagrou-se vencedor nacional do Prêmio Josué de Castro, lançado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS. A premiação visa identificar experiências bem-sucedidas, criativas e sustentáveis na aplicação e execução de ações e projetos voltados para a segurança alimentar e nutricional. A inclusão do leite caprino no Programa Leite Fome Zero é fruto de parceria entre o governo do estado, gestão municipal e sociedade civil. A iniciativa foi motivada pelas características apresentadas pela caprinocultura leiteira presente no Semi-árido baiano, baseada, principalmente, na produção familiar e na capacidade produtiva dessa região, que tem a caprinocultura como uma atividade capaz de gerar renda ao pequeno agricultor familiar, apesar das condições adversas do Semi-árido.

Como ação complementar ao Programa Leite Fome Zero, o governo implantará, em parceria com o MDS, 50 centros comunitários de produção, que servirão como unidades de resfriamento de leite, em comunidades beneficiadas pelo Programa Luz Para Todos, de produtores beneficiários pelo Programa Leite Fome Zero. Os referidos centros estão em fase de licitação. Quando concluídos proporcionarão melhores condições de acesso ao mercado e de higiene ao leite produzido por esses agricultores.

PROGRAMA NOSSA SOPA

Em 2008, o Programa Nossa Sopa completou dez anos de funcionamento. Fruto de parceria entre a SEDES, Ebal e Voluntárias Sociais da Bahia, tem um alcance significativo e representa um importante papel social, garantindo a produção e distribuição de alimento nutritivo e de qualidade. A Nossa Sopa é um complemento alimentar balanceado nutricionalmente, composto de verduras e fonte de proteína animal e vegetal, carboidratos e lipídios.

Neste ano de 2008, foram produzidos 8.621.470³ pratos de sopa, sendo 7.898.350 de sopa em lata e 723.120 de sopa in natura. Também foram distribuídos um total de 6.884.215 pratos, a cerca de 250

³ A diferença entre o nº de pratos produzidos e o nº de pratos distribuídos deve-se à logística de distribuição do Programa, que realiza a entrega do produto conforme os níveis de estoque das instituições beneficiadas, além do quantitativo destinado à quarentena.



Produção de sopa

mil pessoas, em 550 instituições, de 302 municípios da Região Metropolitana de Salvador e interior do estado. Na capital, a Nossa Sopa ainda chegou a 12 comunidades, que receberam a sopa *in natura*. O programa ainda esteve presente em 36 eventos, sendo 33 na capital e três no interior do estado.

A **sopa em lata** representa a maior parcela de produção da Nossa Sopa, 91,6%, sendo distribuída em instituições da capital e do interior. Em 2008, foram produzidos 7.898.350 pratos de sopa em lata

e distribuídos 6.161.095 pratos para instituições cadastradas (Tabela 27) e 4.450 pratos para dois eventos, nos municípios de Central e Presidente Tancredo Neves.

Já a produção da sopa *in natura*, atingiu 180.780kg, em 2008, o que corresponde a 723.120 pratos de sopa, distribuídos entre as 12 comunidades cadastradas e diversos eventos coordenados pelas Voluntárias Sociais (Tabela 28).

Para ampliar as ações do programa na capital e RMS, as Voluntárias Sociais da Bahia realizaram seis visitas técnicas às instituições não contempladas, com o intuito de avaliar a infra-estrutura dos locais e definir o tipo de produto mais adequado, sopa em lata ou *in natura*. Ainda supervisionaram e fiscalizaram 75 instituições, a fim de verificarem se as mesmas seguem os protocolos estabelecidos pelo Programa.

Atualmente existe uma demanda de 355 instituições solicitando a implantação do programa, sendo 239 no interior do estado e 116 na capital.

Tabela 27

DISTRIBUIÇÃO DO PROGRAMA NOSSA SOPA POR TERRITÓRIO BAHIA, 2008

TERRITÓRIO	Nº DE MUNICÍPIOS	Nº DE INSTITUIÇÕES	Nº PESSOAS ATENDIDAS	TOTAL DE PRATOS DISTRIBUÍDOS
Irecê	13	14	5.800	155.250
Velho Chico	11	11	5.100	152.350
Chapada Diamantina	14	15	7.100	210.200
Sisal	14	17	7.300	217.100
Litoral Sul	24	32	15.050	469.600
Baixo Sul	10	13	6.100	220.600
Extremo Sul	19	24	13.200	351.900
Itapetinga	10	13	5.300	132.000
Vale do Jiquiriçá	12	17	7.900	347.400
Sertão do São Francisco	8	15	6.600	180.000
Oeste Baiano	13	13	6.300	247.250
Bacia do Paramirim	4	6	2.400	66.400
Sertão Produtivo	8	9	4.300	58.100
Piemonte do Paraguaçu	7	7	3.100	125.000
Bacia do Jacuípe	8	9	3.900	140.800
Piemonte da Diamantina	9	11	4.700	71.400
Semi-Árido Nordeste II	11	12	5.210	168.800
Agreste de Algodões/Litoral Norte	17	19	8.100	264.200
Portal do Sertão	17	18	8.200	238.200
Vitória da Conquista	16	16	8.000	264.000
Recôncavo	16	19	8.900	325.400
Médio Rio de Contas	15	20	9.600	293.600
Bacia do Rio Corrente	7	7	3.300	74.400
Itaparica (BA/PE)	1	1	500	16.000
Piemonte Norte do Itapicuru	7	11	5.300	128.800
Metropolitano de Salvador	11	201	43.483	1.242.345
TOTAL	302	550	204.743	6.161.095

Fonte: SEDES/SAS/CPSE

Tabela 28

SOPA IN NATURA – DISTRIBUIÇÃO
BAHIA, 2008

BAIRRO/ EVENTO	BENEFICIÁRIOS	PRATOS DE SOPA
COMUNIDADES FIXAS – CAPITAL		
Alto do Cruzeiro/Cosme de Farias	640	60.800
Calabetão	640	67.040
Castelo Branco 3ª etapa	640	66.080
Fazenda Coutos III	640	17.280
Ilha Amarela	640	71.520
Jardim Santo Inácio	640	64.000
Jardim Valéria II	640	66.480
Lobato	640	69.600
Mata Escura	640	65.120
Moradas da Lagoa	640	68.080
Periperi	640	66.960
Voluntárias Sociais da Bahia	160	3.040
EVENTOS – CAPITAL		
1º Aniversário do Centro Social Urbano	640	640
Ação de Promoção à Saúde – Brotas	800	800
Ação e Promoção à Saúde	400	400
Ação Global – Periperi	2.880	2.880
Água para Todos – Cajazeiras X	880	880
Água para Todos – Itinga	640	640
Ass. Religiosa Cultural Olufan	560	1.120
Associação de Moradores do Conjunto Santa Luzia	480	960
Crianças e Adolescentes da Ceasa	80	80
Dia Mundial de Mobilização contra a Tuberculose	4.000	4.000
Expobahia	320	320
Exporural	1.920	1.920
Feira de Saúde – Amaralina	640	640
Feira da saúde – Calabar	400	400
Feira de Saúde – Iguatemi	960	960
Feira de Saúde – Itapua	640	640
Fenagro	2.400	2.400
Festa de Natal dos Mares	480	480
Festival Cajaarte	800	800
Fundação Bradesco	960	960
Igreja Católica Nossa Senhora da Conceição	560	1.280
Ladeira da Praça	640	1.280
Mobilização de Combate à Tuberculose	160	160
Mostra de Arte Água de Meninos	880	880
MSTS – Caravana contra a Dengue	1.040	1.040
Nova Brasília	640	1.280
Paróquia da Lapinha	640	1.280
Passeata da Paz	400	400
Programa Você Cidadão	320	320
Programa Você Cidadão – Cajazeira X	3.840	3.840
Programa Você Cidadão Pau da Lima	2.000	2.000
Programa de Melhoria da Saúde Materna e Neonatal	400	400
Projeto Volante Social – Cajazeiras VI	320	320
EVENTOS – INTERIOR		
Camaçari – II Conferência Metropolitana dos Direitos das Pessoas com Deficiência	720	720
TOTAL	40.640	723.120

Fonte: Sisa/Cesan/Relatório do programa/Ebai/ VSBA

PROJETO DE SEGURANÇA ALIMENTAR
E NUTRICIONAL – PSAN

Implantado na Bahia, através do convênio 320/2007, publicado em 28 de dezembro de 2007, no Diário Oficial da União – DOU, o Projeto de Segurança Alimentar e Nutricional – PSAN – Bahia, é fruto de parceria entre a Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – Sesan, do MDS, da SEDES e da Cáritas Brasileira Regional Nordeste III.

O PSAN é desenvolvido em acampamentos e pré-assentamentos da reforma agrária da Bahia e conta com recursos da ordem de R\$ 3 milhões, sendo R\$ 2,5 milhões repassados pelo MDS e R\$ 512 mil repassados pela SEDES.

O objetivo do PSAN é estruturar sistemas coletivos de produção em núcleos comunitários de famílias acampadas e pré-assentadas para autoabastecimento e comercialização do excedente em feiras comunitárias locais. Contribui, assim, para a construção de Sistemas de Segurança Alimentar e Nutricional – Sisan locais, na perspectiva de que a segurança alimentar e nutricional representa o direito de todos a uma alimentação saudável e acessível, de qualidade e quantidade suficientes e de modo permanente, como preconizado na Lei nº. 11.346/2006. Ressalte-se também que este PSAN conta com a aprovação e apoio do Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional – Consea.

Dentre as atividades realizadas, em 2008, pelo PSAN, destacam-se:

- Realização do Seminário de Lançamento do PSAN com a presença de 270 representantes das famílias em Feira de Santana;
- Realização do Módulo I da Formação dos agentes mobilizadores do PSAN no Mosteiro Jequitibá em Mundo Novo e do Módulo II da Formação dos agentes mobilizadores do PSAN em Valente/BA com 84 agentes mobilizadores dos Movimentos Sociais de luta pela terra; e
- Dez encontros do Grupo Gestor e monitoramentos nas áreas atendidas pelo Projeto.

PESCANDO RENDA

O projeto “Pescando Renda” entrou em atividade no início de 2007 atendendo aos pescadores, marisqueiras e aquicultores, no sentido de identificar possíveis obstáculos técnicos e/ou gerenciais com relação à sua sustentabilidade. O projeto surgiu como resposta às demandas das comunidades dessas categorias de profissionais. Suas

bases estão alicerçadas na sustentabilidade de longo prazo, com gestão integrada, solidária e participativa, considerando as questões sociais, culturais, econômicas e ambientais de cada localidade. Apoiado em ações transversais, o projeto visa a integração entre os diversos programas do governo do estado. O objetivo dessas ações transversais é a melhoria das condições de vida das comunidades pesqueiras incluídas no Programa Federal do Bolsa Família – PBF, de maneira a proporcionar inclusão social com segurança alimentar e geração de renda de forma sustentável.

Efetivado por meio de uma parceria entre associações, cooperativas e a Fundação para o Desenvolvimento de Comunidades Pesqueiras Artesanais – Fundipesca, os primeiros investimentos do projeto foram dimensionados de forma a garantir geração de renda, inclusão social e a sustentabilidade. Ao todo, são atendidos pelo projeto doze municípios, em seis Territórios, beneficiando, em 2008, um total de 3.182 famílias.

Em 2008, ainda foram realizadas visitas técnicas a dez municípios beneficiados com o Pescando Renda. Também foram elaborados projetos de piscicultura para os municípios de Mutuípe, Araci e Várzea da Roça, considerando as realidades de cada local, além de prestadas orientações técnicas a associações, cooperativas, comunidades indígenas e quilombolas. O município de Araci já teve seu projeto de piscicultura aprovado pela PGE e terá como beneficiários os integrantes da Associação dos Pescadores de Poço Grande. Já no município de Várzea da Roça está em negociação uma proposta de ação, juntamente com a Conder e Bahia Pesca, para beneficiar a Associação de Pescadores e Agricultores de Lagoa das Pedras.

Ainda através do Pescando Renda, foram distribuídas embarcações nos seguintes municípios: Ituberá, 22 embarcações, atendendo à Cooperativa de Pesca e Aquicultura da Barra do Serinhaém; em Nazaré, cinco embarcações, em atendimento à Associação de Pescadores e Marisqueiras de Nazaré; cinco embarcações para a Comunidade Indígena Pankaru, em Muquém do São Francisco; cinco embarcações para os Índios Tuxá, de Rodelas; e 20 embarcações Araci, através da Central de Desenvolvimento das Associações de Araci. A aquisição de embarcações possibilita que pescadores e marisqueiras explorem outros pesqueiros, contribuindo, assim, para a geração de renda e aliviando a sobrepesca em determinados locais.

O projeto ainda possibilitou a distribuição de 159 kits Marisqueiras, entre marisqueiras dos municípios de Aratuípe, 100 unidades, e de Jaguaripe, 59 unidades. A iniciativa visa proporcionar melhores

condições de salubridade para o desenvolvimento da atividade de processamento do marisco, partindo da lavagem do produto até a embalagem, diminuindo os danos físicos causados pela má postura, contribuindo para a segurança alimentar e nutricional, e proporcionando a inserção em novos mercados.

Também em 2008, a SEDES e o Centro Federal de Educação Tecnológica de Valença, firmaram um termo de compromisso visando uma proposta de convênio para implantação da “Escola Fábrica Comunitária”, no Território Baixo Sul. Esta proposta consiste na instalação de uma fábrica de pequenas embarcações, em local estratégico, onde está concentrada a maior quantidade de pescadores e marisqueiras, visando capacitar mão de obra em uma atividade específica, gerar renda e renovar a frota pesqueira.

O Pescando Renda, portanto, segue a diretriz de desenvolvimento com inclusão social e tem se empenhado em envolver as prefeituras municipais, entidades representativas dos pescadores e marisqueiras, outras entidades de classes e a iniciativa privada, com maior divulgação das ações por meio de visitas a campo, orientação técnica e acompanhamento contínuo dos convênios, proporcionando o maior acesso do público ao projeto, uma prática que condiz com a proposta de transparência e democratização do governo do estado.

INCLUSÃO PRODUTIVA

Foram firmados 11 novos convênios em 2008, com investimento no valor de R\$ 2,3 milhões, e liberados R\$ 1,5 milhão para beneficiar 1.865 famílias nos segmentos de: avicultura, corte e costura, reciclagem de resíduos sólidos, agricultura familiar, policultura, artesanatos, estética, núcleo produtivo de artefatos de couro e de montagem de calçados.



Artesanato

Agecom

Além disto, foi dada continuidade à execução e acompanhamento de 28 outros convênios anteriormente firmados, com liberação de recursos, em 2008, no valor de R\$ 5,6 milhões, beneficiando 13.631 famílias em diversos segmentos. Todos estes trabalhos de inclusão produtiva desenvolvidos têm como objetivo primordial o desenvolvimento local, de populações específicas/tradicionais e beneficiários do Programa Bolsa Família – PBF, de forma articulada com as ações de segurança alimentar e de combate à fome.

A Tabela 29 apresenta resumo dos convênios firmados pela Superintendência de Inclusão e Assistência Alimentar – SIAA, através da Coordenação de Articulação Institucional e Apoio à Mobilização Comunitária, o volume de recursos liberados e o número de famílias beneficiadas.

Sobre o **Projeto Moradas da Lagoa**, cabe salientar que o governo do estado tem realizado ações de inclusão social no Condomínio Moradas da Lagoa beneficiando diretamente cerca de mil famílias através da construção de moradias, ações nas áreas de saúde, educação, cultura, informática, alimentação, horta comunitária, peixamento da Lagoa e geração de renda em parceria com ONG.

Dando continuidade às ações visando à sustentabilidade das famílias, o governo da Bahia firmou contrato com o Serviço de Aprendizagem Nacional – Senai com o objetivo de promover a qualificação e aperfeiçoamento profissional do público-alvo do Condomínio Empresarial Moradas da Lagoa, no valor de R\$ 489 mil. Na metodologia de capacitação está previsto em cada curso um módulo comportamental, incluindo Português, Matemática, Relações Interpessoais, Liderança Participativa, Higiene, Saúde, Segurança e Meio ambiente, Qualidade e Produtividade e Empreendedorismo.

O Projeto visa a qualificação do trabalhador e a formação do ser humano, ampliando seus horizontes e pensando o mundo do trabalho que abrange não somente o Moradas da Lagoa mais outros mercados, gerando emprego e renda para as famílias.



Curso de capacitação – Moradas da Lagoa

Ivan Erick/Agcom

O contrato foi aditado de prazo e valor, tendo sua vigência prorrogada para 30 de dezembro de 2008, para atender a mais 157 pessoas e, para tanto, foram aportados mais R\$ 122 mil. O segundo termo aditivo de prazo prorroga o término da vigência para 30 de junho de 2009.

Em dezembro de 2008, 416 formandos receberam certificados pela conclusão dos cursos. O evento ocorreu no Condomínio Empresarial Moradas da Lagoa, tendo a presença de representantes do Senai, da Associação de Moradores do Conjunto Habitacional Moradas da Lagoa – Amchamola, representante da Associação Industrial Moradas da Lagoa – Assimil e outros. Está em andamento capacitação de mais 40 alunos na Construção Civil.

PROMOÇÃO SOCIAL DOS POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS

PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL SUSTENTÁVEL DE POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS – PPCT

O Programa de Povos e Comunidades Tradicionais da Bahia – PPCT surgiu com o objetivo maior de aprimorar ferramentas de promoção

Tabela 29

CONVÊNIOS VIGENTES – RECURSOS LIBERADOS E FAMÍLIAS BENEFICIADAS BAHIA, 2008

ANO EM QUE FORAM FIRMADOS	Nº DE CONVÊNIOS	VALOR TOTAL (R\$ 1.000,00)	RECURSOS LIBERADOS E APLICADOS (R\$ 1.000,00)	Nº DE FAMÍLIAS BENEFICIADAS
2008	11	2.291	1.483	1.865
Até 2007, com vigência em 2008	28	22.780	5.568	13.631
TOTAL	39	25.071	7.051	15.496

Fonte: SEDES



Inclusão produtiva – Comunidade indígena

de desenvolvimento social sustentável dos povos e comunidades tradicionais da Bahia, considerando a histórica exclusão desses grupos a partir dos poucos indicadores existentes que apontam uma situação de maior precariedade destes em relação à população brasileira em geral. Está sendo intensamente discutido, em âmbito governamental, de forma a envolver as Secretarias afins, sobretudo a Secretaria de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos e a Secretaria de Promoção da Igualdade.

O Projeto de Cooperação Técnica baseou-se nas Oito Metas de Desenvolvimento do Milênio, discutidas e fundamentadas pela Organização das Nações Unidas – ONU. O PPCT propõe um Projeto de Cooperação Técnica Internacional com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – Pnud, firmado através do instrumento “Documento de Projeto – Prodoc”, através de uma configuração tripartite entre a SEDES, o Pnud e o Ministério das Relações Exteriores/Agência Brasileira de Cooperação – ABC.

Com essa perspectiva, o Pnud dará apoio na implementação de seu Programa de Desenvolvimento Social Sustentável dos Povos e Co-

munidades Tradicionais, por meio de um projeto que visa prestar cooperação técnica na perspectiva de fortalecer institucionalmente a estrutura de promoção do desenvolvimento social do governo do estado, através de modernização da gestão, da formação de banco de dados e de recursos humanos. O lançamento oficial do Programa ocorreu no dia 18 de dezembro de 2008.

Baseado nos eixos de fortalecimento institucional, inclusão produtiva e acesso às políticas públicas, o PPCT realizou suas atividades, em 2008, na perspectiva de viabilizar a efetivação do acordo de cooperação, através de reuniões com o Pnud – escritório de Salvador – BA; adequação do Projeto segundo normas, limites e variações do Pnud e sua publicação no Diário Oficial; reuniões permanentes entre os técnicos da SEDES responsáveis pelo projeto a fim de regulamentá-lo; participação na oficina oferecida pelo MDS para participação em editais, desenvolvimento da proposta de lançamento do programa com levantamento orçamentário e logístico do evento.

O Programa de Desenvolvimento de Povos e Comunidades Tradicionais engloba outros projetos que serão acompanhados e moni-

torados pela sua equipe. Dentre eles, podemos citar: O projeto “Educação Alimentar e Nutricional em Povos e Comunidades Tradicionais”, que abrange quatro Territórios e tem como objetivo maior promover a construção coletiva sobre alimentação, cultura e saúde, na perspectiva da vida saudável, alicerçada nos saberes tradicionais. Esse Projeto teve início em dezembro de 2008.

Dentro da perspectiva de abrangência nos onze Territórios de maior concentração de Povos e Comunidades Tradicionais, o programa promoveu uma série de ações referente à articulação, apoio e representação em eventos, seminários, reuniões e visitas técnicas. Especificamente nos cinco segmentos, podemos destacar as ações do Quadro 8 como relevantes para o Programa e para o público atendido.

Os Povos e Comunidades Tradicionais caracterizam-se como públicos extremamente diferenciados, com cultura, forma de vida e identidade peculiares. Considerando a recente formação da equipe do programa e da sua coordenação, avaliou-se as ações desenvolvidas aqui como muito positivas e proveitosas, embora caracterizem o começo de um extenso e intenso percurso.

Um dos maiores desafios do programa é ser inserido nas comunidades sem interferir nos seus modos de viver e de se relacionarem, respeitando sua ancestralidade, seus conflitos e suas tradições. É importante enfatizar que esses segmentos, historicamente colocados à margem da sociedade, não estão jurídica e burocraticamente organizados como demanda à máquina burocrática do Estado, no que diz respeito à consolidação de convênios e projetos. Este, portanto, é um ponto de grande relevância que necessita de muito estudo e articulação para que as ações do programa sejam efetivadas para e com os Povos e Comunidades Tradicionais.

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS COMUNIDADES QUILOMBOLAS

Ao longo de 2008, o governo do estado da Bahia, por intermédio da SEPRONI, buscou consolidar suas estratégias de atuação junto às comunidades quilombolas, assim, foi formulada a Política Estadual para as Comunidades Remanescentes de Quilombos. Esta política já se encontra pactuada entre diversos setores governamentais e deverá ser instituída por decreto tão logo sejam equacionadas questões relativas à utilização das terras devolutas da Bahia por essas comunidades.

A Política Estadual para as Comunidades Remanescentes de Quilombos está sendo implementada tendo em vista a promoção do desenvolvimento social, econômico e ambiental sustentável, bem como a garantia de direitos e apoio à regularização fundiária. A concretização destes objetivos tem sido possível graças à articulação institucional desenvolvida para garantir o acesso das comunidades quilombolas a programas e projetos sociais e de infra-estrutura, estaduais e federais, respeitando suas identidades e seu repertório cultural.

Do universo de 272 comunidades com certificação emitida, em 2008, pela Fundação Cultural Palmares – FCP/MinC, o governo do estado atuou em 87, áreas, localizadas em 28 municípios de 11 Territórios de Identidade (Tabela 30) e, de forma discriminada (Anexo I). Estima-se que 7,1 mil famílias, cerca de 39 mil pessoas, estejam sendo beneficiadas por estas ações (Mapa 2).

DESENVOLVIMENTO SOCIAL, ECONÔMICO E AMBIENTAL SUSTENTÁVEL

No eixo do desenvolvimento social, econômico e ambiental sustentável, as ações visam garantir a melhoria da qualidade de vida nas comunidades quilombolas. Para tanto, foi dada continuidade à articulação do Grupo Intersetorial para Quilombos, do qual fazem parte diversos órgãos públicos estaduais e federais.

No que se refere aos **Planos de Desenvolvimento das Comunidades Quilombolas**, a SEPRONI é responsável pelo planejamento e coordenação do trabalho de campo realizado pelo Grupo Intersetorial em comunidades selecionadas, de acordo com as parcerias institucionais estabelecidas. Com base nos resultados das visitas técnicas, entrevistas e registros visuais, foram sistematizados diagnósticos das condições de vida de 29 comunidades, os quais subsidiaram a elaboração de dez planos de desenvolvimento. Estes estão sendo estruturados em ações referidas a cinco eixos: qualidade de vida; geração de renda com sustentabilidade ambiental; equidade de gênero, raça e geração; fortalecimento da identidade quilombola; e participação e controle social. Os resultados deste processo serão devolvidos às comunidades em atividades organizadas para este fim.

Em relação à **Inclusão das comunidades quilombolas em programas de infra-estrutura social**, a SEPRONI atua na esfera dos programas resultantes de parcerias entre o governo do estado e o federal, conforme Tabela 31.

Quadro 8

PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DE POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS DA BAHIA – AÇÕES BAHIA, 2008**INDÍGENAS**

- Acompanhamento nos Territórios Litoral Sul, Extremo Sul e Itaparica
- Acompanhamento e apoio aos indígenas na Conferência da Juventude Territorial Ilhéus/Teixeira de Freitas;
- Acompanhamento ao Fórum de Saúde Indígena;
- Acompanhamento e distribuição de sementes como uma ação conjunta com a Secretaria de Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária – SEAGRI e Fundação Nacional do Índio – Funai e associações indígenas de todas as etnias;
- Apoio à Comissão de Agentes Sociais/Lideranças Indígenas em Salvador;
- Elaboração do Projeto de Cerâmica nos povos indígenas Pataxós e Tuxás com a Associação Progetto Sud Uil – Sud Uil;
- Parceria e apoio com a Petrobras no programa biodiesel para os indígenas Tupinambás e Kiriri;
- Apoio aos jogos indígenas de Coroa Vermelha;
- Seminário da Juventude de Serra das Trempes II em Una-Ba;
- Encontro de Juventudes em Retomada Tuxá em Rodelas;
- Reuniões com GTI Indígena;
- Apoio e acompanhamento do Julgamento sobre Território dos Pataxós Hã Hã Hã;
- Participação no Encontro Cultural dos 14 Povos Indígenas da Bahia no município de Rodelas;
- Ações conjuntas com o Programa PAA Leite da SEDES nas comunidades Pataxós, Pataxós Hã Hã Hã e Tupinambás
- Participação do Fórum Kaimbé, Massacará.
- Apoio na realização de diversas reuniões e Audiências Públicas com o enfoque na População Indígena.

QUILOMBOLAS

- Visitas técnicas e apresentação do Programa em várias comunidades quilombolas: Seabra, Campo Formoso, Ibitiara, dentre outras;
- Relatórios de visitas técnicas retratando a realidade socioeconômica das comunidades;
- Respostas aos ofícios e demandas sobre visitas técnicas, distribuição de sementes e cestas básicas;
- Ações interinstitucionais com Conab, Petrobras e SEDUR sobre distribuição de cestas básicas e questões de moradia;
- Relatório e acompanhamento do projeto de implantação de núcleos produtivos nos quilombos Itacaré e Rio das Rãs em parceria com Sud Uil;
- Projeto de Desenvolvimento Sustentável da Comunidade Quilombola de Alto do Bonito – Tijuaçu, que trata especificamente de Povos e Comunidades Tradicionais;
- Participação na Audiência Pública sobre a Regularização Fundiária do Quilombo Pitanga de Palmares em Simões Filho.

POVOS DE TERREIRO

- Reuniões com Comitê Gestor Kitaanda Bantu, Banco do Brasil, Conab, Terreiro São Jorge – Filhos da Gomeia, Sebrae, entre outros, para implantação de núcleos produtivos em terreiros na região metropolitana em Lauro de Freitas;
- Reuniões de articulação com Associação Cultural de Preservação do Patrimônio Bantu – Acbantu;
- Estabelecimento de parceria aos Povos de Terreiro e Quilombos para o acesso ao Programa de Aquisição de Alimentos – Conab: Hortas Comunitárias.

FUNDO DE PASTO

- Reunião com representante da Comissão Estadual de Fundo de Pasto;
- Participação do Seminário Estadual de Fundo de Pasto realizado em novembro de 2008 em Senhor do Bonfim;
- O Projeto de Agropastorais Comunitárias de Fundo de Pasto de Feixe, nas regiões de Senhor do Bonfim com os municípios de Antônio Gonçalves, Andorinha, Monte Santo, Itiúba, Campo Formoso, Umburanas, beneficiando 1.300 pessoas;
- Reunião com representante da Coordenação Estadual de Fundo de Pasto para organizar o Seminário que ocorrerá em 2009, em Feira de Santana.

EXTRATIVISTAS

- O Programa Pescando Renda, que atrai especialmente pescadores e marisqueiras, tem sido o principal articulador deste segmento na SEDES. Foram realizadas reuniões conjuntas com os pescadores de Andaraí – Fazenda Velha e com Associação de Pescadores de Coroa Vermelha;
- Participação na Fenagro, com o objetivo de entrar em contato com Associações diversas de extrativistas do Estado.

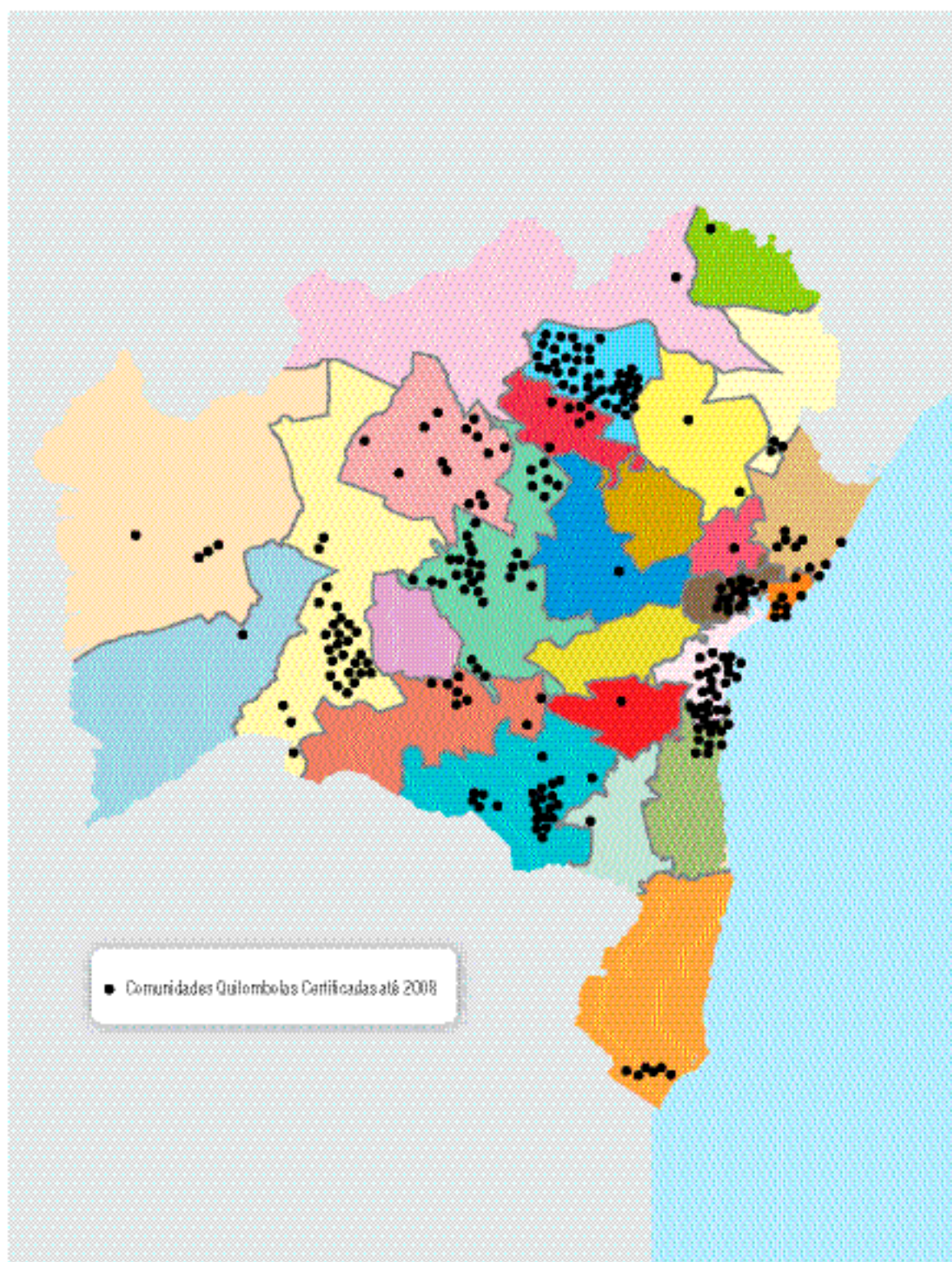
POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS

- Participação do Seminário dos Povos e Comunidades Tradicionais do Semi-árido Baiano;
- Lançamento do Projeto Ibacinm: Educação Alimentar e Nutricional em Povos e Comunidades Tradicionais com a realização do Encontro de Mobilização e Sensibilização de Lideranças;
- Participação das reuniões do GT Pró-Comissão Estadual de Povos e Comunidades Tradicionais;
- Reunião com a Secretaria de Promoção da Igualdade sobre o Programa;
- Elaboração da Minuta de Decreto do Programa de Povos e Comunidades Tradicionais.

Fonte: SEDES

Mapa 2

DISTRIBUIÇÃO TERRITORIAL DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS CERTIFICADAS
BAHIA, 2008



Fonte: SEPPIR/PR, Superintendência do Programa de Igualdade Racial

Tabela 30

COMUNIDADES QUILOMBOLAS BENEFICIADAS COM AÇÃO GOVERNAMENTAL POR TERRITÓRIO DE IDENTIDADE BAHIA, 2008

TERRITÓRIO DE IDENTIDADE	MUNICÍPIO	COMUNIDADE
Bacia do Paramirim	1	1
Baixo Sul	7	18
Chapada Diamantina	5	16
Irecê	1	2
Litoral Sul	1	2
Oeste Baiano	1	1
Piemonte Norte do Itapicuru	1	1
Recôncavo	2	11
Metropolitano de Salvador	2	2
Velho Chico	6	26
Vitória da Conquista	1	7
TOTAL	28	87

Fonte: SEPROMI/Superintendência de Promoção da Igualdade Racial

Tabela 31

NÚMERO DE COMUNIDADES CONTEMPLADAS EM PROGRAMAS DE INFRA-ESTRUTURA SOCIAL BAHIA, 2008

PROGRAMA/AÇÃO	QUANTIDADE
Saneamento Básico – PAC Funasa	54
Energia Elétrica	4
Habitação	8
TOTAL	66

Fonte: SEPROMI/Superintendência de Promoção da Igualdade Racial

As ações de **Saneamento Básico** foram realizadas através de participação nos encaminhamentos relativos à seleção das 54 comunidades a serem contempladas no Programa de Aceleração do Crescimento da Fundação Nacional de Saúde – PAC Funasa. Atualmente, a Secretaria é integrante da Sala de Situação, instituída pela Casa Civil para viabilizar este programa. Além disso, a SEPROMI participa, como convidada, do Comitê Gestor do Programa Água para Todos no intuito de assegurar a inclusão das comunidades quilombolas na política de abastecimento de água do estado.

A SEPROMI também exerceu, em 2008, forte atuação junto ao Comitê Gestor Estadual do Programa Luz para Todos para, assim, garantir prioridade de atendimento do serviço de **Energia Elétrica** às comunidades quilombolas, em especial as localizadas no Território de Identidade do Recôncavo.

No que se refere à **Habitação**, oito comunidades quilombolas – dos municípios de Maragogipe, Riacho de Santana, Bom Jesus da Lapa e Malhada – foram incluídas no Programa de Habitação de Interesse Social. O programa é executado pela SEDUR, em parceria com o Ministério das Cidades.

Com relação aos **Projetos de Fortalecimento da Organização Social e Econômica**, que beneficiaram 57 comunidades (Tabela 32), destaca-se, o estabelecimento de um Termo de Cooperação Técnica entre a SEPROMI e o Instituto de Gestão das Águas e Clima – Ingá. Integram o plano de trabalho do acordo de cooperação atividades relacionadas à sustentabilidade hídrica, socioambiental e a promoção da igualdade de gênero. Esta parceria envolve 20 comunidades quilombolas das regiões de Planejamento e de Gestão das Águas – RPGAs: Paraguaçu, Recôncavo Norte Inhambupe, Calha do Médio São Francisco, Bacia do Recôncavo Sul, Extremo Sul, Bacia do Rio de Contas, Bacia Paramirim, Santo Onofre e Carnaíba de Dentro, Bacia do Grande, Bacia do Corrente e Bacia do Rio Itapicuru.

Outra parceria entre a SEPROMI e o Ingá, que ainda conta com a participação da SEDUR, viabilizou o programa Iguape Sustentável. A iniciativa articula ações para a melhoria da qualidade socioambiental das comunidades quilombolas de Maragogipe e Cachoeira, localizadas no Baixo Paraguaçu e na Baía do Iguape.

Tabela 32

COMUNIDADES CONTEMPLADAS COM PROJETOS DE FORTALECIMENTO DA ORGANIZAÇÃO SOCIAL E ECONÔMICA BAHIA, 2008

AÇÕES	QUANTIDADE DE COMUNIDADES
Projeto Iguape Sustentável	4
Educação SocioAmbiental	22
Projetos Produtivos	5
Assistência Técnica e Extensão Rural	24
Inclusão Digital	2
TOTAL	57

Fonte: SEPROMI/Superintendência de Promoção da Igualdade Racial

Quanto à **Assistência Técnica e Extensão Rural**, destaca-se a celebração de Termo Cooperação Técnica entre a SEPROMI e a Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola – EBDA, através do qual são desenvolvidos projetos para as cadeias produtivas do algodão e da mandioca, incluindo produção agrícola e artesanato. O primeiro projeto, beneficia as comunidades produtoras de algodão do município de Riacho de Santana. Já o segundo projeto é voltado para produtores de mandioca dos Territórios de Identidade da Chapada Diamantina, Recôncavo e Vitória da Conquista.

No que se refere à **Economia Solidária e Geração de Renda**, foram elaborados cinco projetos produtivos em parceria com o Ministério de Desenvolvimento Agrário – MDA. As ações objetivam fortalecer as estruturas de produção das comunidades quilombolas através de tecnologias de baixo custo e baixo impacto ambiental, empregando mão-de-obra local e agregando valor à produção. A definição destas estratégias de geração de renda resultou de oficinas de capacitação sobre práticas econômicas solidárias, realizadas em 30 comunidades. Tal processo envolveu diretamente 72 famílias. Os projetos estão em fase final de aprovação e liberação da ordem de serviço pela Caixa Econômica Federal. Contemplam comunidades que fazem o beneficiamento de farinha, em Maragogipe e em Vitória da Conquista e a produção comunitária de mel em Cachoeira e Malhada. Neste último município também foi contemplada a produção da horta comunitária.

No âmbito da **Inclusão Digital**, foi firmada parceria com a Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação – SECTI, para a instalação de dois Centros Digitais de Cidadania em comunidades dos municípios de Malhada e Maragogipe.

GARANTIA DE DIREITOS E APOIO À REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

O governo do estado atuou no acompanhamento de situações de conflito ocorridas em comunidades quilombolas. Para isso, foram necessárias a participação em audiências públicas com o Ouvidor Agrário Nacional do Incra, em Carinhanha e Cachoeira, e visitas técnicas à comunidade de Simões Filho para coleta de informações que orientaram as decisões governamentais.

A regularização fundiária das comunidades quilombolas é uma prerrogativa do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Incra, mas o governo da Bahia passou a apoiar este órgão federal na agilização dos processos de elaboração dos relatórios técnicos de identificação e delimitação das terras. Dessa forma, a SEPROMI figura como

órgão interveniente, junto ao Incra Nacional, no convênio que prevê a elaboração de vinte relatórios técnicos de Identificação e Delimitação – RTIDs, realizados, em 2008, pela Superintendência Regional do Incra na Bahia. Vale destacar que, para a publicação dos RTIDs, a SEPROMI, o Incra e a Empresa Gráfica da Bahia – Egba, firmaram termo de cooperação que possibilitou a redução dos custos do serviço.

A Tabela 33 apresenta o número de comunidades quilombolas assistidas nas duas modalidades de atendimento.

No processo de construção do documento da Política Estadual para as Comunidades Quilombolas, realizou-se reunião técnica com órgãos governamentais do Pará, Maranhão e Piauí, criando um espaço de troca de experiências para que o governo do estado da Bahia venha a adotar novas normas e procedimentos na regularização de comunidades quilombolas em terras devolutas do Estado.

ESPORTE

A Superintendência dos Desportos do Estado da Bahia – Sudesb, autarquia vinculada à SETRE, concebeu e desenvolveu atividades, no ano de 2008, com o fim de fomentar o desporto, recreação e lazer no estado da Bahia, a partir dos seguintes eixos:

- Expansão de infra-estrutura esportiva de interesse comunitário;
- Promoção e realização de competições esportivas e de lazer;
- Formação de talentos;
- Apoio técnico e financeiro ao esporte amador; e
- Orientação, preparação, difusão e supervisão da prática do desporto.

A construção da **infra-estrutura esportiva de interesse comunitário**, no interior do estado, representa obras de interesse social dirigida à população em geral e particularmente à juventude. São equipamentos públicos construídos em decorrência da celebração de convênios, acordos ou ajustes com 32 municípios. O total investido pela Sudesb foi de R\$ 5,3 milhões, em 17 territórios de identidade (Tabela 34 e Quadro 9).

Tabela 33

NÚMERO DE COMUNIDADES ASSISTIDAS NA GARANTIA DE DIREITOS BAHIA, 2008

AÇÃO	QUANTIDADE
Acompanhamento Jurídico	04
Apoio à regularização fundiária – RTIDs	15
TOTAL	19

Fonte: SEPROMI/Superintendência de Promoção da Igualdade Racial

Tabela 34

**CONSTRUÇÃO DE EQUIPAMENTOS
BAHIA 2008**

EQUIPAMENTO	QUANTIDADE	INVESTIMENTO (R\$ MILHÕES)
Construção de quadra poliesportiva descoberta	32	3,5
Construção de quadra poliesportiva coberta	2	0,7
Construção de piscina semi-olímpica	3	0,7
Reforma de equipamento esportivo	3	0,4
TOTAL	40	5,3

Fonte: SEPROMI/Superintendência de Promoção da Igualdade Racial

Quadro 9

**DISTRIBUIÇÃO DOS EQUIPAMENTOS POR MUNICÍPIO
BAHIA 2008**

EQUIPAMENTO	MUNICÍPIO
Quadra Poliesportiva Descoberta	Central, Ibiritá, Irecê, Presidente Dutra, Barra, Carinhanha, Paratinga, Serra do Ramalho, Itapé, Santa Luzia, Itamaraju, Riachão das Neves, São Desidério, Boquira, Caetité, Ibiassucê, Lagoa Real, Palmas de Monte Alto, Urandi, Piritiba, Baixa Grande, Mairi (2), Pintadas, Rio Real, Cândido Sales, Vitória da Conquista, Jequié (2), Paulo Afonso e Ponto Novo
Quadra Poliesportiva Descoberta Sem Iluminação	Paramirim
Quadra Poliesportiva Coberta	Entre Rios e Correntina
Piscina Semi-Olímpica	Irecê, Vitória da Conquista e Correntina
Reforma de Equipamento Esportivo	Presidente Tancredo Neves, Maracás e Licínio de Almeida

Fonte: SEPROMI/Superintendência de Promoção da Igualdade Racial

A Sudesb apoiou, através do fornecimento de infra-estrutura e/ou logística, a realização de 143 eventos, em 20 municípios baianos, tendo atendido a um público estimado de aproximadamente 410 mil pessoas.

Jogos Abertos do Interior – Entre maio e setembro de 2008, foram realizados dez zonais dos Jogos Abertos do Interior. O certame começou em maio, com o Zonal de Eunápolis, e percorreu as cidades de Bonito, Caetité, Senhor do Bonfim, Jequié, Camaçari, Valente, Barra e Santo Antônio de Jesus. O retorno dos Jogos Abertos do Interior marca a realização de atividades desportivas de forma ampla e democrática, enfatizando o sentimento de pertencimento da cultura popular, proporcionando um momento da reconstrução do desporto de forma significativa para esportistas e comunidade. A democratização do esporte, assim como a prática de atividades físicas representa uma eficiente ferramenta de promoção da saúde, integração, cidadania, com resultado na melhoria da qualidade de vida das comunidades envolvidas.

As finais dos Jogos Abertos do Interior ocorreram entre os dias 11 e 14 de setembro, nos municípios de Lauro de Freitas, Camaçari e Salvador. Na etapa final, foram incluídas quatro modalidades individuais: natação, judô, atletismo e ginástica rítmica. As modalidades coleti-

vas foram basquete, voleibol, futsal e handebol. Os jogos mostraram a revitalização do esporte amador na Bahia, com a participação de 5,1 mil atletas de mais de 100 municípios.

Jogos Indígenas – Através do envolvimento de várias secretarias, o governo do estado apoiou a realização dos Jogos Indígenas Pataxó, disputados na aldeia de Coroa Vermelha, em Santa Cruz Cabrália, Região Sul da Bahia. Durante quatro dias seguidos, no mês de abril, cerca de 400 índios de diversas tribos disputaram 11 modalidades esportivas: corrida rústica, arco e flecha, arremesso de tacape, canoagem, corrida com maracá, futebol, zarabatana, corrida com tora, natação, luta corporal e cabo de guerra. As disputas ocorreram na histórica Praça do Cruzeiro, onde foi realizada a primeira missa oficial no Brasil. Competiram atletas das tribos Kiriri, Tupinambá, Pataxó Hã-Hã-Hãe e Pataxó.

Copas de Futebol – No primeiro semestre de 2008, a Sudesb trabalhou na realização de seis copas de futebol. Essas competições amadoras contaram com a participação de jovens até 19 anos e foram realizadas nos seguintes municípios:

- Copa do Jacuípe – seleções dos municípios de Pé de Serra, Baixa Grande, Capela do Alto Alegre, Capim Grosso, Ipirá, Mairi, Nova Fátima, Pintadas, São José do Jacuípe e Várzea da Roça;



Menu Dias/Agcom

Inauguração de obras no município de Maracás

- Copa do Recôncavo – seleções de São Félix, Cachoeira, Governador Mangabeira, Maragogipe e Muritiba;
- Copa da Laranja – seleções de Rio Real, Crisópolis, Conde, Entre Rios, Acajutiba e Jandaíra;
- Copa do Sertão – seleções de Central, Irecê, João Dourado, Ibipeba, Ibititá, Barra do Mendes, Barro Alto, Canarana, América Dourada, Cafarnaum, São Gabriel, Jussara, Itaguaçu, Presidente Dutra, Xique-Xique e Uibaí;
- Copa do Caju – seleções de Cipó, Jorro, Itapicuru, Nova Soure, Ribeira do Pombal, Adustina, Antas, Banzaê e Cícero Dantas; e
- Copa 2 de Julho – seleções de São Félix, Amélia Rodrigues, São Francisco do Conde, Porto Seguro, Camaçari, Terra Nova, Lauro de Freitas, Catu, Dias d'Ávila, Conceição de Feira, Feira de Santana e São Gonçalo, que pela 2ª vez fizeram parte do calendário de atividades esportivas da Sudesb.

Até outubro de 2008, o projeto **Escola de Esportes** atendeu 2.682 alunos matriculados, gratuitamente, nas modalidades de natação, futsal, vôlei, basquete e futebol, além de hidroginástica e ginástica para adultos e idosos. Do total de atendidos, 219 pessoas possuem alguma deficiência e 1.721 são crianças e adolescentes. O projeto, que tem como objetivo aprimorar as habilidades para o desporto, melhorar a qualidade de vida e reduzir o risco social, através da participação em

alternativas de lazer e integração social, ainda oferece outras modalidades esportivas, desenvolvidas na Vila Olímpica da Bahia, no Ginásio Armando Oliveira e no Centro Social Urbano – CSU da Liberdade.

O apoio da Sudesb ao **Esporte Amador** vem através do fornecimento de passagens aéreas e terrestres, aos atletas e técnicos, para participação em competições nacionais e internacionais. Em 2007, foram atendidas 17 modalidades esportivas, totalizando um investimento de R\$ 147 mil. Já em 2008, até o mês de outubro, foram investidos R\$ 135,6 mil.

Na área de **capacitação profissional** foram realizados diversos encontros, especialmente no campo da arbitragem, com participação de 266 profissionais, como apresentado na Tabela 35.

O **Segundo Tempo** é uma ação do Ministério do Esporte implantada no estado da Bahia em parceria com a SETRE. O esporte é trabalhado como uma importante ferramenta pedagógica a serviço da inclusão das crianças e adolescentes. Assegura-se a todos os beneficiados a prática de diversas modalidades esportivas no contra-turno escolar. O cadastramento dos jovens já foi realizado, bem como a contratação e capacitação de monitores e coordenadores. Ainda estão em licitação o reforço alimentar e o material esportivo complementar. A ação deve beneficiar 60 mil jovens.



Alberto Coutinho/Agcom

Lançamento do Programa Segundo Tempo

Tabela 35

**PROFISSIONAIS CAPACITADOS
POR MUNICÍPIO
BAHIA, 2008**

MUNICÍPIO	PROFISSIONAIS
Irecê, João Dourado, Ibititá, Central	60
Itabela	42
São Félix, Cachoeira, Governador Mangabeira, Muritiba	56
Itaparica	38
Barra	30
Itagi	40

Fonte: Sudesb



Alberto Coutinho/Agcom

Crianças do Programa Segundo Tempo

PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

O Bolsa Família é um programa de transferência direta de renda, com condicionalidades, que beneficia famílias com renda mensal, por pessoa, de até R\$ 120 em todos os municípios do país. Seu objetivo é transferir renda para as famílias mais pobres, como medida de combater à fome e à pobreza e, ao mesmo tempo, promover o acesso dessas famílias aos serviços públicos de saúde, educação e assistência social.

As famílias que fazem parte do programa, selecionadas a partir do Cadastro Único de Programas Sociais do governo Federal, recebem um benefício mensal que varia de R\$ 20 a R\$ 182, conforme a renda familiar por pessoa e o número de crianças e adolescentes na família. O Bolsa Família transfere, a cada mês, cerca de R\$ 128,7 milhões, divididos entre 1.445.277 famílias baianas.

No âmbito estadual, a SEDES é o órgão responsável pela gestão do Programa Bolsa Família – PBF e do CadÚnico na Bahia, cujas competências foram definidas pelo Decreto no 5.209/2004.

Para monitorar os municípios nas ações de gestão do PBF e do Cadastro Único, a Coordenação Estadual criou, em 2008, o Sistema de Monitoramento de Indicadores do Programa Bolsa Família – Sisami-PBF, ferramenta que facilitou o acompanhamento dos 417 municípios baianos.

Com o Sisami, foi possível acompanhar as ações dos municípios de forma mais sistemática, acompanhar o Índice de Gestão Descentralizada – IGD e, conseqüentemente, seus componentes formativos. Dentre as atividades desenvolvidas, foi realizada a capacitação *in loco* e à distância. A ação envolveu os profissionais que trabalham diretamente com o aplicativo CadÚnico e profissionais de outros programas, tais como: Projeto Presença e Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional – Sisvan; Sistema de Benefícios do Cidadão; Sistema Bolsa Escola; Programa de Erradicação do Trabalho Infantil; e Programa Agente Jovem, em parceria com a Caixa Econômica Federal – CEF.

A estimativa de famílias pobres do estado é de 1.408.002. e já foram contempladas com o programa 1.445.277, isso significa que foi su-

perada a estimativa em 37.275 beneficiários, conforme Gráfico 12. A ação, resultante de parceria entre os governos Federal, Estadual e Municipal, traduz o compromisso desta administração de romper o ciclo intergeracional de pobreza no nosso país.

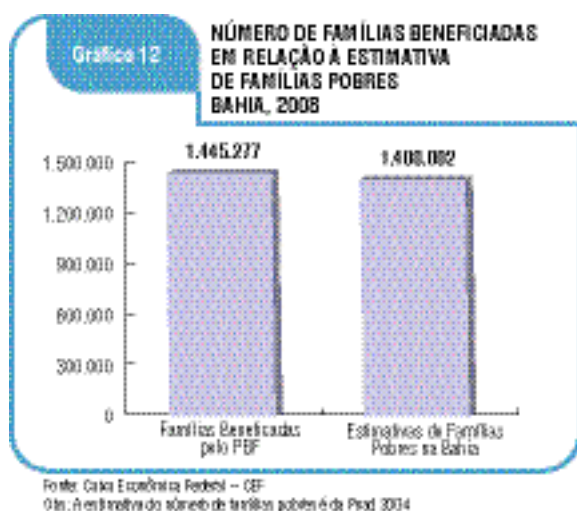
Conforme demonstrado na Tabela 36, verifica-se que o Território Metropolitano de Salvador é o que possui o maior número de famílias contempladas com o PBF (renda per capita entre zero e R\$ 120), seguido do Litoral Sul, Sisal e Portal do Sertão.

A Tabela 37 apresenta o número de famílias cadastradas no PBF por Território de Identidade.

A identificação das famílias com perfil para o Bolsa Família é feita por meio do CadÚnico, importante ferramenta de gestão do programa, que consiste em uma base de dados na qual estão reunidos dados socioeconômicos das famílias com renda *per capita* até meio salário mínimo. Na Bahia, analisando comparativamente o último mês de consolidação de 2008 com dados de 2007, observa-se que houve uma evolução de 206.933 cadastros realizados, conforme Tabela 38.

Analisando os dados referentes ao recebimento dos benefícios, verifica-se que no último mês de consolidação (dezembro 2008), houve um incremento de 14.585 novas famílias em relação a dezembro 2007, conforme apresentado na Tabela 39.

No que se refere ao acompanhamento das famílias beneficiárias na condicionalidade Saúde, o estado da Bahia obteve o maior resultado, na 1ª vigência 2008, com 802.812 famílias acompanhadas.



O objetivo do envio da condicionalidade de educação é garantir o acesso ao direito básico à educação; proporcionar condições mínimas necessárias para a permanência das crianças e adolescentes na escola; criar condições para que as famílias entendam o valor da educação como meio para superar as condições da pobreza; construir a consciência e a convicção nas famílias de que a escolarização constitui forte componente para a quebra da reprodução intergeracional da pobreza; e contribuir com essa medida no combate à evasão escolar. O Gráfico 13 apresenta a evolução do acompanhamento dessa condicionalidade.

O Índice de Gestão Descentralizada – IGD é um indicador (número de 0 a 1) que mede a qualidade da gestão municipal do PBF. Com base nesse indicador, o MDS repassa recursos aos municípios para apoio à gestão do programa. O IGD é calculado a partir de quatro variáveis que representam, cada uma, 25% do seu valor total e são elas:

- A qualidade e a integridade das informações constantes no Cadastro Único;

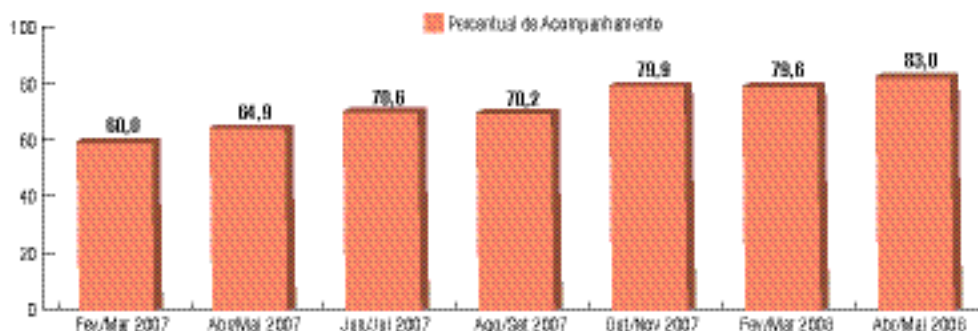
Tabela 36

FAMÍLIAS BENEFICIADAS COM O PBF BAHIA, 2008

TERRITÓRIO DE IDENTIDADE	FAMÍLIAS BENEFICIÁRIAS
Agreste de Alagoinhas/Litoral Norte	66.659
Bacia do Jacuípe	35.693
Bacia do Paramirim	20.557
Bacia do Rio de Contas	44.619
Baixo Sul	40.627
Chapada Diamantina	45.662
Extremo Sul	71.781
Irecê	55.339
Itaparica – BA/PE	16.954
Itapetinga	30.994
Litoral Sul	105.131
Médio Rio de Contas	32.863
Metropolitano de Salvador	194.370
Oeste Baiano	34.552
Piemonte da Diamantina	29.176
Piemonte do Paraguaçu	40.324
Piemonte Norte Itapicuru	35.195
Portal do Sertão	77.991
Recôncavo	64.581
Semi-Arido Nordeste II	52.793
Sertão do São Francisco	53.799
Sertão Produtivo	45.977
Sisal	80.727
Vale do Jiquiriçá	44.421
Velho Chico	47.728
Vitória da Conquista	76.764
TOTAL	1.445.277

Fonte: CEF

Gráfico 13

EVOLUÇÃO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NA EDUCAÇÃO EM RELAÇÃO AOS BIMESTRES
BAHIA, 2007-2008

Fonte: SEQMEC

Tabela 37

FAMÍLIAS CADASTRADAS NO PBF
BAHIA, 2008

TERRITÓRIO DE IDENTIDADE	FAMÍLIAS CADASTRADAS
Agreste de Alagoinhas/Litoral Norte	87.489
Bacia do Jacuípe	51.373
Bacia do Paramirim	27.109
Bacia do Rio de Contas	62.565
Baixo Sul	55.707
Chapada Diamantina	69.713
Extremo Sul	109.732
Irecê	82.611
Itaparica – BA/PE	33.659
Itapetinga	52.148
Litoral Sul	134.223
Médio Rio de Contas	40.735
Metropolitano de Salvador	265.069
Oeste Baiano	57.275
Piemonte Norte Itapicuru	55.672
Piemonte da Diamantina	46.406
Piemonte do Paraguaçu	60.052
Portal do Sertão	93.253
Recôncavo	90.441
Semi-Árido Nordeste II	74.776
Sertão do São Francisco	79.618
Sertão Produtivo	69.117
Sisal	107.043
Vale do Jiquiriçá	65.665
Velho Chico	71.563
Vitória da Conquista	116.429
TOTAL	2.059.443

Fonte: CEF

Tabela 38

EVOLUÇÃO DO CADASTRAMENTO
DE FAMÍLIAS NO CADÚNICO
BAHIA, 2007 – 2008

MÊS	2007	2008
Janeiro	1.661.134	1.872.701
Fevereiro	1.678.015	1.886.447
Março	1.696.275	1.899.417
Abril	1.716.063	1.918.129
Maio	1.739.020	1.930.553
Junho	1.748.162	1.948.067
Julho	1.762.658	1.955.567
Agosto	1.782.519	1.996.281
Setembro	1.803.547	2.013.386
Outubro	1.812.538	2.027.364
Novembro	1.840.138	2.045.027
Dezembro	1.852.510	2.059.443

Fonte: CEF

Tabela 39

EVOLUÇÃO NO NÚMERO
DE FAMÍLIAS RECEBENDO PBF
BAHIA, 2007-2008

MÊS	2007	2008
Janeiro	1.422.528	1.439.116
Fevereiro	1.430.679	1.438.278
Março	1.432.876	1.427.249
Abril	1.440.333	1.436.011
Maio	1.443.555	1.439.644
Junho	1.439.995	1.433.175
Julho	1.439.995	1.433.172
Agosto	1.429.538	1.428.311
Setembro	1.425.487	1.462.187
Outubro	1.436.590	1.437.795
Novembro	1.433.244	1.444.070
Dezembro	1.430.692	1.445.277

Fonte: CEF

- A atualização da base de dados do Cadastro Único;
- As informações sobre o cumprimento das condicionalidades da educação; e
- As informações sobre o cumprimento das condicionalidades da saúde.

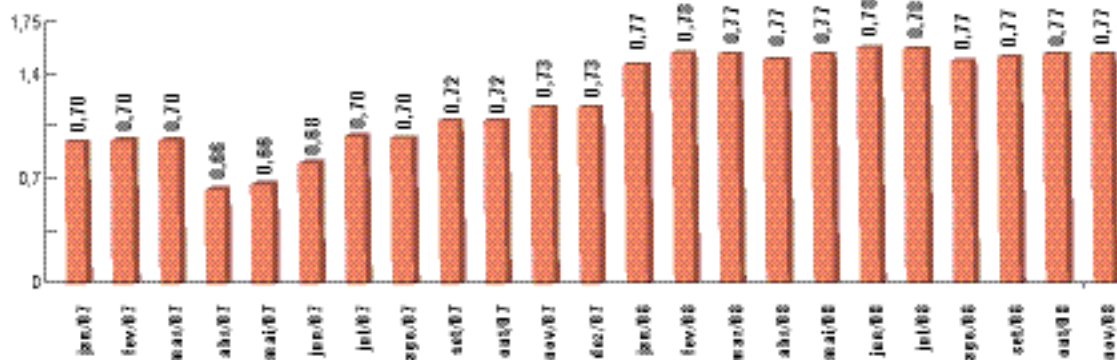
O repasse dos recursos do IGD aos municípios é feito mensalmente, sendo o valor o resultado da multiplicação do seu IGD pelo valor de referência de R\$ 2,50 e da multiplicação deste primeiro produto pelo número de beneficiários do PBF no município. O Gráfico 14 apresenta a média do IGD no estado da Bahia.

Dentro das atividades realizadas em 2008 no âmbito da coordenação estadual, destacam-se:

- Consolidação do Sisami-PBF, sistema que visa monitorar os resultados alcançados pelos municípios a partir dos dados consolidados e enviados pela CEF, MDS, Ministério da Saúde e Ministério da Educação, manipulados em ambiente específico pela Coordenação Estadual;
- Realização de 85 visitas de capacitação atendendo solicitação dos municípios;
- Apoio e monitoramento da inclusão das pessoas resgatadas do trabalho escravo no CadÚnico em seis municípios;
- Participação em 13 audiências públicas do PBF, com vistas a esclarecer e informar aos beneficiários e à população local as atividades de gestão, cadastramento e responsabilidades dos entes envolvidos no PBF;

- Seis entrevistas nos meios de comunicação, atendendo solicitação das emissoras de rádio e TV Cultura, para esclarecimento de informações sobre o PBF;
- Capacitação por Território de Identidade, envolvendo os 26 Territórios, 200 municípios e cerca de duas mil pessoas entre prefeitos, gestores do PBF, técnicos CadÚnico, Projeto Presença, Sisvan, para envio das condicionalidades na Saúde e Educação;
- Participação no Encontro Regional de Gestão do Programa Bolsa Família – ação realizada em parceria com a 3ª Diretoria Regional de Saúde, envolvendo 21 municípios do Território Agreste de Alagoinhas;
- Participação no Encontro Nacional dos Coordenadores Estaduais do Cadastramento Único e Programa Bolsa Família – realizado em Manaus, cujo tema abordado ressaltava “O Fortalecimento da Intersetorialidade”;
- Mobilização de dez municípios da Região Metropolitana do Salvador visando discutir o Plano Setorial de Qualificação Profissional para beneficiários do PBF na Bahia. Parceria com o MDS e o Ministério do Trabalho e Emprego;
- Premiação do Sisami/PBF pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), categoria Prática Estadual, no II Prêmio Práticas Inovadoras na Gestão do Programa Bolsa Família. O evento realizado pelo MDS ocorreu nos dias 24 e 25 de novembro em Brasília-DF. Como parte da premiação, a Coordenação Estadual foi contemplada com Missão Internacional de estudos para conhecer a experiência do programa de transferência de renda “Chile Solidário” do Chile; e
- Apoio e monitoramento aos municípios com baixa condicionalidade na saúde, 2ª vigência 2008, totalizando 50 municípios, envolvendo técnicos do CadÚnico e Sisvan.

Gráfico 14

MÉDIA DO IGD
BAHIA, 2007-2008

Fonte: MDS

AÇÕES DO FUNDO ESTADUAL DE COMBATE E ERRADICAÇÃO DA POBREZA – FUNCEP

Por Intermédio do Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza – Funcep, o governo do estado tem viabilizado financiamento de ações voltadas para a superação da pobreza que atendam às demandas da população baiana em tal situação, com a aplicação dos seus recursos em ações suplementares de nutrição, habitação, educação, saúde, reforço de renda familiar e outros programas de relevante interesse social voltados para a melhoria da qualidade de vida das pessoas em situação de pobreza.

A atuação do Funcep, em 2008, buscou a articulação, integração, convergência e complementaridade entre os projetos, de forma a consolidar uma ação homogênea do governo no combate à situação de pobreza, com a gestão mais eficiente e eficaz dos seus recursos, garantindo uma maior efetividade das ações através dos seus financiamentos.

A diretoria executiva do Funcep elaborou uma Proposta de Aplicação de Recursos, tendo como documentos de referência a Lei nº 7.988/2001, que cria o Funcep; as linhas prioritárias de ação das Secretarias; o Programa de governo; o Plano Plurianual e a Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2008.

A proposta priorizou ações de caráter estruturante e transversais, que estimulam a produção de riquezas, a emancipação das comunidades e o atendimento a pessoas em situação de vulnerabilidade social e insegurança alimentar, através de políticas compensatórias, estruturantes e formativas.

Foram definidos como eixos estratégicos de atuação: Eixo de Políticas Compensatórias, com os subeixos Segurança Alimentar e Assistência Social; Eixo de Políticas Formativas, com os sub-eixos Alfabetização, Aumento da Escolaridade e Qualificação e o Programa Trilha – Juventude Baiana no Caminho do Trabalho; Eixo de Políticas Estruturantes, com os sub-eixos Infra-estrutura Social (Água, Energia e Habitação) e Geração de Renda (Agricultura Familiar/Pesca e Economia Solidária).

Em parceria com a Secretaria do Planejamento – SEPLAN, foi realizada a Oficina de Planejamento das Ações para Superação da Pobreza no estado da Bahia, com o objetivo principal de articular as políticas para superação da pobreza a partir das experiências individuais e compartilhadas das secretarias do governo.

ACOMPANHAMENTO DAS AÇÕES FINANCIADAS PELO FUNCEP

As avaliações periódicas das ações voltadas para o combate à pobreza e exclusão social, bem como dos recursos do Funcep aplicados pelas secretarias do Estado, são feitas através de relatórios operacionais extraídos dos sistemas informatizados do estado e de informações das Secretarias executoras, além da realização de frequentes reuniões.

Com base nessas informações, são elaborados os diagnósticos e gerados relatórios periódicos, cujas informações são compiladas e devolvidas para as Secretarias setoriais, que são validadas e utilizadas ainda para a tomada de decisão.

Foi iniciado o processo de desenvolvimento de um sistema de acompanhamento de projetos para as ações financiadas pelo Funcep, constituindo-se um banco de dados. Também, como medida de relevância para melhorar as condições operacionais da Funcep, foi contratada consultoria para elaborar diagnóstico sobre a situação de pobreza no estado, em parceria com as Secretarias de área social, possibilitando a construção de um plano operacional de combate à pobreza no estado, com início em 2009.

OUTRAS AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO COM INCLUSÃO

PROJETO CRESCENDO: REGULAÇÃO E CIDADANIA ATIVA

A Secretaria de Infra-estrutura – SEINFRA, em parceria com as prefeituras dos municípios de Aramarí, Inhambupe, Pojuca, Alagoinhas, Muritiba, Jequié, Itiruçu, Lajedo do Tabocal, Milagres, Maracás, Santa Luzia, Una, Camacan, Uruçuca e Itacaré, e as empresas Coelba e TWB Bahia S/A Transportes Marítimos, deu continuidade às atividades do Projeto Crescendo – Regulação e Cidadania Ativa.

Esse projeto tem como objetivo levar aos alunos da rede pública de ensino conhecimentos sobre direitos e deveres do cidadão nas áreas de energia elétrica e transportes intermunicipais de passageiros. Em 2008, o projeto capacitou 772 professores, beneficiando 100.104 alunos da rede pública estadual e municipal de 335 escolas. Desde a sua criação, em 2001, foram atendidas 2.455 escolas, em 332 municípios do estado, capacitados 6.392 professores, proporcionando benefícios a mais de 1,3 milhão alunos.

COMITÊ GESTOR PARA O SEMI-ÁRIDO

O comitê gestor estadual do Pacto Nacional Um Mundo para a Criança e o Adolescente do Semi-Árido foi criado pelo Decreto nº 11.181, de 24 de agosto de 2008, com a missão de fortalecer e ampliar as políticas públicas para cerca de 2,8 milhões de meninas e meninos com idade entre 0 e 17 anos, moradores dos municípios do sertão baiano.

O Comitê é vinculado diretamente ao gabinete do Governador e formado por órgãos públicos e da sociedade civil organizada, sendo responsável pela articulação das ações de promoção e defesa dos direitos das crianças e adolescentes do Semi-árido, conforme requerido pelo Pacto Nacional e comprometidos com a implementação do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA.

Cabe ao comitê a responsabilidade de fomentar a implementação de políticas eficazes de educação, saúde, assistência social, saneamento básico, água e energia, além de ações de promoção e defesa dos direitos das crianças e adolescentes, articulando

programas e projetos intersetoriais voltados para a redução das disparidades regionais.

IMPLANTAÇÃO DO CENTRO INTEGRADO DE TECNOLOGIAS ASSISTIVAS – CITA

O Cita tem como proposta buscar a qualificação e geração de trabalho e renda para pessoas com deficiência e de baixa renda. O objetivo é a realização de ações integradas, visando contribuir para a efetiva inclusão social de pessoas com necessidades especiais, tendo como parceiros órgãos do estado como Fapesb, MCT, SEC, SESAB, SETRE, SJCDH. Estão sendo investidos nesse projeto R\$ 200 mil. Os principais resultados alcançados em 2008 foram:

- Conclusão do *lay out* do espaço que será ocupado pelo Cita;
- Negociações com a Secretaria de Educação – SEC para permitir a utilização do prédio da Avenida Jequitaia, assinatura de Convênio de cooperação técnica entre SECTI/SEC e inauguração do Centro de Educação Profissional; e
- Elaboração do projeto de difusão de tecnologias assistivas para difundir as ações do Cita.



Silêncio Pataxó

Agecom

ANEXO I

COMUNIDADES QUILOMBOLAS BENEFICIADAS COM AÇÃO GOVERNAMENTAL, POR TERRITÓRIO DE IDENTIDADE BAHIA, 2008

Nº	TERRITÓRIO DE IDENTIDADE	MUNICÍPIO	COMUNIDADE
1	Bacia do Paramirim	Érico Cardoso	Paramirim das Crioulas
2	Baixo Sul	Cairu	Vila Monte Alegre
3		Camamu	Barroso
4			Garcia
5			Pedra Rasa
6			Porto do Campo
7			Pratigi
8			Ronco
9			Tapuia
10		Ituberá	Lagoa Santa
11		Maraú	Barro Vermelho
12			Empata Viagem
13			Minério
14			Quitungo
15			São Raimundo
16			Terra Verde
17		Presidente Tancredo Neves	Alto Alegre
18		Taperoá	Miguel Chico
19		Valença	Novo Horizonte I
20	Chapada Diamantina	Boninal	Cotia
21		Lencóis	Lagoa dos Pretos
22			Yuna
23			Velame
24		Morro do Chapéu	Barra do Brumado/Bananal
25		Rio de Contas	Agreste
26			Baixão Velho
27			Cachoeira da Várzea
28			Capão da Gamela
29			Lagoa do Baixão
30			Mocambo da Cachoeira
31			Morro Redondo
32			Olhos d'Água do Basílio
33			Serra do Queimadão
34			Vão das Palmeiras
35			Vazante
36	Irecê	Canarana	Brejinho
37			Lagoa do Zeca
38	Litoral Sul	Itacaré	Fojo
39			João Rodrigues
40	Oeste Baiano	Barreiras	Mocambo
41	Piemonte Norte do Itapicuru	Senhor do Bonfim	Tijuaçu
42	Recôncavo	Cachoeira	Caonge
43			Santiago do Iguape
44			São Francisco do Paraguaçu
45			Enseada do Paraguaçu
46		Maragojipe	Guai
47			Guaruçu
48			Guerém
49			Jirau Grande
50			Porto da Pedra
51			Salaminas
52			Tabatinga
53	Metropolitano	Salvador	Ilha de Maré
54		Simões Filho	Pitanga de Palmares
55	Velho Chico	Bom Jesus da Lapa	Araça-Cariacá
56			Bandeira

Continua

Conclusão Anexo I

57			Barrinha
58			Cóxo
59			Juá
60			Lagoa do Peixe
61			Nova Batalhinha
62			Patos
63			Pedras
64			Piranhas
65			Retiro
66			Rios da Rãs
67	Velho Chico	Carinhonha	Barra do Parateca
68		Malhada	Parateca
69			Pau d'Arco
70			Tomé Nunes
71		Muquém do São Francisco	Jatobá
72		Riacho de Santana	Agreste
73			Agrestino
74			Duas Lagoas
75			Gatos Vesperinas
76			Mata do Sapê
77			Paus Pretos
78			Rio do Tanque
79			Sambaíba
80		Sítio do Mato	Mangal/Barro Vermelho
81	Vitória da Conquista	Vitória da Conquista	Alto da Cabeceira
82			Boqueirão
83			Lagoa de Maria Clemência
84			Lagoa de Melquiades
85			Lagoa dos Patos
86			Lagoa do Vitorino
87			Velame

Fonte: SEPROMI/Superintendência de Promoção da Igualdade Racial